

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA – SR-05

Relatório Antropológico Quilombo de São Francisco do Paraguaçu



Salvador, BA Dezembro de 2007

Eu já fui expulso de muitas roças, até que resolvi não sair mais. Sr. Altino

Canto dos Palmares

Solano Trindade

...Meu poema libertador É cantado por todos Até pelo rio Meus irmãos que morreram Muitos filhos deixaram E todos sabem plantar...

Nossas plantações estão floridas nossas crianças brincam à luz da lua, nossos homens batem tambores canções pacificas e as mulheres dançam essa música...

O opressor se dirige a nossos campos, seus soldados cantam marchas de sangue

O opressor prepara outra investida confabula com ricos senhores, e marcha mais forte, para o meu acampamento! mas eu os faço correr...

ainda sou poeta meu poema levanta os meus irmãos minhas amadas se preparam para a luta os tambores não são mais pacíficos até as palmeiras tem amor à liberdade. O tempo passa sem número e calendário o opressor volta com outros inconscientes com armas e dinheiro, mas eu os faço correr...

O meu poema libertador é cantado por todos até pelas crianças e pelo rio.

Meu poema é simples como a própria vida, nascem as flores nas covas de meus de meus mortos e as mulheres se enfeitam com elas e fazem perfume com a sua essência

não queremos o ouro porque temos a vida! e o tempo passa, sem numero e calendário...

eu ainda sou poeta
e canto nas matas
a grandeza da fé __ a Liberdade...
minhas amadas cantam comigo
meus irmãos batem com as mãos acompanhando o ritmo
da minha voz...

Saravá, Saravá
repete-se o canto
do livramento,
já ninguém segura
os meus braços, agora sou poeta
meus irmãos vem ter comigo
eu trabalho,
eu planto,
eu construo
meus irmãos vem ter comigo...

SUMÁRIO

I Relatório Antropológico

1.1Identificação da Comunidade	7
1.1.2 - Identificação e Localização do Território	10
1.2 - Histórico da Região	15
1.2.2- Histórico do Conflito	28
1.3 - Organização Social	38
1.4- Ambiente e Produção.	
1.5- Área Proposta	110
1.6- Recomendações	
1.7- Bibliografia	

ANEXOS

- . 1Anexos Árvores Genealógicas
- .2 Laudo Agronômico de Caracterização do Território Quilombola

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU

Para a realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação foi formada uma equipe multidisciplinar composta por uma antropóloga, três agrônomos e dois analistas, os quais participaram da primeira parte do trabalho com a comunidade. No primeiro dia, realizou-se assembléia para exposição do procedimento de trabalho do INCRA. Na ocasião, foram organizados três grupos para participarem das oficinas do *histórico* e do *território*. Cada grupo desenhou uma parte do território pleiteado, enquanto seguiam narrando sua trajetória de vida vinculada à terra; ao final da atividade todos se reagruparam e confeccionaram o que seria a versão final do território imaginado. Todas essas atividades foram devidamente registradas, de forma a permitir o resgate da história oral daquela comunidade; a narrativa memorial elaborada coletivamente foi tomada como fonte legítima para a reconstituição da verdade histórica. (Oliveira, 2003)

O levantamento bibliográfico e o marco teórico foram inspirados nas indicações do curso: *O antropólogo em situação de perícia* coordenado pela professora Maria do Rosário Carvalho (PINEB/UFBA). Pesquisa etnohistórica foi realizada especialmente no Instituto Histórico e Geográfico do Estado da Bahia, no Arquivo Público e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e foi permeada de conversas com o frade franciscano e historiador Hugo Fragoso, do Convento de São Francisco da Terceira Ordem do Salvador.

Um dos papéis da etnografía é problematizar a abordagem histórica oficial que suprime a trajetória de coletividades perseguidas e marginalizadas. Oliveira (2003) questiona o modo pelo qual o processo de conquista e colonização estabeleceu uma relação assimétrica de poder, em que a verdade se tornou monopólio de grupos de origem européia que se expressavam por meio da escrita - traços do pensamento colonial, o que levaria à ciência objetiva a atribuir status de verdade somente a documentos escritos, em detrimento da tradição oral.

Consoante Leite (2006), a etnografia, nossa ferramenta de pesquisa, valoriza e busca destacar as vozes provenientes de lugares subalternos, que somente podem ser depreendidas ou reveladas por suas trajetórias e projetos de dimensão coletiva que se consolidam a partir de percursos e versões compartilhadas, portanto, por valores e padrões identitários com base em pertença.

¹ Autor do livro São Francisco do Paraguaçu. Uma historia sepultada sob ruínas.

Almeida também afirma a necessidade de nos libertarmos da definição arqueológica e da obsessão empirista de vestígios materiais como prova da ancianidade da ocupação. Defende que é preciso descongelar o conceito de quilombo, transformando-o numa realidade viva, dinâmica e atual, mas sem que se esqueça o contexto do qual emergiu:

"...mais importante são as situações sociais, econômicas e políticas vividas atualmente pelo grupo em questão, pois "independente de, 'como de fato foi' no passado os laços das comunidades atuais com grupos do passado precisam ser produzidos hoje, através da seleção e recriação de elementos da memória, de traços culturais que sirvam como 'sinais externos'(...)".

Foram privilegiados o *presente etnográfico*, a tradição oral e a narrativa memorial. A antropologia do conflito exige, antes de tudo, um esforço de contextualizar, produzir referências, descrever percursos e experiências que foram guardadas nas memórias orais dos grupos, expor fatos que não se encontram nos documentos escritos, no mundo dos papéis, em cartórios ou em bibliotecas. (Leite, 2007).

A pesquisa antropológica poderá dizer como o território é pensado pelo grupo étnico no momento presente, por meio do trabalho de campo, da metodologia da observação participante e, ainda, através de técnicas próprias da antropologia sobre os usos que o grupo faz de seu território, bem como sobre as representações que sobre ele vierem a elaborar (Oliveira, 1994). As categorias e práticas nativas pelas quais o grupo étnico se constrói socialmente bem como sobre as ações sociais nas quais ele se atualiza. Ao longo do texto serão trabalhados conceitos e definições de Quilombos, Grupos étnicos, Terras tradicionalmente ocupadas, Comunidades Tradicionais, Território e Autonomia.

Durante os trabalhos em campo, por várias vezes a equipe formada pelos agrônomos, pela antropóloga e representantes da comunidade e dos proprietários, correu o perímetro do território, registrando as coordenadas para o georreferenciamento por satélite. A partir do primeiro contato, alguns informantes chave apresentaram pontos estratégicos para a pesquisa.

O critério de escolha dos informantes priorizou a fala dos velhos, que por seus conhecimentos, são bastante respeitados na comunidade. A autoridade desse discurso foi

² Arruti, J.M.A. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, out. 1997, vol. III, n° 2, pág. 23.

explicitada numa reunião importante, em que já haviam sido encerradas as inscrições, e o quilombola Tubico de 54 anos passou a sua palavra à Osório, um dos moradores mais antigos da comunidade, exímio contador de historias. Dona Maria Xandinha, uma das marisqueiras mais idosas de São Francisco foi fonte de informações preciosas, assim como a parteira Arlinda que cortou o umbigo de mil e oitenta e oito crianças. Seu Eronildes, antigo marítimo, viajava de embarcação e também foi escutado atentamente, embora não esteja envolvido no movimento de regularização do território. A Sra. Adelaide que também não se identifica como quilombola despertou interesse da pesquisa por trabalhar com espiritualidade afro-brasileira.

Mereceram destaque especial, os integrantes mais comprometidos com o pleito: Entre as mulheres, Maria das Dores de Jesus Correa, Roseni Santana, Marineuza Santana e Dionice Santana. Altino da Cruz, Crispim dos Santos, conhecedor das ervas medicinais, Ademerval Sumido, pandeirista do samba de roda; e Da Mata, piaçabeiro; Pedro Gomes, diretor da escola da comunidade e profundo estudioso da história do Recôncavo Baiano.

A maioria das entrevistas foi registrada, o que possibilitou a transcrição na íntegra dos depoimentos. Entretanto, o método da observação participante exige que o profissional presencie atividades que acontecem fora da situação formal da entrevista. Para tanto, foram realizadas diversas visitas às casas da vila, às escolas, ao terreiro de Candomblé, acompanhamento dos trabalhadores durante suas atividades diárias de extração da piaçava - oportunidade onde foram apresentadas plantas e ervas e colhidas informações sobre suas propriedades medicinais e curativas -, longas entrevistas com as rezadeiras, os filhos de santo, as parteiras, pescadores e marisqueiros. Também foram registradas reuniões da Associação e as festas de samba de roda que acontecem na Rua das Flores. No dia internacional da Mulher, fizemos uma oficina especial com as mulheres da comunidade. Acompanhei uma das mariqueiras, quando levava seus netos para aprenderem sua profissão no mangue e na manhã seguinte escutei seu canto enquanto fabricava o dendê artesanalmente.

A elaboração do relatório foi realizada num contexto de conflito estabelecido, o que Arruti denominou *produção de uma etnografia sobre os imperativos de uma controvérsia* (Arruti, 2005). As reflexões foram estimuladas por uma avalanche de ações de reintegração de posse, movidas pelos antagonistas e por abordagens tendenciosas veiculadas até mesmo pela maior empresa midiática do país. A comunidade negra rural de São Francisco do Paraguaçu se

articulou com o Movimento Quilombola Nacional e hoje representa um caso emblemático de resistência e luta por reparação no campo.

II - Dados Gerais

Localização e Acessos

A comunidade de São Francisco do Paraguaçu está localizada no Recôncavo Baiano, município de Cachoeira, conhecido pela sua bela arquitetura colonial e por suas festas populares. Situada no distrito do Iguape, a vila de São Francisco do Paraguaçu está às margens do lagamar do Iguape, formado por um braço de mar da Baía de todos os Santos, que mistura as suas águas com as do Rio Paraguaçu, nome indígena³ que significa rio profundo ou mar grande

Rua das Flores

3 Etmologia -Pára(Mar)+ Guaçu(Grande).



Na comunidade, cerca de 300 famílias vivem da agricultura de subsistência, da pesca, da coleta de marisco e do extrativismo da piaçava. Além da participação no Conselho Quilombola do Vale e Bacia do Iguape, os comunitários estão organizados na Associação dos Remanescentes do Quilombo São Francisco do Paraguaçu-Boqueirão denominada Amantes da Terra.

Na comunidade existem três escolas: Maria da Hora 1º grau, a Creche Tia Angélica e a Escola Estadual de 1º grau São Francisco do Paraguaçu. Na disciplina de História, estudam, principalmente, a construção do convento e a História da África. Em Agricultura, técnicas de cuidado com a terra e formas de preservação do meio ambiente são a tônica dessa matéria. O segundo grau pode ser cursado em Cachoeira ou em Santiago do Iguape, na Escola Estadual Eraldo Tinoco, onde também estudam alunos das comunidades de Opalma, Kaonge e São Francisco.

Verifica-se grande interferência do poder público através das obras de calçamento, iluminação, construção de três escolas, uma biblioteca e posto de saúde pela prefeitura municipal. O acesso à vila de São Francisco pode ser feito por estradas de rodagem ou por via marítimo-fluvial. Pela via terrestre, o vilarejo dista 110 km de Salvador. Segue-se pela BR-324 até o entroncamento ao viaduto que dá acesso à BA 001, que liga o município de Santo Amaro ao município de Cachoeira. À partir deste ponto, segue-se pela BA 001 por 28km até a entrada

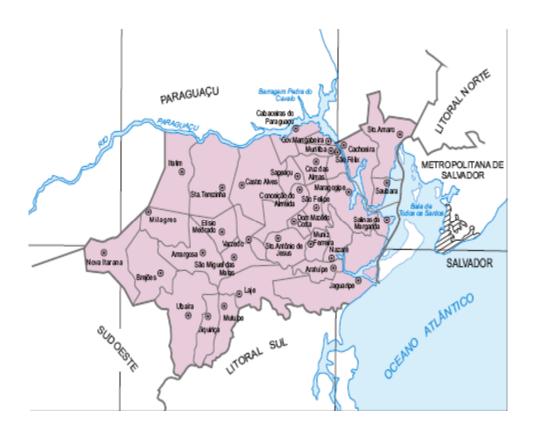
da fábrica de Óleo de Palma S.A AgroIndustrial – OPALMA / Vale do Iguape, devendo-se entrar a esquerda da BA 001 em estrada não pavimentada e percorrer uma extensão de 22km. De Cachoeira à vila existe linha diária de ônibus que percorre um total de 44 km.

Município de Cachoeira⁴

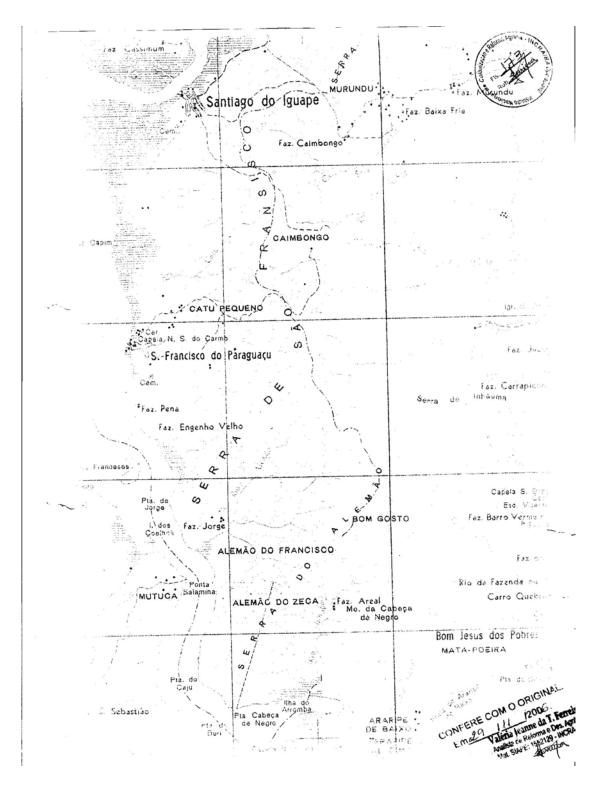


⁴ Http/wikipédia.org

Mapa do Recôncavo⁵



⁵ Fonte: Núcleo de Cartografia do INCRA cedido por SEI Superintência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.



São Francisco do Paraguaçu

HISTÓRICO DA REGIÃO

Nascendo às costas da Baía de Todos os Santos, o Recôncavo Baiano abriga dezenas de municípios e constitui um dos principais sítios da herança africana na sociedade brasileira. O tráfico trouxe numerosos negros bantos chegados do Congo, Zaire, de Cabinda, de Angola, de Moçambique e Zanzibar. Chegados à Bahia os negros bantos se espalharam pelas plantações de cana de açúcar e fumo do Recôncavo (CARNEIRO, 1991).

Habitada originalmente por índios Maracás, a região do Vale do Iguape passou por transformações nas décadas seguintes à chegada dos portugueses ao Brasil. A expulsão dos índios foi o primeiro passo dado pelos colonizadores. A região era propícia não só para a instalação e a expansão das fronteiras agrícolas, mas servia também como importante via de acesso, pelo rio Paraguaçu, para o interior do Brasil.

Bahia, 1531, componentes da expedição de Martim Afonso de Souza, chegam com a tarefa de estimular o cultivo da cana-de-açúcar, estabelecem-se às margens do rio Paraguaçu. Assim, surge o povoado que se tornaria depois a cidade de Cachoeira6.

No território da Bahia foram doadas cinco capitanias, em 1566 foi doada a capitania do Recôncavo à D. Álvaro da Costa, filho do 2º Governador-Geral, que recebeu terras no recôncavo baiano, como prêmio pela guerra que desenvolvera contra as tribos indígenas. As terras foram dadas como sesmarias. Posteriormente, no reinado do rei D. Sebastião, a sesmaria foi transformada em capitania de Paroaçu, Paraguaçu ou do Recôncavo, compreendendo terras que iam da foz do rio Paraguaçu à foz do rio Jaguaripe(TAVARES,1998).

A exploração da cultura da cana-de-açúcar representou uma fase de ascensão econômica para a região, com a construção de engenhos, senzalas, residências e igrejas, se tornando um pólo comercial de grande importância para a Bahia. Devido à sua localização estratégica, um entroncamento de importantes rotas que se dirigiam ao sertão, ao recôncavo, às minas gerais, às lavras diamantinas ou a Salvador, então capital da colônia, logo a Freguesia de Nossa Senhora do

⁶ Bahia. Secretaria da Cultura e Turismo. Superintendência do Desenvolvimento do Turismo– Baía de Todos os Santos – Salvador : A Secretaria, 2000

Rosário passou a se enriquecer e, em 1698, tornou-se Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu do Rio Paraguaçu, Cachoeira foi a segunda cidade em importância econômica na Capitania da Bahia durante três séculos.

A prosperidade da região no século XVII favoreceu a concentração populacional e a constituição da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. Na primeira metade do século XVII a região experimentou um período de maior prosperidade das culturas canavieira e fumagueira. No auge da atividade agrícola, foram instalados nas grandes fazendas inúmeros engenhos de cana-de-açúcar. O cultivo e o beneficiamento da cana dependiam do uso de mão-de-obra escrava.

A demanda pelo açúcar no mercado europeu encontrava-se em expansão, requerendo maior articulação e investimento por parte dos países produtores. Portugal promoveu a expansão da cultura da cana-de-açúcar em suas colônias, e o Brasil assumiu a posição de maior produtor de açúcar do mundo. A eliminação do Haiti como produtor de açúcar após a rebelião de 1792 estimulara a expansão dos canaviais no Brasil e, nesse contexto, áreas açucareiras tradicionais, como a Bahia, floresceram. Essa expansão foi acompanhada por um aumento da importação de escravos para os engenhos, o que resultou no inchamento da população escrava da cidade-porto de Salvador. (Schwartz, 1996)

Uma carta enviada pelos oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira em 3 de junho de 1705, anunciava um quilombo localizado nos Campos de Cachoeira. A carta chegou às mãos de D. Rodrigo da Costa, então governador geral da Bahia que consentiu na destruição do quilombo (PEDREIRA, 1973).

Fugas e rebeliões de escravos eram comuns e contribuíram para a formação dos primeiros quilombos da região. As rebeliões de escravos na região dos engenhos localizados no Vale do Iguape instalavam o pânico entre os senhores de engenhos e demais autoridades da época, culminando em uma maior severidade por parte destes nos castigos aplicados aos cativos, causando, em contrapartida, maior número de fugas e aquilombamentos. (SCHWARTZ, 1988)

Toda a região do Recôncavo Baiano é perpassada por um movimento de resistência contínuo, não foi episódico. Era resistência organizada em movimento, o local era variavél. Como sustenta José Alípio Goulart (1972) ao discorrer sobre aspectos da rebeldia dos escravos: Esse negro dá noticia da cidade abandonada, e sua situação diz que os quilombos são três, e estão distantes, se vão por aí por ocasião das caçadas (pg. 262).

Ao longo de todo o século XVII multiplicavam-se os ajuntamentos de negros fugidos arregimentados em mucambos espalhados pelas exuberantes matas daquela imensa capitania (Ibid, pg, 259). Pela proximidade com a capital, a contra insurgência no Recôncavo era mais acentuada. Aussás e Nagôs de engenhos do Recôncavo fugiam e se embrenhavam no matos onde ficam a esperar pelos negros da capital (GOULART,1972). A resistência organizada dos quilombos no Recôncavo Baiano não se apresentava apenas no local e no episódio, era um movimento articulado entre os rebeldes da cidade do Salvador e os negros dos engenhos.

A luta da Independência

Durante a primeira metade do século XIX, os escravos da Bahia ficaram conhecidos pelas rebeliões que promoviam. Eles deixavam claro que não iam se sujeitar sem luta. No recôncavo baiano estavam os engenhos mais produtivos, toda a atividade era movida pelo trabalho escravo dos africanos e criolos. A grande concentração de escravos tornou o Recôncavo Baiano especialmente propenso a revoltas escravas. De fato, ali a rebeldia escrava deixava os senhores em sobressalto (ALBUQUERQUE, 2006 pg. 135).

Em inícios de 1800, a sociedade cachoeirense detém grande influência política e participa ativamente das guerras pela Independência da Bahia, em 1821, constituindo a Junta de Defesa. As vilas do Recôncavo aos poucos foram aderindo à rebelião que despontava em Cachoeira, treinando tropas, erguendo trincheiras, somando com as forças de Itaparica e Salvador. Pelo sertão também vinham as adesões engrossando as hostes do Recôncavo que culminaram na luta pela independência da Bahia. O Brigadeiro Francisco Brandão, militar que se destacou na campanha da independência sucumbiu a cólera e foi sepultado em 1855 no Convento de Santo Antônio do Paraguaçu (Fragoso, 2004).

Pedro Gomes, professor de história e diretor da Escola Estadual de São Francisco do Paraguaçu afirma a resistência histórica:

A região do Iguape teve muita influência na independência do nosso Estado. Daqui saíram muitas canoas cheias de escravos armados com fação, espingardas, foice, diversas armas e subiram à cachoeira para lutar, foram lutas incessantes, muito sangue derramado.

Na área rural, a retração da cultura canavieira favoreceu o aumento da população aquilombada que passou a se concentrar principalmente nas proximidades dos engenhos que foram abandonados. A redução do poder econômico dos grandes proprietários resultou numa proporcional enfraquecimento do sistema repressor e seus mecanismos de coerção e justiça privada (Almeida, 2002).

Posteriormente, mesmo o escravo liberto, permaneceu sendo excluído da possibilidade de ascensão sócio-político-econômica, principalmente pela região da Bacia do Vale do Iguape se tratar de uma sociedade formada por grandes ex-senhores de escravos. O historiador Bert Barickman calcula que "talvez menos de um quinto" dos habitantes do Recôncavo nesse período fossem brancos⁷.

A Tabela seguinte mostra a população do Vale do Iguape, por volta de 1724.

Convento	Data de fundação	Homens livres	Mulheres livres	Criados ^a	Escravos	Total	Engenhos
São Francisco do Paraguaçu	1688	362	430	39	2212	3043	16

 $⁽a) \ \ O \ termo \ ``criados \ ``provavelmente \ significa \ dependentes \ residentes \ ou \ empregados \ domésticos$

Fonte Stuart B. Schwartz, Segredos internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial

Na história da Bahia, o Recôncavo destacou-se pelas grandes plantações de cana-de-açúcar e de fumo utilizando mão-de-obra escrava. A partir de 1870, a indústria açucareira se modernizou consideravelmente com a criação dos grandes moinhos centrais, e então, a absorção das terras pelos latifúndios progrediu de modo alarmante, acentuando a miséria alimentícia desta zona.(Schwartz,1988)

18

⁷ Barickman, Bert J. – As Cores do Escravismo : escravistas "pretos", "pardos" e "cabras" no Recôncavo Baiano-1835 , População e Família, vol.2, n° 2, 1999

Histórico da ocupação territorial

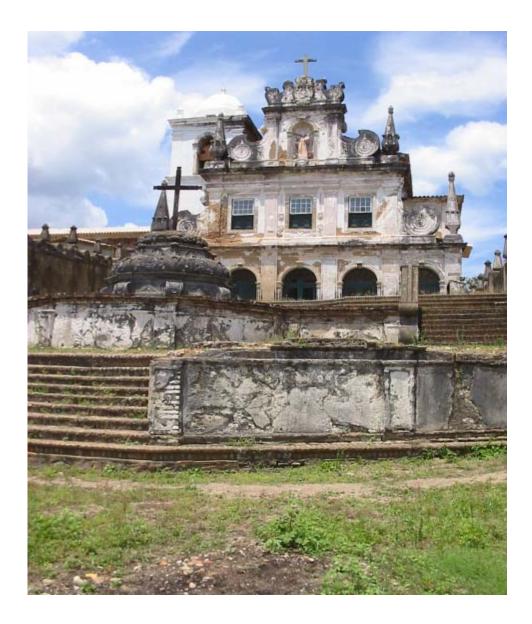
Alagoas, ano de 1655, uma expedição atacou o Quilombo dos Palmares. O chefe da tropa inimiga raptou um recém nascido no quilombo, e o entregou ao Padre Melo do Porto Calvo que o batizou com o nome de Francisco. Com a idade de quinze anos, Francisco fugiu e voltou para Palmares. Em Palmares, Francisco passou a se chamar pelo nome africano de Zumbi foi aclamado rei dos Palmares. Durante o reinado de Zumbi o Quilombo de Palmares cresceu bastante e tornou-se a maior **REPÚBLICA NEGRA LIVRE** do continente americano⁸.

O padre que batizou o menino Francisco quis reverenciar São Francisco de Assis, santo que teve uma vida marcada pelo ideal de resgatar os princípios essenciais do evangelho como a solidariedade aos mais pobres e marginalizados pela sociedade, e desenvolveu um trabalho incansável em defesa destes.

O método utilizado por São Francisco foi o de dar exemplo com a sua própria vida e assim conquistou muitos seguidores. Entre eles o jovem Antônio Olivares, o popular Santo Antônio que dá nome ao convento construído na vila de São Francisco do Paraguaçu onde convivem até os dias de hoje famílias São Franciscanas.

-

⁸ Fonte: Caderno Quilombo dos Palmares do Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2004.



Convento de Santo Antônio do Paraguaçu

A origem da comunidade de São Francisco do Paraguaçu remonta à época da construção do Convento de Santo Antônio, que marcou o desenvolvimento do vilarejo.

O convento de Santo Antônio do Paraguaçu foi o primeiro a ser estabelecido no Brasil após a independência da custódia de Portugal através do decreto de Independência assinado pelo Pe. João de Nápoles, Ministro Geral da Ordem Franciscana, e o segundo a ser construído pelos franciscanos no Brasil. A Igreja foi sagrada em 1660, quando teve inicio sua construção, e concluída em 1688 com muito trabalho árduo de escravos africanos. (BAHIA, Anais, 1938)



Data de conclusão 1686 do convento, gravada na portada

A ocupação do lagamar do Iguape começa desde o século XVI com os engenhos fundados em frente a ilha dos franceses por Antonio Penedo. Ao longo da Foz do rio Paraguaçu e em todo o circuito do Recôncavo, foram instalados muitos engenhos de açúcar, que utilizavam mão-de-obra escrava no sistema de produção. (FONSECA,1973).

Vilhena 9 descreve:

É o Iguape uma légua de terra em quadro rodeada toda de montes, na qual se acham levantados catorze engenhos, tanto de água, como cavalos, os quais botam os seus matos, e baldios para diversos ramos, pela extensão de duas, três ou mais léguas. Além dos engenhos há mais naquele admirável torrão, todo de massapés legítimos, diferentes fazendas desobrigadas dos engenhos e é tal sua natureza para a produção

21

⁹ Vilhena, Luís dos Santos, A Bahia no Século XVIII, Ed. Itapuã, 1969

da cana (...)que apesar da antigüidade daquelas propriedades, e da irregularidade da sua cultura, são os senhores de engenho de Iguape os mais opulentos, e seu açúcar reputado sempre pelo melhor de todo o Recôncavo

Esse dado histórico herdaria à localidade sua arquitetura colonial. O engenho que se localiza em frente à Ilha dos Franceses é o Engenho Velho. A área onde está construída o convento, correspondente a duas sesmarias de terra foi doada aos padres franciscanos pela família de Pe. Pedro Garcia que era proprietária do Engenho Velho, uma das primeiras fazendas de exportação de açúcar para Europa. (IPAC –BA 1982)

O Engenho Velho, uma das áreas pleiteadas no âmbito do território quilombola de São Francisco do Paraguaçu foi uma das primeiras fazendas de exportação de açúcar para a Europa, sede de um grande engenho, cujas ruínas podem ser observadas ainda hoje. No século XVII, a área estava, pois, ocupada por escravos que chegaram para a construção do Convento de Santo Antônio, para trabalhar nos canaviais. A Estada Real remonta época do Império.

Pe. Pedro Garcia de Araújo, muito rico, foi ordenado padre já em idade avançada, era filho de Pedro Garcia, senhor de quatro engenhos (FRAGOSO, 2004) e de Maria de Araújo, viúva do capitão –mor em Angola Baltazar de Aragão, também proprietário de um Engenho no Paraguaçu, conhecido pelo rigor com que tratava seus escravos, era chamado de o *Bângala*, alcunha recebida por ter sido demasiadamente cruel com os escravos.

Fonseca (1973) destaca exigências típicas de uma sociedade escravocrata do estatuto do Noviciado: Não receberia o hábito franciscano quem fosse lacaio ou tivesse ocupação vil ou baixa, nem cavem, nem rocem, nem cortem canas. Vale ressaltar que essa mentalidade de uma sociedade escravocrata que desvalorizava o trabalho manual era um contra senso aos ensinamentos de São Francisco de Assis, que historicamente resgataram a dignidade do trabalho: "Ouem não quer trabalhar, também não coma."

O noviço não poderia tampouco, ter linhagem maculada, ou seja descendência até a quarta geração de judeus, mouros, negros e mulatos, os quais eram considerados de nação infecta. Tais requisitos são a expressão evidente da sociedade colonial escravocrata e racista da

época. O Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide constatara nas visitas pastorais que os escravos eram esquecidos da própria humanidade, tratados como brutos animais (FRAGOSO,2004).

Após a conclusão do Convento também foi construído o salão do mar, que era a prisão dos escravos, onde foram encontrados esqueletos enterrados de ponta cabeça com a corrente no pescoço e acorrentados de pé. Era um calabouço, quando a maré subia os escravos permaneciam acorrentados *O maior conflito aconteceu na época da construção do convento, aqui era um açougue de matar gente. Tinha um tronco de amarrar gente.* ¹⁰ As senzalas dos conventos eram em geral localizadas na área periférica, onde se encontravam o cárcere e o tronco em que os escravos eram castigados.



Salão do Mar

Sobre o salão do mar, Sr. Eronildes declara: teve muita gente que enriqueceu com esse convento, isso é obra de escravo, o salão do mar, ouvia os mais velhos dizerem que era prisão dos escravos.

O professor Pedro Gomes reforça:

sabemos que certamente quem construiu, quem derramou o suor foram os negros, foram os escravos que usaram sua força física africana para construir essa beleza que temos hoje. Relata-se que durante a construção desse convento foram cometidas várias atrocidades como decapitar escravos, jogar escravos ensangüentados vivos para que os cações viessem comer.

¹⁰ Informações levantadas a partir da oficina de historia de vida e memória realizada em novembro de 2006

As pedras foram retiradas das pedreiras próximas e as madeiras da mata, as telhas chegavam de Maragogipe, assim chegavam com freqüência àquele local canoas e saveiros carregando esses materiais, que eram zelosamente empilhados pelos escravos negros, cedidos pelos senhores de engenho das redondezas aos irmãos franciscanos para cuidarem dos serviços braçais (FONSECA, 1973, pg. 9).

Dona Maria Xandinha, uma das moradoras mais antigas, nascida na comunidade relata:

os mais velhos que eu já ouvi contando que amarravam em pé de árvore, batia, espancava só tinha direito da comida e da dormida e ainda apanhava...

... e além disso tudo ainda apanhavam pedra na cabeça, diziam assim, que enquanto descansavam carregavam pedra na cabeça.

O antigo jardim conventual foi um cemitério. No subsolo desse convento está enterrada uma família de portugueses que eram donos das usinas de cana Acotinga, localizada onde hoje se encontra as ruínas da Opalma; e do Engenho da Peninha. Pe Pedro Garcia está enterrado na capela mor.

Os Franciscanos

Os franciscanos foram os primeiros religiosos a aportar no Brasil. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, que fez seu noviciado no convento em 1717, foi um dos que se dedicaram a escrever a história da comunidade que se formara a partir do Convento. Jaboatão, renomado no campo das letras, teve como suas fontes os antigos papéis do convento, ao dissertar sobre a convivência entre os escravos e os freis franciscanos, conta que o negro Mandu, numa ocasião quando transportava o Frei João de Deus¹¹ numa canoa lhe salvou a vida(Fonseca,1973).

Frei Bernardo da Conceição, nascido em 1673, ingressou em 1698, na comunidade franciscana do Convento do Paraguaçu aos 23 anos, conhecia as artes da medicina e também se

¹¹ Frei João de Deus reconhecidamente humilde e bondoso, distribuía com os pobres as esmolas concedidas aos frades. A espiritualidade franciscana negava aos frades franciscanos a posse de patrimônios . O seu sustento consistia em viver de esmolas.

dedicava à musica e ao desenho (FRAGOSO, 2004). Fundou-se um pequeno hospital no Convento, o hospital de Nossa Senhora de Belém do Paraguaçu. Frei Bernardo conseguiu licença dos superiores para construir a enfermaria *na parte de fora do muro do convento* (Ibid. pg.181) para onde eram encaminhados os que padeciam de moléstias mais perigosas. Os pobres dos povoados vizinhos vinham tratar-se gratuitamente, as curas eram feitas para religiosos ou escravos.

Certa feita, um escravo do convento procurou o Frei Bernardo para curar-se de moléstia grave, o negro Domingos conhecido como *Da Procuração*, era um preto vindo das costas da África. Os documentos comprovam a existência de uma comunidade negra rural desde o século XVII ao expor a transcrição da fala de Domingos quando refere-se *aos mais da minha cor preta* (JABOATÃO, 1859, pg. 561): "Fui escravo vendido a um português que me enviou à Bahia e nela me compraram os padres de São Francisco, ainda não sou batizado e tudo que me acontece procede pela falta do sacramento peço que mande me batizar e me livre do temor que tenho vivido."

Durante a construção do Convento do Paraguaçu, muitos negros fugiram do trabalho árduo e procuraram um lugar de mata fechada para se refugiar, onde formaram o quilombo do Boqueirão. A partir da fuga, esses escravos constituíram o quilombo do Boqueirão ocupando a região do Boqueirão, Alamão e do Caibongo Velho, locais escolhidos devido à facilidade de água. Lá se plantava batata, feijão, mandioca em cima do barro vermelho. Após a abolição eles voltaram para vila, onde só moravam os brancos, os donos de engenho.

Nós não tinha voz, botaram os escravos para fazer perversidade que nem animal agüentava. Muitas pessoas passaram, muitos se arrumaram no meio do mato, se esconderam para não morrer. Altino da Cruz

Os pobres dos negros para não morrer se disgramavam nas matas virgens, mata bem fechada. Quando era a boquinha da noite, vinha as escondidas para o mangue para se fazer valer dos carangueijinhos, fazia todo esforço para pegar e não morrer de fome. Dona Maria

A gente dormia em tarimba, se escondia de gente, tinha medo de gente. Antes a vila de São Francisco era casa salteada, era bananeira pura, casa de palha de piaçava.

Da Mata

No contexto de desagregação do regime escravista, as comunidades negras rurais do Vale do Iguape se formaram nas proximidades dos outros engenhos, estabelecendo uma organização social que resistiu ao longo do tempo, mantendo elementos da afrodescendência, tais como, religião, músicas, hábitos alimentares.

Com o término da escravidão, os quilombolas que estavam no Alamão, no Boqueirão, no Caibongo deslocaram-se para a região mais baixa, em busca de melhores condições de vida. O mar e o manguezal estavam nessa região, suas mercadorias só podiam ser vendidas na vila. Entretanto, a situação de vida não melhorou. Pelo contrário, com a legalização do usucapião, ao temer a perda de suas terras, os proprietários começaram a expulsar os posseiros.

Desde o código de Terras de 1850, a lei amparava a posse manifestada por cultura efetiva e morada habitual. Posteriormente o usucapião foi regulamentado pela Constituição de 1934¹² (ALVARENGA, 1997). Com a promulgação da lei, a comunidade saiu do Alamão e do Boqueirão, pois os proprietários começaram impedir a formação das roças. Neste período os quilombolas eram impedidos de construir casas com telha, pois a cobertura caracterizava moradia permanente. Os proprietários cercaram a área e iniciaram atividade de criatório de obrigando as famílias a descerem para a vila.

Com as transformações radicais - sociais e econômicas decorrentes da mecanização dos engenhos e da abolição da escravidão e êxodo rural, o Recôncavo entra em decadência e o Convento do Paraguaçu sente esse impacto. Em 1888, o conselheiro Manuel do Nascimento Portela denunciou à Gazeta da Bahia que o Convento se encontrava abandonado, servindo apenas de guarida às aves noturnas. No ocaso do Convento, o dormitório dos religiosos era um grande salão mais ou menos conservado, uma vez que a população local o aproveitara para suas festas e danças. (Fonseca, 1973)

Em 1890, o povoado de São Francisco do Paraguaçu contava com 3000 habitantes e já possuía uma escola (Anais APEB¹³, 1938). No Alamão existiam 120 casas e uma capela de 1874, os comunitários já fabricavam redes de pescaria. (Idem). Quando a comunidade voltou para a vila, o Alamão continuou a ser utilizado apenas como área de atividade extrativista.

¹² O texto da atual Constituição é Art. 191: Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinqüenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade

¹³ Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Veríssimo, conhecido como Sr. Ozinho, tinha um charqueado, e cobrava uma quinhão pela moradia. Seu filho, Sr. João Santana passou a cobrar o arrendamento, entretanto tinha uma convivência amistosa com alguns integrantes da comunidade, chegando a estabelecer relações de compadrio, tendo batizado por exemplo, o Sr. Eronildes da Rosa.

A parteira Arlinda criou Mané Bamba, pai de Da Mata: Meu pai levava a gente domingo na rua na casa de Dona Arlinda para ver Sílvio Santos na televisão. Ficava curioso com a cidade...

Quando Ivo expulsou a gente, meu pai foi para Salvador, ficou jogado na rua e minha mãe viu que não dava pra gente ficar aqui e disparou para a cidade foi trabalhar de doméstica. Com 16 anos fui morar na casa de meu tio em Salvador fui trabalhar de ambulante, vendia picolé Capelinha com o namorado de minha irmã. Trabalhei dois anos vendendo ficha de orelhão na estação da Lapa, Morava em Sussuarana, uma noite acordei assustado escutando uns pipocos, aí eu perguntei:

- oh meu tio, o que é isso assim?

O que é isso? Isso é violência!

Aí eu disse: ói aqui não é o meu lugar não. Quando for de manha cedo o senhor me leva pra onde eu tava, lá eu to no lugar que eu sempre me criei e nasci, lá que é o lugar bom. Voltei e meus amigos daqui me chamaram: vamo embora pra piaçava? Nós estamos até hoje, me sinto bem aqui no meu território quilombola.

Da Mata

Os fazendeiros começaram a facilitar o estabelecimento de moradores em suas terras, aos quais era exigido que cultivassem lavouras de subsistência, eram chamados de moradores de condição(GOMES, 2007).

A comunidade lhes servia com a produção de alimentos e era interessante que eles estivessem próximos. A condição de agregado submetia os membros da comunidade a uma relação de servidão e exploração do trabalhador. Essas relações clientelistas camuflam a intenção de promover o sentimento de dívida no imaginário dos trabalhadores a fim de dispor de mão de obra objetivamente escrava sem que essa condição seja explicitamente compreendida pelos que nela estão.

Antes de João Santana morrer, já não existia mais ninguém no Boqueirão e após sua morte, acirraram-se os conflitos, os herdeiros dificultaram o acesso da comunidade às roças ao mangue e impediram a construção de novas casas na comunidade. Entretanto, a comunidade

continuava realizando atividades extrativistas da piaçava, estopa, dendê, licuri e castanha.

No tempo de caju, saíam para apanhar castanha no Boqueirão e no Engenho Velho. Depois de alguns anos de exploração, a cultura do dendê foi substituída pela cana-de-açúcar, cultura que até hoje é explorada extensivamente por um grupo açucareiro na região do Vale do Iguape.

A comunidade realizava o extrativismo do dendê, espécie abundante na região. Comunitários afirmam: *tinha muito dendê, tiraram o dendê para plantar cana*. Assim como para criação de gado e lagos artificiais, com vistas à construção de tanques de peixes ornamentais.

Histórico do Conflito

Os moradores de São Francisco do Paraguaçu guardam na memória uma manhã da década de 50, em que foram surpreendidos no momento em o dia virou noite. Dona Maria conta: A terra tremeu e escureceu tudo. Vimos a água parar e as galinhas cantando. Eu me lembro do dia que virou noite, o galo pegou a cantar, quando minha mãe tava na roça de farinha.

Em situações de conflito, emerge a ênfase na identidade social, surge a consciência da necessidade de afirmar um modo de ser coletivo. Paul Litlle define a territorialidade como esforço coletivo de um grupo para ocupar, usar e se identificar com uma parcela de seu ambiente biofísico, convertendo-o assim em seu território,... que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos, a defesa do território torna-se elemento unificador do grupo portanto é fundamental a interpretação dos contextos em que esse território é construído. A luta por território é, portanto uma luta cultural por autonomia e autodeterminação (ESCOBAR, 2000).

o conflito social cria condições de possibilidade para que se venha á tona o ideal de autonomia e de trabalho livre, por conta própria. Contata-se a emergência de novas formas organizativas e de uma mobilização constante de resistência a formas de imobilização da força de trabalho, a deslocamentos compulsórios e outras medidas repressoras que reatualizam cotidianamente práticas de um regime escravista. (ALMEIDA, 2006, pg.40)

Depois da certificação da comunidade de Salamina Putumuju integrantes da comunidade de São Francisco do Paraguaçu se identificaram com a luta, se animaram, se organizaram para buscar a certidão da comunidade junto a Fundação Cultural Palmares, obtida em 17 de junho de 2005. A partir daí a repressão se intensificou.

O reconhecimento da condição quilombola da comunidade pelo governo federal acirrou o conflito com os fazendeiros da região. Segundo denúncia dos quilombolas, a comunidade foi alvo de diversas formas de violência: destruição de roças, de barracos e da sede da associação; invasões de residência pela polícia; restrições ao trânsito dos comunitários; ameaças de morte e perseguições armadas, e em vários desses atos os fazendeiros contaram com a colaboração de agentes públicos e policiais militares.

Segundo Roseni, os problemas enfrentados pela comunidade aumentaram após a certificação da comunidade como remanescente de quilombo, entregue pela Fundação Palmares.

" Quando começamos a nos organizar, a reivindicar nossos direitos de quilombolas, a repressão aumentou...

Depois que recebemos a certificação, começamos a ser perseguidos. Em 2006, fazendeiros da região acabaram com as nossas roças de feijão, milho, mandioca e coentro. Não tivemos o que colher. Eles querem que a gente negue as nossas origens. Querem que a gente não se afirme enquanto negro e quilombola.

A gente não tá invadindo, a gente e os nossos ancestrais sempre utilizaram, hoje em dia eles não querem que meu filho, meu neto tenha terra para plantar, e venha para cidade se marginalizar? Isso não é certo!!! O lugar de quilombola é em quilombo!

No contexto de acirramento do conflito com os fazendeiros da região, o processo vem se judicializando. Em setembro de 2006, uma família da região, que tem inserção político-partidária, ingressou uma ação de reintegração de posse na comarca de Cachoeira, respaldada por um título de propriedade datado de 1904. A Justiça Estadual acatou o pedido do fazendeiro e concedeu a liminar ordenando que os quilombolas desocupassem suas terras tradicionais. A polícia militar chegou a realizar algumas ações visando cumprir a ordem judicial. No dia 13 de setembro de setembro de 2006, eles derrubaram as roças, de machado, foice e fação. As

mulheres bloquearam a pista para os carros não passarem.

Ação de Reintegração de Posse

Nº Numeração	Requerente
1112600-6/2006	Ângela Salgado de Santana
2006.33.00.011610-8	Francisco de Assis Salgado de Santana
2006.33.00.015119-5	Rita de Cássia Salgado Santana
2007.33.00.014961-7	João Antônio de Santana Neto

Desde que iniciaram a luta pela efetivação dos seus direitos reconhecidos constitucionalmente e em tratados internacionais já foram vários os prejuízos sofridos pela comunidade de São Francisco do Paraguaçu, como o cumprimento de reintegrações de posse irregulares, atestadas pelo próprio oficial de justiça, que culminou com perda de toda a colheita, e as ameaças realizadas pelos fazendeiros e seus prepostos. A atuação clandestina de policiais militares, inclusive, está sendo alvo de sindicância pelo Comando da Polícia Militar de Cruz das Almas, Bahia, e foi atestada em relatório da Polícia Federal.

A antropóloga Ilka Boaventura Leite(2007) analisa a repressão policial: A invisibilidade dos grupos rurais negros no Brasil é a expressão máxima da ordem jurídica hegemônica e também expõe uma forma de violência simbólica. Sua característica principal é a criminalização daqueles que lutam para permanecer em suas terras. A criminalização de certas práticas e grupos é a forma mais comumente usada para transformá-los em "foras da lei", justificando com isto a sua exclusão social pela via da condenação penal. É desde esse lugar que muitas lideranças de grupos negros passaram a ser cassados, encurralados e banidos.

Vieram à paisana, não vieram fardados, as mulheres caíram para cima deles, vieram bem armados escopeta, fuzil metralhadora tudo a segunda vez vieram com sete viaturas e um caminhão, derrubaram o barração lá em cima , tiraram tudo e chegaram procurando seu Altino.

Da Mata

Ele não é marginal tá lutando por seu direito para plantar e dar comida à seus filhos. (Dona Xandinha)

Há séculos a intervenção policial se interpõe para garantir os direitos dos latifundiários e agentes expropriadores dos direitos dessas comunidades tradicionais. Entre os fugitivos capturados, os que recebiam castigos mais duros, penas mais terríveis eram os chefes dos quilombos, levavam 300 chibatadas, enquanto que a média variava entre 50 e 200 açoites. Os golpes atingiam veias importantes, provocavam hemorragias e os negros de volta ao cárcere acabavam por sucumbir à ataques de tétano. (Campos , 2001)

O padrão de atuação violenta da polícia revela o elemento de conservadorismo da cultura policial, inúmeras vezes a serviço das elites agrárias, reprimindo os escravos, os semterra e agora os quilombos. Esta forma de violência apresenta-se sistematicamente para tratar como criminosos os líderes das associações. (Leite, 2007. pg. 10)

As batidas da polícia, aqui da primeira vez com trinta e da segunda com quase cinqüenta, ofendendo as pessoas, agredindo as pessoas, destruindo as plantações, nada disso nos desestimulou, pelo contrario, só fizeram a gente acreditar mais ainda que estávamos no caminho certo. Isso mostrou a força que a gente tem. Pois se tínhamos conseguido incomodar os grandões, estávamos agindo da maneira correta.

Pedro

A comunidade reergueu um barracão comunitário que fora derrotado na ocasião da investida da Policia Militar. Neste período, os fazendeiros da região utilizaram de todos os instrumentos para ameaçar e amedrontar a comunidade, tendo sido constante a prática de agressões verbais, seqüestro de animais, tiros para o alto, ameaças de morte.

Uma manhã que eu tava plantando manaíba, o empregado vinha arrancando e jogando pra trás, eu plantando e ele jogando pra tras. Aí o pessoal gritava assim: Maria, Maria, deixa essa manaíba pelo amor de Deus, não plante mais nada não que esse homem vai acabar fazendo uma disgrama com você. E eu tranquilinha plantando a minha manaíba, eu plantando e eles atrás arrancando, eu plantando e eles atrás arrancando.

-Maria, Maria, pelo amor de Deus, deixe esse diabo dessa manaíba, que eu tou vendo a hora desse homem lhe matar.

- Aí eu disse: não paro, se ele me matar, vai matar um mulher honesta trabalhando! A firma daqui é essa!

Dona Maria

O Ministério Público Federal e a Fundação Cultural Palmares saíram em defesa dos quilombolas e suscitaram conflito de competência, ou seja, consideraram que a matéria não poderia ser julgada pela Justiça Estadual e o processo foi remetido para a Justiça Federal. A medida liminar da Justiça Estadual acabou por acarretar o agravamento e recorrência das investidas tornar mais freqüentes as investidas contra a comunidade que colocam a vida e a subsistência dos quilombolas em risco real e iminente.

Uma das ações de reintegração de posse referidas fazia solicitação de "iniciar o desfazimento das ocupações". Ocorre que a área em questão, em litígio na justiça, incide sobre o povoado onde residem famílias quilombolas. Desconstituir as habitações tradicionais da comunidade implicaria em um impacto sociocultural irreparável.

Outra movimentação antagônica ao pleito do quilombo de São Francisco tem se manifestado na mídia. No dia 14 de maio de 2007, o Sistema Globo de Jornalismo, que utiliza uma concessão pública de TV, difundiu em cadeia nacional fatos a respeito da comunidade que não correspondem com as informações obtidas a partir de estudos aprofundados da equipe técnica do INCRA que esteve em campo durante um ano. A equipe da TV Bahia esteve em São Francisco do Paraguaçu entrevistando apenas os moradores que têm relação de compadrio com os pretensos proprietários e os funcionários que trabalham para os fazendeiros que se encontram na área pleiteada pela comunidade.

Destaca-se que, ao longo da história de contato entre a comunidade negra e os fazendeiros da região, vêm se constituindo relações baseadas na desigualdade de condições de toda sorte entre ambos os segmentos, seja no âmbito econômico, político e social, refletindo-se no campo do simbólico.

Um dos entrevistados, mora numa das maiores casas do povoado, é afilhado do pai do fazendeiro entrevistado pelo Jornal Nacional. O espaço de fala privilegiado na referida reportagem, em favor de um dos grupos acima contextualizados, reflete o jogo de interesses que

está vigente na região, posicionando no *locus* da dominância o ponto de vista dos atores interessados em desconstruir o processo de identificação quilombola e de reivindicação das terras comunitárias, tradicionalmente ocupadas.

Segundo manifestação da comunidade, a reportagem desconsiderou os quilombolas envolvidos na luta pela regularização do território, se recusando a registrar qualquer versão contrária aos interesses dos fazendeiros. O Sr. Osório, quilombola morador da região, que no momento quis se declarar quilombola não teve oportunidade de ser escutado pela TV Bahia, que também abafou a voz de Sr. Altino com a locução que conduziu toda a reportagem.

A veiculação da reportagem ofendeu a dignidade e a integridade moral dos habitantes da comunidade, aos acusá-los inveridicamente de criminosos ambientais, responsáveis pelo desmatamento de uma área de proteção ambiental da Mata Atlântica. Ocorre que a área que Rede Globo filmou NÃO integra o território pleiteado pela comunidade de São Francisco do Paraguaçu . No mesmo sentido, o rapaz que aparece degradando uma região de mata na reportagem não é morador da referida comunidade e nem mesmo se identifica como tal.

A reportagem questiona ainda o princípio da auto identificação e da existência de foco de resistência negra na região. A etnografia do conflito revela a distintividade. Se a situação merece tanta manifestação de preconceito e discriminação, significa que o grupo é distinguido por seus oponentes mais próximos. Essa distintividade explicita as fronteiras sociais estabelecidas entre os grupos. A negação distingue e daí mesmo vem o reconhecimento de outra identificação.

Os procedimentos de classificação que interessam são aqueles construídos partir dos próprios conflitos pelos sujeitos aos e não aqueles que são produtos de classificação externa, muitas vezes, estigmatizante. O princípio classificatório que fundamenta a existência do grupo emana da construção de um repertorio de ações coletivas e de representações. (Almeida, 2000)

Na sexta-feira, dia 25 de maio de 2007, aconteceu uma Audiência Publica na praça de São Francisco do Paraguaçu, organizada pela comunidade, em uma atitude de protesto contra informações veiculadas pela reportagem. Maria se defende:

A gente trabalha de manhã pra comer de tarde, e trabalha de tarde pra comer de noite. Não pode ter cerca no mato, porque no mato se tira a estopa, se tira piaçava, se tira palha de licuri para fazer esteira que vai pra casa de meus senhores, são os negros que trabalham pros brancos, os negros que trabalham pros ricos, porque os ricos têm dinheiro e os negros não têm, os pobres têm é trabalho! Nós somos quilombolas, pescadores, piaçabeiros, estopeiros, todos somos quilombolas!

Não queremos a Rede Globo, eles cortaram todas as entrevistas que nós demos, nada disso não passou na televisão aquilo foi uma entrevista falsa, a nossa população não tá mais acreditando na Rede Globo.

Disseram que a princesa Isabel deu liberdade, que nada disso: eu tou vendo é a ingratidão, a escravidão cada dia que passa aumentando mais.

Maria das Dores de Jesus Correia¹⁴, marisqueira, pescadora, lavradora, parteira, rezadeira. Já trabalhou na prefeitura de gari em Nazaré das Farinhas e de empregada doméstica em Salvador. Ela também é uma exímia sambista e é compositora. Na ocasião em que teve sua identidade quilombola questionada pela reportagem, a qual afirmava nunca ter existido quilombo na região, e que São Francisco do Paraguaçu se trataria de uma vila de pescadores, Dona Maria compôs a seguinte canção para demonstrar que não existe nenhuma contradição em ser quilombola e também pescador. Canção que se tornou emblemática para a luta do movimento quilombola de São Francisco do Paraguaçu:

Eu sou do quilombo Sou nego nagô, peguei minha enxada, convidei o pescador Pescador é guerreiro, é da nossa nação Estamos aqui para ajudar o nosso irmão.

Dona Maria, 59 anos, grande liderança comunitária, por sua vivacidade, sabedoria, oratória fluente e influência que exerce sob a comunidade foi escolhida como uma das principais informantes da presente pesquisa.

A Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilomboas (CONAQ) entrou com um pedido de direito de resposta contra a emissora O Movimento Quilombola se articulou com outros movimentos populares para questionar o papel da mídia e das políticas públicas de comunicação e fortaleceu essa discussão. Hoje o Movimento conta com um coletivo de comunicação do Quilombo Conceição das Crioulas(PE), que se esforça por mediar os comunicadores que se aproximam dos quilombolas.

Os são franciscanos¹⁵ envolvidos na luta por regularização do território denunciam que os fazendeiros utilizam as piores estratégias: *No conflito até os fazendeiros que eram inimigos se tornaram aliados para nos derrotar. Não sabia que seria tão difícil, quando vimos nossa vida em risco entendemos a importância de lutar pela liberdade.*

Ao perceber a comunidade fortalecida no processo de regularização fundiária, os fazendeiros utilizam a estratégia de *dividir* a comunidade, que se torna alvo de uma técnica colonialista muito antiga, utilizada até mesmo no processo de partilha da África: Dividir para Dominar. Os proprietários que estão apoiando a formação de outra comissão de moradores têm organizado torneios de futebol, argumentando que para conseguir as camisas precisam de uma lista de assinaturas, fazem feijoada regada à bebida, passam lista de presença de participantes, e estão espalhando que os quilombolas vão tomar as terras dos moradores e que o INCRA vai derrubar as casas.

A comunidade procurou o INCRA para denunciar a divulgação de tais informações inverídicas. Diante do exposto, no dia 15 de agosto de 2007, o corpo técnico do INCRA participou de uma reunião na comunidade para prestar esclarecimentos. Os quilombolas afirmavam:

A gente não quer desvalorizar ninguém não, a gente quer terras para todas, um por todos, todos por um, a gente quer o melhor para a nossa população.

A gente não quer tirar nada da nossa comunidade, a gente quer nossas terras devolvidas dos nossos antepassados. Chegaram esses fraudadores de fora, zombando e manipulando as pessoas, falando coisas, sai com o papel pra uma coisa e no fim é outra, tem gente assinando papel forçado. Estão manipulando a comunidade, botando a comunidade um contra o outro, irmãos, as vezes ele procura a pessoa mais fraca da irmandade para botar um contra o outro. Mas na minha ela não bota de jeito nenhum!

A única divisão que existe aqui é das casas, as roças é uma aqui outra

_

¹⁵ As pessoas nascidas em São Francisco do Paraguaçu se auto-denominam São Franciscanos.

ali todo mundo junto, a gente quer o bem estar da comunidade, fora essas pessoas que vem para acabar , se dizem ambientalistas e estão destruindo a natureza

Crispim

Dona Maria também comenta sobre a cooptação que sua irmã Celidalva vem sofrendo:

Ela(a proprietária) promete aposentar o marido, promete um real de pão.

Nós somos irmãs, mas o nosso coração é diferente

A gente não vai praticar o que os fazendeiros fazem não, A gente quer o melhor para os nossos irmãos da nossa comunidade, não quem vem lá dos infernos de longe ara vir tapear as pessoas, fazer sabotagem.

Os proprietários do Engenho Velho estiveram presentes filmando a reunião e não se manifestaram, apenas concederam a palavra a seus advogados que se diziam representantes de um grupo de moradores da comunidade. Ocorre que o grupo contra não era significativo e pouco se manifestou no momento em que teve oportunidade. O local escolhido para a reunião foi a praça São José, local conhecido justamente por ser reduto do grupo que não se identifica como quilombola, para que o maior número de pessoas de ambos os grupos pudessem participar. No entanto, os representantes do grupo antagônico pouco se manifestarem, tendo sido pouco significativo no contexto da reunião.

Em contrapartida, o grupo que está envolvido na luta pela regularização do território não pôde participar da reunião de portas fechadas que aconteceu no dia 18 de agosto de 2007, ficando restrita a entrada aos convidados da AAMEN¹⁶, associação em cuja sede foi assinado a ata criação de uma outra comissão de moradores, a qual afirma desconhecer qualquer foco de resistência negra na comunidade.

A mais recente investida judicial foi a Ação Cautelar 33.00.017472/ 2007, em face do INCRA da Fundação Palmares e da Associação dos Remanescentes do Quilombo de São Francisco do Paraguaçu- Boqueirão, com a intenção de paralisar o andamento do processo administrativo. A referida ação continha dois DVDs anexos, um era a cópia em alta qualidade da reportagem do Jornal Nacional, o outro era constituído por entrevistas, nas quais uma integrante

¹⁶ Associação dos Amigos do Engenho, gestora da Reserva Particular do Patrimônio Natural existente na fazenda Engenho Velho.

da AAMEN fazia perguntas à pessoas do grupo contra a regularização do território, muito semelhantes aos questionamentos realizados pela reportagem supracitada.

O relatório da Comissão de Sindicância da Fundação Palmares¹⁷ que apurou denúncias sobre supostas irregularidades no procedimento de expedição da Certidão de Auto Reconhecimento da Comunidade de São Francisco do Paraguaçu chegou à conclusão que:

enfrentou não propriamente uma denúncia de supostas irregularidades na emissão da certidão de certidão de autoreconhecimento, por parte da Fundação Palmares, mas sim um bem intricado esquema para dar início a um processo de desconstrução dos procedimentos de identificação quilombola, que pode, se não interrompido e cessado se alastrar de forma a atingir futuras identificações e até mesmo retroagir ou anular as pretéritas, colocando em dúvida todos os atos praticados pela Fundação destinados ao reconhecimento do direito do povo negro.

Em Audiência Pública ocorrida na Câmara dos Deputados em Brasília no dia 24 de setembro de 2007, o presidente da Fundação Palmares Zulu Araújo, declarou que após tal Sindicância, podem afirmar com tranquilidade que a certificação de São Francisco do Paraguaçu deve ser considerada lícita e regular e considerou absoluta inexistência de provas que sustentem os argumentos da reportagem.

Nos dias 11/10/2007 e 03/11/2007 foram veiculadas outras notícias na TV Globo, insistindo no argumento da suposta "fraude" no processo de reconhecimento da comunidade quilombola de São Francisco Paraguaçu.

.

¹⁷ Processo 01420.001819/2007-91

Organização social

Estamos chegando do fundo do medo, estamos chegando das surdas correntes, um longo lamento nós somos¹⁸...

Dinâmica de Construção da Territorialidade

Os integrantes da comunidade relatam que o processo de expropriação do território tradicional vem acontecendo há cerca de vinte anos. A área de plantio vem sendo reduzida, as famílias vem sendo expulsas, comprimidas em direção à vila.

No vilarejo encontramos as ruas Fonte da Bica, a Rua das Flores, a Rua Nova, Rua Chile e Rua do Pontal. Na Rua do Pontal, a caminho do porto, estão mais concentradas as pessoas que possuem relações de compadrio com o fazendeiro. A casa da família de um dos fazendeiros contrário ao pleito da comunidade está localizada próxima à Praça São José, onde também se encontram o posto de saúde, a biblioteca e a Capela.

A lógica da ocupação do espaço é, em grande medida, dada pelos laços de parentesco e indicam a sua correlação com a base territorial e formas de organização do espaço. As redes sociais familiares se entrelaçam nos momentos do trabalho, a unidade doméstica é a que contempla o núcleo familiar.

"A figura da mãe localiza-se em geral, na junção da casa e das redes de parentesco que se constroem em torno dela. Ela é a memória da casa, o laço entre herança familiar do passado e as redes familiares do presente". (MARCELIN, 1999). O mais comum é que os filhos casem e construam suas moradias bem próximas ao núcleo familiar, à casa da mãe da esposa. Atualmente, por falta de espaço, vários irmãos constroem casas espremidas no terreno da mãe.

Tem esse terreno aí todo, tem precisão dos filhos construir a casa no terreno dos pais mais das mães? questiona Maria

38

¹⁸ Trecho da Missa dos Quilombos, de Milton Nacimento e Pedro Tierra.

Como na casa de Antônia da Conceição, esposa de Antônio Cruz Santana¹⁹, dos sete filhos que tiveram, cinco ainda permanecem no terreno mesmo depois de casados. Entre eles Branca, que conta: *Eu só saio se mãe for, não tenho coragem de largar. Se ela suspirar mais fundo eu escuto*. Em determinada circunstância da vida, Dona Antonia precisou criar os sete filhos sozinha.



Quintal de Antonia e a vista da casa dos filhos

No dia internacional das mulheres, houve uma reunião na casa de Cecé. Maria começou animando as companheiras: *vamos valorizar a luz de mulher de ser guerreira*. As

39

¹⁹ Arvore Genealógica das famílias do referido casal segue em anexo.

mulheres contam que antes não iam para escola, porque os pais diziam que menina se fosse aprender a ler, era para escrever cartinha para o namorado. Marineuza, uma das coordenadoras da Associação voltou para o colégio com intuito de mostrar a seu filho que nunca é tarde para aprender. A participação de mulheres como autoridades e lideranças comunitárias contribui no fortalecimento da autonomia da comunidade de São Francisco do Paraguaçu, como dizem as são franciscanas: *Lampião e Maria Bonita sempre lutaram juntos*.

Organização Política

Os comunitários estão organizados na Associação dos Remanescentes do Quilombo São Francisco do Paraguaçu-Boqueirão também denominada Associação Amantes da Terra, também participam do Conselho Quilombola do Vale e Bacia do Iguape, que se reúne mensalmente e participam de atividades do Movimento Quilombola Nacional.

Contam com o apoio de organizações como a Comissão Pastoral dos Pescadores, a Comissão Pastoral da Terra, a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador e da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Da Mata relata o inicio da articulação: Teve uma palestra e depois uma passeata em Cachoeira, fomos de barco, duas canoas cheias. Eu e Crispim que trouxemos os gritos de guerra:

A chuva e o vento pra ajudar o movimento!!!!!

Poder para o povo: Negro!!!!

REPARAÇÃO JA !!!!

ATIDUDE QUILOMBOLA!!!

O povo quilombola tem direito à terra!!!!



A Associação Amantes da Terra se reúne aos sábados no barracão que está sendo correndo risco de ser destruído, em função de ameaças. Seu Altino, uma das lideranças da comunidade desabafa:

Não tamos agüentando mais, destruiriam o barraco que a gente tava fazendo para ter onde se reunir, arrancaram as roças. Quanto mais falam que vai ter desmanche, eu tou metendo a enxada e plantando."

O barração é conhecido pelos comunitários de São Francisco do Paraguaçu como o quilombo, local de resistência, onde acontecem as assembléias da associação, portanto o que os antagonistas pretendem é destruir um símbolo da resistência e da luta por dignidade desse povo. Foi construído com adobe, utilizando-se a própria terra do local, uma técnica tradicional de construção. Está localizado na Rua das Flores, rua onde os quilombolas se reúnem para tocar e dançar o samba de roda num movimento de revalorização dos espaços simbólicos de autonomia

próprios. Os pleitos são definidos por consenso, como se pode perceber na reunião de organização da horta comunitária no Areal, perto da área da finada Ambrosina. A assembléia inaugural do barração pautou o projeto da horta comunitária: definiu dez homens e dez mulheres participantes. O critério de escolha utilizado baseou-se no comprometimento dos comunitários com o movimento. Anselmo apresentou a proposta de se dividirem em grupos. Roseni, querendo provocar o consenso perguntou se alguém tinha uma proposta diferente. Sumido defendeu a importância de escolher alguém que vai pegar na enxada, não vai querer ir para Bahia²⁰, quando os integrantes do grupo forem participar de atividades do Movimento Quilombola podem chamar outras pessoas para trabalhar.

A representação em associações é sobretudo uma exigência da norma constitucional²¹. Esse modelo imposto não corresponde necessariamente às tradicionais formas de se fazer política no cotidiano das comunidades tradicionais. O poder representativo e centralizado, requisito dos estatutos de associações, na prática são exercidos por meio de um poder popular participativo, as decisões baseado no consenso, que dá voz às pessoas mais velhas da comunidade²².

Em todas as assembléias realizadas com a equipe técnica do INCRA para fins de delimitação do território, as decisões foram tomadas em consenso, depois da discussão dos diversos pontos de vista. Na comunidade são respeitados os conhecimentos dos mais velhos.

O prestígio das lideranças não é imposto, a sua autoridade é baseada na responsabilidade e compromisso com o trabalho. De fato, alguns integrantes têm mais habilidade para se expressar e comunicar, porém essa habilidade não é mais valorizada do que o conhecimento sobre as ervas medicinais, por exemplo. Não identifiquei uma pessoa que se sobressaia, mas sim várias que formam parte da coordenação da Associação. Auto-organizar-se significa ter um tempo e um espaço autônomos para que se encontrem, discutam suas questões próprias, tomem decisões necessárias para sua participação verdadeira no coletivo e no processo de gestão.

²⁰ No interior, é comum referir-se à cidade de Salvador como Bahia.

²¹ O artigo 17° do decreto 4887/2003 em seu Parágrafo Único: As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas.

²² A palavra, o diálogo e o argumento constituem práticas essenciais do dia a dia da comunidade entre os povos africanos, através da consulta popular e do conselho dos anciãos . (Caderno de educação, África Ventre Fértil do Mundo, Ilê Ayê, 2001)

O mutirão consiste numa ajuda mútua entre as famílias para a realização de atividades que demandam mão-de-obra acima da capacidade familiar. Nestes mutirões, por exemplo, os grupos se organizam para preparar as áreas de roça, ou realizar um esforço para eventos comunitários, como construir um barração. Com as transformações que vêm ocorrendo, como a diminuição das roças, o êxodo rural e o trabalho assalariado nas fazendas essa prática vem diminuindo consideravelmente.

"Antes a gente tinha mais liberdade para plantar, fazia mutirão domingo, digitório era todo dia. Naquele tempo a gente tinha fartura e espaço para se ajudar. No tempo do meu pai a união era maior, saía mais cedo cantando cantiga de boi, para o tempo passar na roça e trabalhar mais alegre. Agora o trabalho coletivo está mais curto porque tem menos terra."

Da Mata

"A única divisão que existe aqui é das casas, as roças é uma aqui, outra ali, todo mundo junto." Crispim

TERRITÓRIO COLETIVO

Conforme prevê o artigo 17° do decreto 4887/2003: A titulação será reconhecida mediante outorga do título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2°, caput, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Os quilombos são, portanto, territórios coletivos, possibilitam a tomada de decisões coletivas e facilitam o manejo comunitário tradicional, o que tende a favorecer a disposição da comunidade para continuar trabalhando em mutirão.

O antropólogo Victor Turner trabalha o conceito de *Communitas* do latim comunidade para distinguir esta modalidade de relação social de uma área de vida comum. O estado de *Communitas* é marcado por relações imediatas, espontâneas e pessoais, libertação dos laços sociais que nos aprisionam, ausência de hierarquia e propriedade. É entendida ainda como um

relacionamento não estruturado que se desenvolve entre os liminares, associa uma íntima conexão entre communitas e poder dos fracos, fraqueza mundana como poder sagrado. (TURNER, 1974).

A communitas irrompe nos interstícios da estrutura, na liminaridade. A liminaridade é considerada como um tempo e um local de retiro dos modos normais de ação social, "pode ser encarada como sendo potencialmente um período de exame dos valores e axiomas centrais da cultura em que ocorre".

São Francisco de Assis foi um chefe espiritual de pequenos grupos, mas era incapaz de prover a organização impessoal requerida para a manutenção de uma ordem que se espalhou pelo mundo inteiro. São Francisco e seus seguidores permaneceram em um estado liminar, onde existiriam as condições ótimas para a realização da communitas.

A liminaridade é definida por Victor Turner como a passagem entre status e estado cultural. A fase liminar seria um momento que se encontra fora das classificações. 'Tais pessoas podem ser muito criativas em sua libertação dos controles estruturais e podem ser consideradas perigosas do ponto de vista da manutenção da lei e da ordem.'' (TURNER,1974) Nessa perspectiva, entendemos a liminaridade como uma metáfora do quilombo que traduz mudança de status e ameaça a manutenção da ordem.

Alfredo Wagner entende a ocupação tradicional das terras de quilombos como territorialidades específicas, que historicamente resistiram e se contrapuseram ao modelo agrário do monocultivo de exportação apoiado no trabalho escravo. Nesse mesmo sentido, Paul Litlle (2002) também demonstra que a propriedade comunal da terra e suas formas de uso comum características do tipo de ocupação em questão são processos sociais antagônicos ao próprio desenvolvimento do capitalismo:

"Os quilombos que surgiram a partir da fuga das *plantations* e engenhos representam outro caso de etnogênese cuja consolidação como grupo social se deu com o estabelecimento de territórios autônomos no interior da Colônia (op.cit.:)"

As redes de reciprocidade e as fronteiras sociais do grupo são estabelecidas também de acordo com a dinâmica do trabalho:

A gente vem tirar piaçava na divisa do Catu com o Caibongo, encontrava os caimbongueiros no mato e perguntava como é que tá a família. Eles entram na área da gente, a gente entra na área deles. São Franciscano, Saubarista, tudo se encontra nessa mata, são colegas. (Crispim)

Lidiane, que estuda no povoado vizinho de Santiago de Iguape, conta que começou a conversar com os colegas sobre a luta dos quilombos em São Francisco do Paraguaçu. O contato estabelecido resultou na certificação de Santiago do Iguape como remanescente de quilombo. Assim como um dia também moradores de São Francisco participaram de uma reunião na Salamina e ao se identificaram com as demandas e com a resistência à opressão histórica sofrida, se dispuseram para o enfrentamento.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT determina que os países que a ratificaram "deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação" (art. 13). Assim, o Estado deverá adotar "medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência".

A área hoje em dia, não configura uma unidade territorial plena, devido à alterações e impactos sofridos ao longo da história. Os quilombolas sofreram espoliação, foram expulsos sucessivamente de suas áreas, resultando no deslocamento compulsório de muitas famílias que hoje vivem forçosamente separadas de parentes e amigos. O simples fato de construir telhado caracterizava moradia permanente, como indica da Mata : *Expulsaram para não enterrar*, *o povo vivia argolado sem liberdade*.

O art.16 da Convenção 169 prevê ainda:

"Sempre que possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais, assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento".

Muitos comunitários de São Francisco do Paraguaçu deixaram o território em busca de melhores oportunidades de emprego nas cidades. Habitam os bairros periféricos de Salvador sobretudo Sussuarana, Palestina, Massaranduba, Pau da Lima e Fazenda Grande, à exemplo de Raimunda, irmã de Bárbara que é nora de Dionice Santana. Mora há 5 anos em Salvador e tem intenção de retornar para São Francisco, mas pondera: São Francisco não tem trabalho para que não quer se acabar no mangue, nem no mato.

Identidade étnica racial do grupo

São as diferenças que os próprios atores consideram significativas, emergidas no contexto de uma existência coletiva contraposta a outras, as que devemos considerar para análise. Na literatura antropológica, a partir de F. Barth (1997) grupos étnicos são definidos com base em categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores. E ainda para observar os diferentes processos que parecem estar envolvidos na geração e manutenção de grupos étnicos, devemos centrar nossa atenção nas fronteiras e em sua manutenção. Grupos étnicos são então compreendidos como uma forma de organização social, isto é, "um grupo de membros que se identifica e é identificado por outro como se constituísse uma categoria diferençável de outras categorias do mesmo tipo" (p.190).

Para Barth, um grupo étnico não é definido em termos de isolamento geográfico nem de toda e qualquer semelhança e diferença cultural, mas somente aquelas consideradas pelos próprios atores como significantes. Aquelas semelhanças e diferenças que constituem fronteiras sociais, que vão além das fronteiras territoriais, deslocando-se o foco da análise das manifestações culturais que essas fronteiras encerram. Manuela Carneiro da Cunha (1983) também defende que a cultura é produto do grupo étnico e não seu pressuposto.

A palavra "quilombo" tem origem nos termos "kilombo" (kimbundo) ou "ochilombo" (umbundo), presente também em outras línguas faladas ainda hoje por diversos povos Bantos que habitam a região de Angola, na África. Originalmente, a palavra designava apenas um lugar de pouso utilizado por populações nômades ou em deslocamento. Passou a designar também as paragens e acampamentos das caravanas que faziam o comércio de cera, escravos e outros itens cobiçados pelos colonizadores. Foi no Brasil que o termo "quilombo" ganhou o sentido de comunidades autônomas de escravos fugitivos.

"O termo não se refere à resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados." (O'DWYER, 1995) Além disso, o conceito quilombo refere-se a uma forma organizativa, o que define grupo étnico é o seu modelo de vida sociocultural, mensurado em regras comuns de trabalho, uso da terra, parentesco e ocupação cultural de um território. Nesse sentido, todos que atendem a esses requisitos, controlados socialmente pelo próprio grupo, são parte dele.

Abdias do Nascimento propõe o "quilombismo" que consiste na recuperação do comunitarismo da tradição africana com vistas à realização completa do ser humano e a propriedade coletiva de todos os meios de produção: *Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre de solidariedade, convivência, comunhão existencial* (Nascimento, 1980:263; in Arruti, 2003). Quando parlamentar, constituinte em 1988 retoma o conceito para defender um movimento político do negro brasileiro que luta pela presença da população afrobrasileira em todos os níveis de poder e exige reparação pelos quatro séculos de despojamento de sua dignidade, por todo o tempo de liberdade, cultura e vidas roubadas.

O termo remanescente de quilombo é ao mesmo tempo histórico e político. Histórico porque designa indivíduos ou grupos escravizados em ânsia de liberdade. A idéia de fuga ou de autonomia diante do sistema escravocrata são as características mais presentes quando se pensa esses grupos. O sentido político é aquele em que grupos sociais, alguns de ligação direta com quilombos, de ancestralidade negra ou afrodescendente apresentam-se como remanescentes de

quilombos, e vem sendo associado à luta contra o racismo e às políticas afirmativas de reconhecimento dos negros brasileiros que exigem reparação pelo despojamento histórico.

Resistência Negra

Na medida em que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, extorque de mim todo o valor, toda a originalidade..., que é preciso que eu acompanhe o mundo do branco, tentarei tornar me branco, isto é obrigarei o Branco a reconhecer a minha humanidade (FANON,1983).

O atual esforço de branqueamento daqueles que lutam por diluir e esquecer sua parcela de ancestralidade negra, é fruto da política oficial de branqueamento promovida pela colônia. Dona Xandinha denuncia práticas racistas: "As pessoas escuras não tinham valor, as pessoas de pele mais clara tinham, as mais escuras era inferior... Achavam que as pessoas escuras iam sujar aquele meio, as pessoas mais claras eles convidavam para ir nas festas."

O próprio Sr. Eronildes Rosa, de 84 anos, entrevistado pela referida reportagem televisiva, ainda que não tenha se identificado como quilombola, delata o mesmo processo de opressão histórica sofrida, sem que precise chamar para si o desconfortável fardo de ter antepassados escravos:

" tinha um homem aqui que chamava João Galiza, preto não entrava na casa dele. Morava na casa de gente de Dr Ivo. Aqui foi terra de racismo mesmo."

Na reportagem Sr. Eronildes afirma nunca ter ouvido falar de quilombo, embora declare à Comissão de Sindicância da Fundação Palmares já ter participado de muitos sambas de roda e reconhece a existência de candomblé e samba na comunidade.

"A menina falava assim: Você tem que fazer tudo que mamãe mandar, sinhá nega.

Aí eu respondia a ela: Eu sou negra, mas eu sou gente do mesmo jeito que você é, porque você não é melhor do que eu em nada. Porque seus pais tem dinheiro, eu não tenho, mas somos iguais, quando morrer vai tudo para um lugar." Maria

A luta pela regularização do território de São Francisco do Paraguaçu não tem como única demanda a distribuição de terras, sua questão é romper com as estruturas do neocolonialismo e do racismo. Nesse sentido, expressam em carta aberta: *O povo negro e as comunidades quilombolas cientes de que o caminho de reparação das injustiças raciais é irreversível...*²³ Desponta das fala das uma lideranças:

"Se os escravos foram massacrados, nada mais justo que eles devolvam o que é nosso por direito, nada mais justo que sejamos reparados." Roseni

Não estamos só precisando de terra, estamos precisando da liberdade, porque ninguém é dono de terra. É a liberdade que nós estamos querendo. Seu Altino

O conceito de neocolonialismo está presente nas análises sobre o processo de libertação dos países da África nos anos 60. Kwame N'Krumah que foi dirigente político de Gana disserta sobre o neocolonialismo, o qual denuncia ter por essência a prática de sujeitar os povos sem se anunciar. Portanto, essa espécie de dominação velada seria mais perversa e a mais difícil de se defender. O subjugado aparenta ser independente e tem todos os adornos exteriores de soberania. Mas na realidade, seu sistema econômico e portanto seu sistema político é dirigido do exterior. Fanon(1973), entende que a marca da máscara neocolonialista se identifica quando os colonizados passam a se comportar de acordo com princípios externos oriundos do colonizador. N'Krumah (1967) expõe ainda que o resultado do neocolonialismo é fazer com que o explorado não seja senhor de seu próprio destino.

O quilombo não desapareceu da representação social; ele é apropriado às lutas políticas dos negros brasileiros, como símbolo maior pela conquista de seus direitos fundamentais. O

49

NOTA PÚBLICA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU vide carta completa em anexo.

artigo 68, fora proposto como um instrumento legal com o objetivo de destinar direitos a grupos cultural e historicamente vinculados à história da escravidão, apropriado como linguagem política pelos atores na disputa pelo reconhecimento de direitos. Entretanto, como nos adverte Ilka Boaventura Leite (2006):

ser quilombola não é um simples rótulo para ter acesso a políticas públicas, mas um processo, um procedimento por vezes penoso, conflituoso e extremamente complexo de recuperar a autoestima para vir a ser protagonista das intensas lutas — por Reconhecimento e Justiça- que estão sendo travadas na sociedade brasileira.

O silêncio das correntes

O que mais preocupa não é nem o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem-ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons." (Martin Luther King)

O processo de constituições de identidades está relacionado às relações de poder existentes nos domínios de uma sociedade. Assim, toda identidade social porta um custo, na medida em que, em determinados contextos, ela pode ser acionada para qualificar negativamente um grupo.

De um modo geral, o desafio das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, na sua formação, era resistir à iminência de destruição pelos capitães do mato e pelas tropas criadas para dizimá-las. A dinâmica das comunidades era, pois, de invisibilização, como estratégia de sobrevivência. Portanto, é necessário delicadeza para entender que foi mediante um longo e complexo processo histórico que *quilombo* se tornou uma categoria política e a explicitação de sua identidade, fundamental para o reconhecimento e titulação de suas terras, uma estratégia de luta e resistência. Assumir tal identidade não é tão simples, para quem viveu secularmente "na

sombra do patrão²⁴", e se acostumou a servir e estar preso por relações de exploração clientelistas.

As pessoas foram treinadas a não se apresentar a partir dessa identidade, de forma que se entende como um ato de força admitir que você é o que foi treinado para dizer que não era. Quilombola não é uma categoria auto evidente, é uma categoria que leva o grupo ao encontro do seu direito, é usada por quem tem expectativa do direito. Como explica Maria: ... "é um conflito saber que você tem o direito, mas não tem a liberdade".

O processo de opressão a que esses grupos foram submetidos, significa que o produto de um massacre histórico resulta em que assumir africanidade seja depreciativo. Categorias não são dadas, são construídas. Por mais de 400 anos, admitir ser um quilombo era admitir estar fora da lei. Quando ele volta a ser mencionado, não significa que os outros séculos serão apagados da memória das pessoas. Perpetua-se inconscientemente a estrutura que castra. O auto reconhecimento é exercido quando um escravo deixa de aceitar as definições que lhe são impostas pelo seu amo, então e só então, é que começa a agir e criar uma vida para si próprio. (FANON, 1983).

Critérios de Pertencimento Territorial Identidade Quilombola

O artigo 68 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998 prevê:

"Aos remanescentes de quilombos que estiverem ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos definitivos."

De acordo com a interpretação do jurista Girolamo Domenico Trecanni²⁵, tal artigo deve ser aplicado à luz do entendimento de que ao longo do tempo, a integridade dos territórios quilombolas sofreu inúmeros ataques. Os conflitos pela posse da terra foram e continuam sendo uma constante no dia-a-dia da comunidade de São Francisco do Paraguaçu. Ao mesmo tempo, a resistência contra as tentativas de esbulho e a luta para permanecer em suas terras são freqüentes.

²⁴ *Sombra do patrão* é uma expressão nativa empregada pelos quilombolas ao se referirem à parte da comunidade não se identifica com a luta pela regularização do território.

²⁵ TRECANNI, Girolamo in Boletim Informativo do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interénicas : Territórios Quilombolas Reconhecimento e Titulação de Terras. Florianópolis, UFSC, 2005

Como nos relata o Sr. Altino ".. fui expulso de muitas roças até que resolvi não sair mais."

As terras ocupadas pelos quilombolas, de acordo com a § 2 ° do Art. 2° do Decreto 4887, são as "utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural". E quando do processo de demarcação serão considerados os critérios de territorialidade indicados pelas próprias comunidades (§ 3 ° do Art. 2°).

O fato de alguns terem chegado em momentos posteriores à constituição da comunidade não desqualifica a relação dos moradores com o território, tampouco a identificação étnica, como define a quilombola Roseni:

Fazemos parte porque toda a nossa raiz familiar, todos os nossos antepassados fizeram parte dessa linhagem. Todos nós franciscanos somos quilombolas, independente da cor do cabelo, dos olhos, não é preciso ter nascido aqui. Se vier para cá e aceitar nossa forma de vida, querer viver coletivamente, ver a comunidade como irmãos, se eles se sentirem quilombolas, serão quilombolas.

Eu sou quilombola, enquanto eu existir estarei na frente desse trabalho e farei com que os quilombolas sejam reparados, por existir eu me sinto quilombola.

Corroborando isso, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, assim como a legislação que regulamento o processo de regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombos, estabelecem que o critério para definição dos povos e comunidades tradicionais é a auto-atribuição. Em seu Artigo 2º, o decreto 4887/2003 considerou remanescentes das comunidades dos quilombos:

os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A identidade coletiva está vinculada a um território, onde a convivência mútua permite o conhecimento e a ação conjunta. A comunidade se fundamenta nos sentimentos subjetivos de pertencer, de estar implicado na existência do outro. Os membros são unidos pelo parentesco, vizinhança, amizade, o trabalho e a crença comum, o que favorece que os valores individualistas

sejam confrontados pelo valor do coletivo. O' Dwyer (2002) compreende pertencimento étnico, tanto como uma questão de origem comum quanto de orientação das ações coletivas, no sentido de destinos compartilhados.

Seu Altino define:

'Porque eu sou quilombola? Será quem nasceu na roça? Não. Será quem nasceu no mato? Não. Será minha cor? Não. Será que é o meu trabalhar? Deve ser meu trabalhar, a minha vida, a minha luta! Então eu sou quilombola mesmo!'

Alfredo Wagner (2002) busca entender o significado contemporâneo de quilombo a partir de seus processos de afirmação étnica no sentido de uma existência coletiva, de sua organização política e confrontação perante seus antagonistas, suas estratégias de sobrevivência:

Quilombo, uma ação coletiva de moradia, trabalho e luta opondo-se não somente aos mecanismos depressores da força de trabalho, mas principalmente á lógica produtiva da plantation, tornando-se símbolos de autonomia produtiva. (Almeida,2002 pg.49)

O pertencimento é reconhecido pelo grupo. É interessante observar a forma pela qual se auto-reconhecem, já que este mapeia o vínculo com o território:

Nós somos quilombolas, pescadores, piaçabeiros, estopeiros, todos somos quilombolas! quem tira estopa e piaçava é mateiro, o trabalho mais era mato.

'Iiiiiiiiip!!!' é o som que os "mateiros" fazem para se chamar no mato, é o barulho do canto da pomba, quando o povo passa na rua, também se chamam por iiiip, essa é uma expressão nativa que reafirma a identidade. A afirmação da identidade quilombola, necessária para exercer sua liberdade, está relacionada à consciência da resistência à opressão histórica sofrida.

Os africanos e seus descendentes no Brasil alargaram o conceito de parentela estendendo o vínculo a todos aqueles que são filhos de uma mesma nação Existe um entendimento na comunidade de que, quem estiver há muito tempo vinculado ao território, tem o mesmo direito de quem é filho da terra. Os filhos já nasceram em São Francisco, são *filhos da terra*, explica

Osório: Minha vó era descendente de africana, aqui é uma aldeia de índio, tudo é parente. Aqui só casa primo com primo. Os São Franciscanos se chamam entre si de "parentes", termo que designa além do parentesco, relação de amizade e confiança: *E aí meu parente?*

Desde que se estabeleceu a situação de litígio, a comunidade vem sofrendo um processo de divisão interna provocado pelos fazendeiros que vivem na região. Foi alvo de sucessivas ações de reintegração de posse e passou a conviver diariamente com a presença de jagunços e policiais à paisana pagos pelos fazendeiros. Grande parte da comunidade, resolveu romper com a relação clientelista para buscar sua autonomia.

É necessário analisar atentamente o conflito que divide a comunidade, para diferenciar a vontade do povo, do medo do povo. A opressão introjetada dos empregados das fazendas e dessa parte da comunidade cooptada pelos proprietários é na realidade o maior obstáculo à regularização do território.

A autonomia que marca a luta quilombola estremece as bases do poder secularmente constituído, ameaça e provoca reação violenta. Agora estamos diante de uma comunidade secular ameaçada, que ousou lutar pela desconstrução do racismo latifundiário brasileiro e sofre a reação do poder branco.

Peço a Deus que me livre da falsidade, me livre dos inimigos, porque a vida da gente corre risco. Nossa Senhora Aparecida do Norte de todo o país, que vai dar forças e proteção a nós todos pra nós correr atrás do direito do nosso povo, da nossa gente, da nossa nação, para não passar essa infelicidade de ser massacrado.

Dona Maria

Nós não tamos roubando terra, é o direito que nós temos é o direito de quilombola

Sr. Altino

O servo e o senhor

A escravidão é uma decorrência da insaciável e da inescrupulosa hegemonia do lucro ontem e hoje.

Dom Pedro Casaldaliga ²⁶

O outro grupo que não faz parte do movimento quilombola é formado, em sua maioria, por pessoas que têm relação de compadrio com os proprietários ou são funcionários que trabalham para os fazendeiros, que se encontram na área pleiteada pela comunidade.

A segurança proporcionada pela irrisória remuneração paga pela exorbitante jornada de trabalho, ainda implica sentimento de dívida e conseqüente aumento da carga de deveres para com o empregador. São bastante comuns os casos de negação da memória. A escravidão foi um processo que as pessoas excluídas lutam para esquecer. Muitos escravos mostravam-se conformados e submissos. Chegaram a colaborar com seu opressor e a afeiçoar-se a ele. Essas atitudes, porém, podem ser compreendidas como a busca da sobrevivência. A opressão é introjetada também porque muitas vezes o sujeito se preocupa em preservar sua integridade física.

"Hoje eu me encontro preso pela bondade do patrão" **Sr.** Osório

Há casos em que a consciência oprimida está tão introjetada, que a liberdade é sentida como um fardo do qual é preciso desfazer-se. Nesse caso, a tendência do oprimido é reprimir o sentimento de ódio pelo opressor e substituí-lo por uma admiração cega que ameniza o sentimento de humilhação. "Se a pessoa que manda em mim é tão perfeita eu não devo ter tanta vergonha de obedecer-lhe" (Boétie, 1999).

O tirano subjuga os súditos uns através dos outros e se esforça a acostumar o povo á eles não só por obediência, mas por servidão e devoção" (Ibid, 1999. pg. 31).

-

²⁶ Bispo Emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT

Quando um feitor desconfia de um carrasco, faz colocar atrás dele um segundo escravo armado de chicote, para agir quando necessário e levando mais longe suas precauções, colocase em terceiro lugar para castigar o fiscal caso em que ele não cumpra seu dever com seguridade" (DEBRET in CAMPOS, 2001); É o que comentava Jean-Baptiste Debret, pintor e desenhista francês que documentou aspectos da natureza, do homem e da sociedade brasileiros no início do século XIX. No ano da Independência da Bahia outro famoso pintor, Johann Moritz Rugendas expõe a obra "Capitão-do-mato", um caçador de escravos fugidos. Os brancos incentivavam os carrascos negros, para dividir e criar dissenso. O capitão do mato também é descendente de africanos. O que faz um se tornar Zumbi, o outro um capitão do mato?

O maior obstáculo à luta por liberdade é a opressão que se instala no imaginário daqueles que passaram toda a vida servindo, e que são vizinhos e parentes dos lutadores. Outros conseguem despertar do sono da opressão introjetada. Scott (1990) defende que ao experenciar um atentado contra a sua dignidade, o sujeito pode criar a ponte entre sua condição de oprimido e a consciência. Segundo o autor, a dignidade é ao mesmo tempo um atributo muito particular e muito público, e se a ofensa à dignidade é infligida em público, ela se torna ainda mais grave. Quando os integrantes de um grupo subalterno se identificam como submetidos a um mesmo processo de opressão, eles compartilham o interesse em se unir para criar um contra discurso por dignidade e justiça.

O medo à liberdade

O trabalho do colono é tornar impossível até os sonhos de liberdade do colonizado Frantz Fanon

Freire (1970), ao refletir sobre a pedagogia do oprimido desvela o opressor que hospedamos, o opressor introjetado dentro de cada oprimido, aquele foi formado a partir de nossa socialização no meio de instituições totalitárias, ou escravocratas. A colonização implica bloqueio ao desenvolvimento autônomo de um povo, um povo herdeiro do cativeiro. Tamanha opressão torna muitos oprimidos hospedeiros dos opressores e seus preconceitos, e então são levados a acreditar que não conseguem viver sem depender do patrão.

Os que ficam contra gostam de servir à alguém, preferem continuar num sistema de servidão, preferem continuar prestando conta de tudo o que fazem, não se acostumam à liberdade, **têm medo de ser livre**, talvez seja isso. Eles querem fazer para outra pessoa, não querem fazer para si mesmo, tá sempre em 2º lugar.

Eu acho que eles pensam que não vão consegui andar por suas próprias pernas, mas um dia eles vão provar o gosto da liberdade e eles vão gostar

Roseni

Essas pessoas que não tem coragem de dizer que são quilombolas, sabe porque é?

Não tem coragem de dizer, não tem coragem de se aproximar, tem medo dos fazendeiros. Os fazendeiros já tiveram muitos lucros e nunca reconheceram os fracos que trabalham na fazenda deles, eles só querem subir cada vez mais e os pobres cada vez mais descer."

Dona Maria

Se tiver dez seguindo o caminho livre, têm cem que não querem viver livres, vivem no ranço, nesse carrancismo, naquela escravidão Seu Osório.

A liberdade é desejo de alterar a realidade e implica a existência do poder de escolha por quais caminhos seguir, não apenas escolher, como também ter entre o que escolher. Geninho por exemplo, é empregado de um dos fazendeiros da região. Seu pai também trabalhou para o pai desse fazendeiro. Com a regularização do território de São Francisco do Paraguaçu, o filho de Geninho poderá romper com esse histórico familiar e escolher trabalhar para si próprio.

A escravidão não acabou enquanto as pessoas passarem tanta humilhação, tanta privação.

Nós somos honestos, rude porque não tivemos tempo de estudar, tivemos tempo de trabalhar de ser massacrado.

Eu me sinto triste porque eu não sei a leitura, eu não tive tempo de estudar não, eu tive tempo de levar porrada, de trabalhar muito, de sofrer na mão de patrão, de patroa. Maria

" eu acho que tem gente que continua dos lado dos fazendeiros porque tem medo, não tem coragem de encarar a vida de frente prefere continuar ganhando seu salário miserável do que ter a coragem de lutar pelos seus direitos." Marineuza

Osório, como grande parte dos integrantes da comunidade cria pássaros em gaiolas e admite estar permanecendo no mesmo erro:

Se soltar o pássaro, ele pode até voar, mas não vai saber se alimentar sozinho e volta pra gaiola perde o cheiro de floresta...No começo pode até sofrer um pouco uns dois dias, depois se acostuma, morrer não morre, ele vai respirar! E como nós trabalha pro patrão. Que a experiência hoje é cada vez mais abrindo os braços! Na antiguidade tinha aquela, aí chorava, falava: ai meu Deus pra onde eu vou? depois se acostuma.

A comunidade que viveu secularmente à sombra do patrão se acostumou a servir e está dividida, uma parte segue presa por relações de exploração clientelista. A resistência se revela através daqueles que recusam a humilhação, exigem sua dignidade, lutam pelo direito de permanecer e cuidar. E mesmo de dentro da gaiola fazem ecoar a liberdade, seu canto nunca poderá ser preso. O clássico texto do Discurso da Servidão Voluntária refletia: "mesmo que a liberdade estivesse inteiramente perdida e de todo fora do mundo, a imaginam e a sentem em seu espírito e ainda a saboreiam; e a servidão não é de seu gosto por mais que esteja vestida" (BOÉTIE,1999, pg.24). No fundo, mesmo adormecido, permanecia vivo o sentimento de altivez que se rebela contra a escravidão e buscava formas de expressar a revolta.

A Libertação implica no resgate da auto estima e da dignidade e na luta para conquista

da autonomia como entende Maria: essa humilhação que eu passei aí em baixo, eu não esqueço nunca, é por isso que eu corro atrás para não acontecer com pessoas nenhuma, nem os meus netos, nem os netos de todo país.

Quilombolas querem ser livres, é isso que nos faz diferentes dos outros, quilombola é livre.

O querer acima de tudo à liberdade é o desafio de nossas vidas. Estamos dispostos á tê-la a qualquer custo, e não tem mais jeito, já estamos dispostos a ser livres

já sabemos a força que temos, estamos procurando a liberdade, o melhor não é encontrar a liberdade, é o gosto de lutar pela liberdade.

Roseni Santana e Pedro Gomes

Na primeira reunião que fizeram no Barração, Sr. Osório declarou que não poderia entrar no projeto da horta comunitária porque trabalha na Fazenda Alamão: *agora não posso, mas se ele for embora, ou se ele me mandar embora eu tou voltando pro meu setor.*

Antes da conclusão do trabalho de regularização do território, Osório foi demitido do serviço na Fazenda Alamão, onde cumpria jornadas severas de trabalho. Agora se apresenta como um dos mais ativos integrantes do movimento.



Osório trabalhando no jardim da fazenda Alamão

Railda trabalhou na AAMEN por 6 anos, sempre desejou parar de trabalhar para os outros e sonhava em abrir seu restaurante. Como sua é família muito envolvida pela luta pela regularização do território, chegou um momento em que aflorou seu sentido de pertencimento ao grupo e então ela também conseguiu se afastar das relações trabalhistas estabelecidas na Fazenda Engenho Velho. Quando uma porta se fecha outra se abre.



Osório, Maria e Altino num dos quiosques do jardim

Resistência e a Autonomia

EXERCÍCIO COTIDIANO DA LIBERDADE

O que define o quilombo é o movimento de transição da condição de escravo para a de camponês livre e sua resistência à opressão histórica sofrida. A autonomia no processo produtivo constitui-se no principal fator de luta desses grupos, configurando-se como um elemento que contribuía para a redução do poder de coerção dos grandes proprietários. Ancorada nos princípios de solidariedade e território de uso comum, essa autonomia representa uma constelação de pequenas unidades produtivas, baseadas no trabalho familiar, na cooperação simples entre diferentes grupos domésticos e no uso comum dos recursos naturais.

Bartolomé (1995) define autonomia como exercício do poder de decisão local sobre o uso dos recursos naturais, políticos, fiscais e culturais em um determinado território. A gênese da autonomia é o trabalho livre por meio do qual o ser humano se auto-determina.

Escravidão foi a forma encontrada por uma pequena parcela da população de ter suas necessidades atendidas sem ter que recorrer ao trabalho. Não se trata de roubar somente o trabalho de uma pessoa; mas sim do roubo de toda uma vida. Está mais próxima do campo de concentração do que de questões de más condições de trabalho (Bales, 2004: 7).

O significado de quilombo compreende um trabalho autônomo que por atos deliberados recusa a submissão forçada a terceiros. As respectivas práticas de uso comum dos recursos e de livre comercialização de sua produção agrícola e extrativa, compreende formas de cooperação simples e práticas de reciprocidade positivas entre as unidades familiares que se agrupam diante dos mesmos antagonistas sobre a mesma identidade. Considera-se o grau de autonomia que os membros das comunidades de quilombos historicamente adquiriram e a territorialidade específica que socialmente construíram em sucessivos atos de resistência que resultaram numa identidade coletiva consolidada na garantia de persistência de suas fronteiras (Almeida, 2006).

Muitos ficaram subalternos e gostam de ser escravos, parece que amam isso. Eu tenho uma revolta quando tenho que pedir licença para passar.

Anselmo

Escravidão é total controle de uma pessoa por outro para fins de exploração econômica, pessoas cerceadas de qualquer liberdade pessoal, o cerceamento da liberdade não é definido pelo maior ou menor grau de violência existente na pratica do trabalho. A violência está mais relacionada à idéia de degradação de perda de dignidade. (Gomes, 2007: 53)

As lutas autônomas afloram quando o povo oprimido se cansa de esperar por sua dignidade. Em muitas de nossas sociedades, alicerçadas no latifúndio monocultor de base escravocrata, o caudilho possuía o dom natural de escravizar a vontade de outros homens e de arrastá-los consigo - à rebelião, à batalha ou mesmo por sobre um abismo. Ganhava a afeição de grandes massas e as convertia no seu povo. Detém, a confiança desse povo; torna-se o símbolo do seu prestígio; encarna a personalidade da Nação (...) Agindo em nome do povo e afirmando reunir os interesses deste, justificava a sua ditadura". (DOZER, in MARRA, 2006)

A fusão entre o poder público e o poder privado de alguns membros das elites impossibilitava o desenvolvimento de um espaço de participação coletiva, livre e democrático. A ação política cotidiana e coletiva era substituída por uma relação de dependência do grande proprietário.

Resistência Cultural

Os povos *bantu* se concentravam no centro-sul da África, atuais regiões de Angola, República Democrática do Congo, Uganda, Namíbia, Zâmbia, Moçambique, Botswana e Zimbabwe. Formaram sociedades matrilineares nas quais as terras cultivadas eram consideradas dos antepassados e as florestas eram comunitárias. Os negros bantos na Bahia introduziram o samba, a capoeira, as festas do boi, as festas populares comuns a todo Recôncavo (CARNEIRO,1991).

Ao chegar ao Brasil, os africanos escravizados eram distribuídos com o explicito critério de uma mistura de nações. Não agrupando os de mesma língua, as chances de reorganização e rebelião seriam minimizadas, impedindo assim a formação de núcleos que assegurariam o patrimônio cultural africano. Nesse sentido, podemos afirmar que as manifestações afrobrasileiras são o ícone da resistência e símbolo de processo de negociação política para a preservação de sua cultura, apresentam o elemento de consciência de oprimido manifestado, seja explicitamente na letra de suas canções, ou mais sutilmente numa melodia melancólica que evoca o passado da escravidão, ou ainda no toque e na forma de dançar que expressam uma felicidade guerreira.

"O coordenador geral era um certo Francisco Cidade, escravo de Euzébio Nunes. Francisco dissimulava sua atividade conspirativa como presidente das danças de sua nação, protetor e agente delas." a pretexto de custear os batuques coletava dinheiro entre os escravos. Ele e sua companheira Francisca percorriam as armações e povoações do Recôncavo para confabular com os cabeças desses lugares sempre a pretexto das danças." (FREITAS, 1976 pg .41)

Os africanos escravizados tiveram que refazer quase inteiramente seus saberes e códigos culturais de origem, desenvolvendo estratégias básicas de resistência, o sincretismo, que resignifica o repertório cultural, ou a fuga do regime escravo, formando as sociedades quilombolas. Muitos grupos foram destituídos de suas formas de identificação, como foram destituídos de elementos de cultura material no tempo. Assim, retraduziram e redefiniram seus

símbolos, colocando a cultura a serviço da reafirmação de sua condição.

"a luta organizada e consciente empreendida por um povo colonizado para restabelecer a soberania da nação constitui a manifestação mais plenamente cultural que se possa imaginar" (Fanon, 1968).

A Capoeira

O grupo de capoeira de São Francisco do Paraguaçu, Grupo Capoarte, guardou essa ladainha, memória de feitores e cativeiros. Treinam num espaço da Praça São José, Tinho, filho de Djalma dos Santos é o instrutor, Márcio filho de Altino da Cruz é professor. Na bateria, os berimbaus, o pandeiro, o atabaque, palmas. O canto repercute pelas gerações. As rodas acontecem na escola, o grupo faz apresentações de capoeira em eventos, manifestações e audiências públicas para fortalecer o movimento quilombola. Apresentam-se também nas comunidades circunvizinhas para onde levam sua mensagem de resistência:

Negro, teu grito é a flor da senzala²⁷
Um grito forte que nasceu da dor
E que pode ser ouvido
Pelos poderes do senhor
Um grito de mãe escrava
Um grito de capoeira
Seu berimbau chora

IeeeeeeeeÊ!!!!

Meu bisavô me falou que no tempo da escravidão
Era dor muita dor, cantador
Morria de dor, os negros meus irmãos...
...Dor, dor, dor...
Zinzgzongue do chicote do feitor, cantador
Dor, dor, dor...
Dona Isabel, o cativeiro acabou, cantador
Dor, dor, dor...
Meu nome é Livre e o Berimbau me despertou cantador
Dor, dor, dor,
o nego morre de saudade sem amor, cantador

_

²⁷ Ladainha entoada no principio da roda de capoeira em São Francisco do Paraguaçu.

Araújo (2004) descreve a capoeira como uma práxis educativa fundada na ancestralidade, na oralidade e na comunidade. Aponta estes três pilares como princípios de pertencimento à dinâmica das tradições africanas no Brasil, dialogando sobre a resistência negra. Ancestralidade na reverência aos mestres e no convívio com o sagrado. Oralidade, principal via de repasse do conhecimento, corresponde à valorização de uma técnica de educação tradicional africana. E comunidade se refere a grupos que partilham os mesmos códigos de pertencimento e símbolos de identidade.

Gerhard Kubik, pesquisador da música africana e afro-brasileira a partir de padrões. Encontrou, entre africanos e no Brasil, padrões rítmicos semelhantes, e propôs mais uma confirmação para a origem banto do samba-de-roda, com o qual a Capoeira tem ligações(Kubik,1979).

O Samba de Roda

O Samba de Roda é uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva das mais importantes e significativas da cultura brasileira. De raiz africana, era a diversão dos escravos e se subdivide em vários formatos como a chula, o samba de corrida, o de parada, de quadra, o samba duro, entre outros. É a principal manifestação cultural da região do Recôncavo Baiano, exerceu influência no samba carioca e até hoje é uma das referências do samba nacional (IPHAN, 2004).

O **Samba de Roda do Recôncavo Baiano** tornou-se obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade²⁸ reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em novembro de 2005. Segundo documento da UNESCO *o Samba de Roda se destaca como uma espécie de denominador comum, permeando as atividades econômicas, religiosas e lúdicas, se inscrevendo no que se pode chamar de complexo cultural afro-baiano tradicional".*

A proposta de registro foi feita pela Associação Cultural do Samba de Roda Dalva

A proposta de registro foi feita pela Associação Cultural do Samba de Roda Dalva Damiana, grupo cultural filhos de nagô e pela associação de pesquisa em cultura popular e música tradicional do Recôncavo

Em São Francisco, ainda se faz o samba na Rua das Flores. Os quilombolas também se expressam pelo samba de roda, nas manifestações e encontros do Movimento. Ademerval Sumido é um dos maiores tocadores de Samba de Roda de São Francisco do Paraguaçu, constata que a manifestação que acontecia religiosamente aos sábados vem perdendo força:

" falou num samba e num pandeiro para tirar samba falou comigo mesmo. Hoje é mais oculto, antes era samba por cima de samba, esse negócio de Igreja de crente também derrubou Sumido canta entre outros sambas:

Eu vou sambar na fazenda de Horato botei força no cangote cavalo no espinhaço mulher com a força da língua homem no pulso do braço eu vou sambar pra te ensinar

Dona da casa, me apareça vou m'imbora antes que o dia amanheça olhei para cima, não vejo nada qual é a moça que não gosta da jogada eu torno a repetir: meu amor,...eu tenho faca pra cortar manteiga fina só vou em samba em lugar que tem menina eu tenho faca pra cortar manteiga grossa só vou em samba em lugar que tem cabrocha



Samba de Roda na Rua das Flores

Na comunidade, o samba de roda está muito associado às festividades do candomblé. " *quando batia samba e a dona da casa recebia santo, virava candomblé.* A dimensão comunitária é um aspecto essencial nessa espécie de samba. A dança é fonte de energia espiritual requer um tipo especial de envolvimento que traga a consciência de que se é apenas parte do todo.

Por todo território, onde existiu ocupação humana, foram indicadas as casas de samba de moradores identificados como músicos e sambistas, ou responsáveis pelos terreiros onde aconteciam os *carurus*.

Paizinho, conhecido como o maior tocador de violão, vendia galinha para sacrifício de candomblé era marido de Dona Xandinha que relembra :

Todo sábado era festa Arrojada,dançava a noite toda, ia gente da ilha do Capim, vinha gente de Santiago,eu ia, meu marido ia, ele era tocador ele ia tocar e eu ia dançar

Benéu, tocador de cavaquinho recorda do samba que acontecia de junto à casa de dendê no Pastinho do Calafati. *Todo sábado era samba até de manha era uma alegria, uma boniteza*. Nesse Calafati, Benéu conheceu Maria, sua companheira por muitos anos:

"Aprendi a sambar desde pequena no caminho das areias...

Tinha reza para santo, enfeitavam a casa toda com bandeirinhas de candomblé, era tamborim, pandeiro, cavaquinho, e até o prato..."

Quando acabava a reza começava o samba até o amanhecer."

O Movimento quilombola de São Francisco do Paraguaçu incorporou variações nas letras dos sambas tradicionais para reatualizar sua resistência:

Ouvi dizer, amor, ouvi falar, a filha falou pra mãe cabelo de arapuá...

Agora cantam: Eu vi dizer, Ouvi falar que o quilombo de São Francisco ta botando pra quebrar...

E ainda: Embarca, morena,embarca, molha o pé, mas não molha a meia

Eu venho de São Francisco fazer barulho na terra alheia

Cachoeira, Eu moro em Jacobina, eu moro em Jacobina, São Francisco é minha terra!

MÊS	FESTAS e	PLANTA	COLHE	OFERECE
	CELEBRAÇÕES			
T t	Ano Novo	Cair	castanha	Perfume e
Janeiro		Caju no		
	6 Festa de Reis	primeiro	Manga	Sabonete para Mãe d'agua
	Santa Mazorra ²⁹	dia do ano	Boa pesca	
	Esmola cantada			
	festa para Obaluaie,			
	no terreiro Jitundê 1			
Fevereiro	Festa de Iemanjá 2		castanha	Presente para Mãe d'agua
	Carnaval			
Março	São José 19			
	25 Caruru	Milho Feijão		Planta em São José para colher são
		Amendoim		João
		abacate		
Abril	Semana Santa			
Maio	Sábado de Aleluia Mês de Maria			
Iviaio	Oxossi 1			
	Santo Antônio13		Milho Feijão	
	São João 24 Santo Antonio 13 São Pedro 29		Amendoim	
Julho	Mês de Sant'Ana 26	aniah a		
		quiabo		
Agosto	São Bartolomeu 20	quiabo		
	Sant'Ana			
	Boa Morte 15			
	São Roque 16			
Setembro	Cosme Damião	Melancia		Caruru
		Caju		
Outubro	4 São Francisco Padroeiro da vila		castanha	
Novembro	20Consciência Negra		castanha	
Dezembro	Natal		Castanha	
			Manga, caju	
			melancia	

²⁹ Um cabo de vassoura vestido de baiana saía varrendo a rua

Osório conta que antigamente se fazia esmola cantada para chamar o *jazi*, 24 figuras era o *jazi* completo, o som de tamanco cobria o som do jazz, clarineta, trombone, saxofone. Tinha afoxé no carnaval. *Vem a bateria batendo pela rua, multidão de mascarados pulando, muita gente de fora, até o dia amanhecer...* Os carnavalescos se pintavam com a lama do mangue e a farinha para se pintar. *Toda a pessoa que se acaba de torrar farinha e se enfia no mangue, samba!* disse Dona Maria: *O samba e a seresta faz bem a saúde, quem não samba fica entravado de reumatismo*.

Dona Dionice que agora frequenta Assembléia de Deus, era uma sambista de fama, fazia novena de Santo Antônio, sambava na Peninha; foi convidada para sambar em Cabuçu. Seu tio Esmeraldo Santana foi pai de santo na comunidade. Fulô que era esposo de Dona Maria a levou para ver um caboclo, mas quando ficou grávida da sua primeira filha Railda, quase morreu de parto e atribuiu sua recuperação à religião evangélica. Foi com Antônio que conheci a Assembléia de Deus, levei dezoito anos na Universal. A doutrina é diferente, a Assembléia é mais rígida: a gente que é cristã não pode sambar.

Antônio Santos de Jesus, pastor da Igreja Universal do Reino de Deus é casado com Sueli, filha de Dona Antônia moradora da comunidade remanescente de quilombo Salamina Putumuju, onde conhecem a vila de São Francisco como refúgio dos "candomblezeiros" : Os povo do terreiro foram todos para São Francisco do Paraguaçu.

Podemos perceber a prática da tolerância, ecumenismo e respeito às diferenças de credo na comunidade. Os integrantes do movimento quilombola de São Francisco do Paraguaçu que são adeptos da Assembléia de Deus não são discriminados e não discriminam seus companheiros católicos ou praticantes do candomblé.

Na Capela de Nossa Senhora das Dores estão sendo mantidas as imagens barrocas do convento entre elas a imagem de São Benedito, o santo negro da Igreja Católica³⁰.

69

³⁰ São Benedito foi pastor de ovelhas e lavrador. Tinha o apelido de "mouro" pela cor de sua pele. Aos 18 anos de idade já havia decidido consagrar-se ao serviço de Deus e aos 21 um monge dos irmãos eremitas de <u>São Francisco de Assis</u> o chamou para viver entre eles., É um dos santos mais populares do país, principalmente entre a população de origem africana, que o associa aos padecimentos do negro brasileiro.



Nas trezenas de Santo Antonio, cada noite é responsabilidade de uma família de comprar vela, incenso, flores, e pagar o rezador. Os vizinhos pegam o santo de sua casa escondido e levam para rezar na sua casa, deixam seus pedidos numa caixa.

Santo Antônio

Santo Antônio escutai o meu pedido meu querido, atendei com a graça do senhor meu redentor Santo Antônio nosso bom pai, meu espírito abençoou Santo Antônio nosso bom pai vossos filhos abençoai

Quando morre alguém, os empregados de um dos fazendeiros abrem o Convento de Santo Antônio e batem o sino. Os finados são velados num cemitério do outeiro à caminho do Engenho Velho.

A história da confraria religiosa da Boa Morte, que realiza festejos tradicionais no município de Cachoeira, só pode ser compreendida a partir da história do tráfico negreiro da costa da África para o Recôncavo canavieiro da Bahia. A devoção à Nossa Senhora de Agosto, constituída apenas por mulheres negras, numa sociedade patriarcal e marcada por forte contraste racial e étnico, sempre criou atritos com as autoridades da Igreja, pelo o aspecto externo do culto referido quase todo ao simbolismo católico e a sua apropriação afro-brasileira que culmina nas festas de samba de roda.

É notável como a ancestralidade africana se reelabora no interior das instituições religiosas baianas e como as irmandades leigas acabam prestando renovado serviço a esse processo de intercurso cultural.

Sua difusão entre a comunidade baiana, entre outras coisas, deveu-se ao fato de que a mediunidade popular característica dos cultos africanos sempre relativizou o problema da morte, na medida em que os adeptos do candomblé acreditam em reencarnações sucessivas. Emprestou, portanto, ao culto originalmente católico elementos do seu sistema de crenças e componentes sócio-históricos da dura realidade escravista que fez do cativeiro sofrível martírio para os que

vieram na diáspora. A devoção à Nossa Senhora da Boa Morte passou a ter também um significado social, permitindo a agregação dos escravos, facultando a manutenção de sua religiosidade num ambiente hostil. (Falcon,2006)

Espiritualidade e Resistência

Na minh'alma ficou o samba o batuque o bamboleio e o desejo de libertação³¹

Candomblé é nucleação, cria laços de solidariedade e sentimento de pertença. Resultado da resistência de várias nações que se misturaram no Brasil contra o inimigo comum que era o escravizador. É uma religião de exaltação à personalidade das pessoas, onde se pode ser verdadeiramente como se é, e não o que a sociedade pretende que o cidadão seja, e desta maneira contribui para o resgate da dignidade. (CARNEIRO,1991)

As religiões de matriz africana foram perseguidas, a ponto de que até trinta anos atrás os terreiros de candomblé, xangô, batuque, mina e demais formas de cultos afro-brasileiros eram obrigados a retirar um alvará da Delegacia de Jogos e Diversões a cada vez que realizavam uma festa pública para os deuses africanos e para as entidades dos cultos sincréticos como a umbanda, a pajelança, a jurema (CARVALHO, 2007).

Na vila de São Francisco encontramos o Terreiro Jitundê, registrado pela Federação Afro Baiana de cultos brasileiros Kêto, alvará nº 438. No barração, casa onde são realizados os cultos está a Fundação do Candomblé, marcada por um desenho feito com búzios no chão em que se guardam todos os segredos do candomblé.

-

³¹ Solano Trindade



Alvará do Terreiro Jitundê

No pátio encontramos muitas árvores onde são feitos os assentamentos, assentados diferentes orixás, no pé de jurema um caboclo, na jaqueira *Tempo*, em que amarram uma bandeira branca.

O ano começa com festa para Obaluaiê, no dia internacional do trabalho tocam para Oxossi. Quando é festa de São Pedro acendem uma fogueira grande, os filhos de santo se manifestam com os orixás rondando a fogueira.

Hoje em dia o responsável é do pai de santo Edinho de Oxossi que tem terreiro em Salvador, em São Francisco e Maragogipe. Lício de Xangô morreu e deixou muito filho de santo, entre eles Dona Nicinha filha de Ogum que é sincretizado como Santo Antônio:

Candomblé tem arte, eu tinha medo, quem rodava era minha irmã, quando eu fiz o santo tava com 20 anos, minha filha Magnólia também é raspada é de Xangô.

Depois que meu pai Lício morreu não batem mais certo, não quer amanhecer, eu batia pra Ogum aqui nesse casa, depois comecei a fazer no quintal.





Ogan é o tocador nos cultos. Cacau, morador de São Francisco que abriu as portas do terreiro para a pesquisa, é ogan suspenso, ainda não foi confirmado, diz que passou a ter fé depois de uma situação que ele quase morre e se curou lá. Sua avó era conhecida como Regina de Oxum.

Nós somos tudo candomblezeiro e candomblezeiros são todos católicos.

Quando eu pagava umbigada no samba de roda sentia um abalo o corpo tomba, nunca mais botei os pés em Lício, meu tio tinha um terreiro em Cachoeira.

Eu tenho um bocado de fé nesses encantos, são eles que me protegem porque essa luta não é fácil, muitos desejam o nosso mal, eu não desisto nunca. Os guias (do candomblé) eram a salvação dos escravos. Eu fui no presente de Iemanjá que Ananias e Juvani, colocaram no porto de Santiago do Iguape.

Dona Maria se refere ao presente colocado por Juvani, mãe de santo do Terreiro 21 aldeias de mar e terra, em Kaonge, comunidade quilombola vizinha, pertencente à Baía do Iguape, onde se pratica o Candomblé Angola, de todas as nações. De lá ecoa um samba de caboclo que evoca a formação dos quilombos:

Eu vou m'imbora eu vou pra lá, dentro da mata eles não vão me encontrar

Quebra a cabaça espalha a semente, cadê os meninos que brincavam com a gente?

Presente muitas vezes levado no Engenho Velho, no dia 2 de fevereiro, dia de festa para Iemanjá³², quando batem o candomblé para mãe d'água e colocam a oferenda na ponta do caju. No Alamão também se realizava frequentemente a festa de São Cosme, a Esmola Cantada (Caruru Modenho) tinha um Candomblé próximo ao Cemitério. *Milagre de São Jorge é* uma nascente reverenciada. É uma gruta de onde brota água e eles acreditam que é um milagre, a samambaia que existia na entrada já não existe mais. São Jorge encanta caboclo, é o padroeiro desse lugar. A gente trazia fósforo e vela para morada de encantados como a vovó do mato e a caipora.

Senhor Altino constata: Isso aqui era uma mata só, depois que virou cidade eu não sei mais andar aqui não, antes eu sabia.

Pedra do Cantagalo é gruta natural a beira mar, que marca outro famoso candomblé, vinha muita gente de Maragogipe. Hoje em dia, o que era morada de encantados, foi acimentada, o mangue que lhe protegia foi aterrado para construção de uma estrondosa área de lazer gramada, piscinas, quadras de tênis, animais exóticos, jardins monumentais, cuidados por mão de obra de gente São Franciscana, que não tem mais tempo de cuidar de seu próprio jardim.

Pedra do Cantagalo



³² Iemanjá divindade da região africana onde se encontra a Nigéria tem um dos cultos mais populares do Brasil. É a única dos

Ambiente e Produção

São Francisco de Assis também entendeu que Deus criou o homem, mas também todos os outros seres e que a humanidade não tem direito de explorar a natureza em seu próprio benefício.

A atividade produtiva na comunidade de São Francisco do Paraguaçu é baseada no trabalho familiar, na cooperação simples entre diferentes grupos domésticos e no uso comum dos recursos naturais, os quais são condição para reprodução cultural, social, e econômica da comunidade que resguarda conhecimentos transmitidos pela tradição ou seja, a garantia do território tradicional é determinante para assegurar que essa cultura possa continuar existindo.

A comunidade de São Francisco do Paraguaçu depende diretamente dos recursos naturais para a sua sobrevivência e, assim, desenvolveu historicamente formas próprias de organização social, costumes, crenças e tradições, bem como de relações com o ambiente.

As principais atividades dos quilombolas são a agricultura de subsistência, a pesca, a coleta de marisco e o extrativismo da piaçava e do dendê. Vivem da pesca, do extrativismo da piaçava e, se não cuidarem do mato do mangue e da maré, sua sobrevivência estará ameaçada.

A observação atenta e análise do uso e apropriação dos recursos naturais renováveis são fundamentais para a delimitação do território. *As múltiplas formas de apropriação e uso da natureza, designando territorialidades específicas, convergem para o processo de construção do território étnico das comunidades remanescentes de quilombo* (ALMEIDA, 2006, p. 38).

Principais atividades produtivas

Extrativismo

Piaçabeiros e Pimdobeiras

A piaçava é uma tradição e isso vem de anos e mais anos... nunca desmoronou as terras. Osório

A importância econômica da piaçabeira está na extração das suas fibras, utilizada na fabricação de vassouras, o resíduo obtido de sua limpeza, o qual é conhecido como bagaço e fita, também serve para cobertura de casas nos meios rural e urbano. Os homens se reúnem em grupos e saem para tirar a piaçava na mata.

É mais comum que as mulheres se dediquem à limpeza da piaçava, ao beneficiamento dos produtos das atividades extrativistas, fabricando utensílios artesanais como exemplifica Maria: essa piaçava é uma riqueza, faz vassoura, balaio que bota roupa suja da casa de meus senhores, faz quibano, panacum, esteira, chapéu, bolsas.

Também são trançados o quibano feito de cipó para secar peixe e carne, balaios e cofos feitos de samambaia para guardar marisco. Outros produtos extraídos da floresta são: o ticum, o licuri, a estopa, a castanha e o dendê.

Dendê

O dendê é retirado nas matas, é mais comum que as mulheres saiam para catá-lo, os homens subam nas palmeiras para cortá-lo, por meio de técnicas de manejo tradicional. Atualmente o óleo de dendê é fabricado de maneira artesanal: depois de cozido, os homens pisam os frutos do dendê com um pilão de madeira, o que resulta num bagaço que as mulheres lavam. Acredita-se que é melhor realizar esse processo na lua cheia, porque faz mais espuma gordurosa que é a parte que, depois da lavagem, se separa para engarrafar o azeite.

A maior safra do dendê acontece na época da Sexta Feira Santa mas se tem gente demais

olhando, se tiver olho ruim, o azeite não rende. Os moradores também observam um preceito do candomblé: sexta feira não é bom comer dendê, se a cobra morder não tem remédio.

Venho com parceira tirar dendê e castanha, cada vez que a gente vem a gente tira uma coisa para guardar e na Semana Santa para fazer muqueca de um monte de coisa. A castanha para o vatapá e para o caruru já está guardada.

Marcela

Aqui faz vatapá, faz caruru, faz canjerê, faz acarajé e abará. Minha mãe ia pra roça, deixava aquele dendê ali mandava eu catar, aí ela fazia o fogo de lenha lá fora, botava o dendê para cozinhar, depois de cozido, eu pisava e lavava. Isso aqui é o clima daqui, as criancinhas pequenas já iam crescendo vendo esse movimento todo como é, é de mãe passando para filho, de vó passando para filho para neto pra tataraneto e assim vai...

Dona Maria

A palmeira do dendê, originalmente da costa ocidental da África foi introduzida pelos negros trazidos como escravos para a colônia e se adaptou muito bem na costa nordeste. Atualmente o extrativismo do dendê, está bastante reduzido em decorrência dos impactos ambientais resultantes da ação antrópica, que teve com a implantação da cana-de-açúcar pelos senhores de engenho. Segundo informam moradores de São Francisco: *tinha muito dendê*, *tiraram o dendê para plantar cana*.

Nessa área da Reserva teve muito dendê jogado embaixo que os trator jogou, embaixo, na época que os proprietários do Engenho Velho vieram pra aqui, foi muito cajueiro jogado de pernas pro ar com o trator, muito dendê, muita coisa aconteceu, muita arvore. Na beira do mar tinha um brejo que de fora a fora era tudo de pé dendê, tudo os trator jogou em baixo, acabou com tudo. Tinha um caminho por cima, e em baixo um brejo completo de dendê, mas foi tudo derrubado.

Dona Marineuza

É interessante observar como as atividades tradicionais em São Francisco se entrelaçam e cooperam com a manutenção do modo de vida da comunidade. O ticum para trançar a rede da pesca, a palha do licuri e cipó de samambaia para guardar os pescados e mariscos, estopa da biriba para calafetar as embarcações, alguma madeira para canoa, dendê para preparar a muqueca e comer com farinha e pimenta produzidas nas roças.

AGRICULTURA

Roça

A farinha era trocada com os embarcadiço, saveristas dentro do rio por pescado e sementes de escravo.

Eu sei pegar carangueijo, sei pegar ostra, sei pegar aratu, tudo em cima do mangue eu sei fazer, e no caminho da roça também, eu sei fazer de tudo.

Pescadores moram na terra de onde tiram a farinha e o dendê. Onde é que planta? Planta nos ares? Se o sujeito não trabalhar, ele come?

A atividade agrícola na comunidade é baseada na diversificação de culturas, para atender a subsistência que se encontra ameaçada devido à restrições dos fazendeiros que cercam as áreas de ocupação tradicional, vigiadas por prepostos, e brigam na justiça com sucessivas ações de reintegração de posse. Deste modo, a comunidade fica sem espaço suficiente para realizar o tradicional pousio.

Colchester(1997) afirma que, em geral, as comunidades tradicionais desenvolveram formas de vida marcadamente sintonizadas com seu ambiente local, no entanto, estão sofrendo pressões externas e suas economias e organizações sociais são forçosamente modificadas para acomodar um envolvimento com a economia de mercado, e elaborar novos mecanismos para utilizar os recursos naturais.

Os integrantes da comunidade comentaram que conhecem a necessidade de fazer pousio, prática realizada anteriormente, mas agora a comunidade se encontra confinada numa área reduzida e o equilíbrio tradicional entre os seres humanos e seu habitat foi rompido. Entretanto não abrem grandes extensões de terra para as roças, aguardam a regeneração, a mata se fechar de novo. Plantam primeiro o milho, espécie mais exigente e depois que colhem, fazem a rotação de culturas e plantam a mandioca.

Antigamente a gente viajava pra Salvador, levava farinha para a feira Água de Menino (atual feira de São Joaquim). Nesse Boqueirão, eu e meu irmão fazíamos 30 sacos de farinha, no braço por semana era duas três noites torrando farinha direto. Hoje a gente tem que comprar em Maragogipe. Altino da Cruz

As áreas tradicionais de " arrancadouro velho", são utilizadas pela comunidade para o cultivo de produtos de consumo básico, tais como a mandioca, o feijão, o amendoim e o milho. Uma das principais áreas de cultivo agrícola se encontrava no caminho do areal, uma área de capoeira que foi desmatada pelos proprietários para pasto. Cada segunda feira trabalham o coletivo, na roça de um.

A existência de pomares e de árvores frutíferas é bastante significativa nos quintais da comunidade. Manga, caju, côco, jaca, siriguela, carambola, abacate, jaboticaba, murici acerola e pitanga.

La pra cima é o areal. Era mato puro, hoje em dia tem vários pés de mangueiras, vários pés de coqueiros, antes tinha limão galego, limão francês, laranja sem caroço, muito abacaxi.

Correa era um capataz, corria atrás de cavalo, ficava atrás de uma moita, e quando veio o dia do pagamento, o dinheiro veio cortado, ele disse: não meu mano, sabe porque? aquelas duas jacas que você bateu lá, se tivesse madura você levava.

Sr. Ademerval

A jaca e a manga, em especial, que não são espécies nativas, são encontradas invariavelmente em todos os sítios indicados como tradicionalmente ocupados pela comunidade. As árvores centenárias como os cajueiros, os pés de araçá, as cajaranas, os coqueiros, as mangueiras e as jaqueiras presentes nos quintais das famílias evidenciam a ancianidade de sua ocupação e são portanto, indícios comprobatórias da posse efetiva que os quilombolas mantêm sobre as terras do povoado.

Conhecimentos e Práticas

Mateiros, piaçabeiros, mariscadeiras, pescadores, parteiras e curandeiros de São Francisco do Paraguaçu percebem a influência da natureza e dos cosmus nas suas atividades cotidianas e no seu entorno. Sua própria cosmologia, suas crenças e valores a respeito dos fenômenos naturais e as interdições que daí decorrem, os tabus e prescrições que observam e podem ter um papel regulador na inter-relação dessa comunidade com os recursos naturais. Observam o repercutir das estações, do ciclo da lua e das marés na produção:

Quando a lua tá nova ou cheia e a maré tá grande, não se planta porque fica bom antes do tempo e apodrece.

Três dias antes da cheia é bom para plantar raiz, depois da lua cheia para minguante, é bom para guardar semente e para tirar madeira.

Mandioca é bom de plantar quando a lua tá quebrando (minguante), na maré grande o troço engrossa e mandioca é fina. É melhor plantar no verão.

O quiabo a gente só planta em maré pequena, quando a maré quebra é que a gente planta, quando planta quiabo na maré grande ele cresce muito e não bota.

Milho, amendoim feijão tem que plantar três dias antes ou três dias depois de São José, se plantar no dia de São José, não colhe nem para São João.

Quem é banguelo não pode plantar, amendoim nem milho, fica sempre vazia a espiga.

Melancia e dendê mulher menstruada não pode plantar, e não pode colher nada.

O inhame é planta mais cetrosa que tem, para plantação de inhame tem que ter uma mulher.

Quando a pimenta murcha também é olho ruim, quando colher a pimenta tem que colher com o talo, se deixar o talo no meio da casa e a mulher pisar, tem briga.

Abóbora se arrama, tem que capar o olho

Pescadores e Mariscadeiras



Dona Maria mariscando no mangue da Bica d'água

O mangue é o berçário dos peixes. No território pleiteado pela comunidade de São Francisco do Paraguaçu, em algumas propriedades bosques de mangues foram aterrados para construir áreas de lazer, em outras foram cercados impedindo acesso dos pescadores e marisqueiras.

O Calendário Sazonal e o reconhecimento a respeito do período de aparecimento das espécies auxilia o pescador e a pescadora, marisqueira e marisqueiro a capturar as espécies ao longo do ano (STOLZE, 2006).

Quando a maré tá grande para tirar sururu, maré pequena é melhor porque enche devagar, a maré grande num instante enche.

Quando a maré para de vazar ela fica paradinha, depois retorna a encher. Maré tardeira, dia todo o mangue está seco de nove horas da manha até tarde. Maré cedeira tem que acordar cedo.

Quando a maré tá crescendo e quebrando dá marisco, quando ela tá grande e vazia é ruim. A maré de março é a maior que tem.

A compreensão da periodicidade lunar e de sua influência nos movimentos e concentrações dos organismos marinhos é crucial para o sucesso das pescarias (Cordell, 1978).

Os ciclos lunar e de marés exercem uma influência tanto no comportamento dos peixes quanto dos pescadores. Na percepção local, um conjunto de termos marca as mudanças das correntes, nomeadas como "maré de lançamento" e "maré de quebra".

O período do defeso é observado e respeitado pelos pescadores, o período do caranguejo se reproduzir. Segundo eles, no inverno, a água fica turva, e é bom para pescar camarão e robalo. No verão é melhor, ostras, sururu, papafumo, quando chove a água doce afugenta os crustáceos.

A pescaria é uma atividade desenvolvida pelos quilombolas de grande relevância econômica e cultural para a comunidade. A pesca artesanal de peixes, camarões e extração de mariscos e crustáceos nas áreas estuarinas garante o alimento para as respectivas famílias, tendo o excedente comercializado.

A Reserva Extrativista da Marinha, a Baía do Iguape, está localizada nos municípios de Cachoeira, Maragogipe e São Félix. A existência desta reserva preserva os manguezais e impede a especulação imobiliária.

Os diferentes tipos de rede, são consideradas variações da arte. A arte de tecer as redes é transmitida a cada geração: tem a rede de espera que bota num intervalo de tempo por maré, se bota na maré vazante, tira na cheia. Ou a rede de monzuá que é uma gaiola que serve para pegar siri no mangue, bota de tarde e tira no outro dia de manhã. Outros instrumentos usados são as camboas, jereres e puçás. Visga e gancho são instrumentos para mariscar.

Fui correr a lama para pegar siri na lama de visga, tarioba, chumbinho, já tomei cada uma. Maria

Quando as mulheres vão para o mangue se chamam por iiiiiiiiip, não se chama pelo nome, pode ter alguém traiçoeira...

Dona Xandinha aponta que o trabalho do mar é um trabalho masculino e trabalho da maré é feminino, que é a mariscada, o siri o aratu, carangueijos, sururu e ostras. O trabalho do alto mar é mais realizado pelos homens que podem governar melhor e tem mais força para o remo, mulher só vai se homem for. A mulher escalda, depois cata e leva para pesar na venda.

Maré é a beirada, as mulheres vão para a jangada a motor, homem é proteção, um ou dois homens tem que ter, se quebra alguma coisa no motor.

Eronildes da Rosa, seguiu a profissão do avô que também era "calafati", profissão naval que o carpinteiro faz, marítimo viaja de embarcação, arte da pescaria :

Cafati aqui dentro do rio era uma profissão. A melhor época para se viajar no mar é o verão, no inverno é mais perigoso, maré de quebra, maré de lançamento enchente varia conforme para onde vai. A preamar é maré toda cheia, baixamar toda vazia, meia vazante meia enchente. Calafetar a embarcação é usar a estopa para vedar, entre uma madeira e outra.

Seu Nidi, como é conhecido na rua do Pontal, aprendeu a profissão do avô, tem sete filhos vivendo em Salvador, e seus netos nasceram na cidade grande, não puderam aprender a pescar com o avô.

O manejo pesqueiro é uma atividade que requer saberes específicos a respeito dos recursos naturais renováveis que ordenam as formas de apropriação destes recursos, saberes sobre a influência dos ciclos da lua, saberes sobre o movimento dos cardumes.

A pesca artesanal merece ser contemplada com um tipo específico de proteção, conhecida como Reserva Extrativista. Pescadores artesanais mantém laços estreitos com o espaço onde exercem sua pescaria, que se diferem dos outros por seus apetrechos, por sua forma associativa de trabalho. Pescadores artesanais da beira da praia pescam o robalo, que é considerado um peixe de ilha. Pescadores relatam a dificuldade em comercializar o pescado: *A tabaronice era demais, saía para pescar quando voltava não dava tempo de vender tinha que trocar*.

A atividade pesqueira artesanal requer dos pescadores um conhecimento ecológico que pode garantir a sustentabilidade desta prática. Os pescadores portam o saber e o saber fazer, relacionados com a estrutura e função do ecossistema a que estão vinculados. No que diz respeito aos pescadores artesanais do estado da Bahia, as tradições de pesca são excepcionais porque contêm conhecimento ambiental local altamente refinado, acumulado por um período de centenas de anos (Cordell,1978). No entanto, este conhecimento permanece ainda largamente desconhecido por alguns ecólogos e administradores, que vêem o conhecimento tradicional como um acúmulo de superstições e de crenças não verificáveis

Sustentabilidade e Conservação da Biodiversidade

Os territórios são espaços com forma de organização própria e direitos garantidos recentemente instituída pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), por meio do Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário por meio do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e promulgada pelo Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004, que garantem o direito à auto-identificação das comunidades quilombolas assim como o direito à propriedade da terra, determinado pelo artigo 68 da Constituição Federal do Brasil de 1988. A PNPCT "tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições." (art. 2º)

Como prevê a definição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais³³, *comunidades tradicionais* se caracterizam por ocupar e usar seus territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais define Territórios Tradicionais como: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

O significado de *tradicional* mostra-se dinâmico como um fato do presente, rompendo com a visão essencialista e de fixidez do território, explicado por fatores históricos; Wagner Gonçalves, Procurador da Republica da Coordenadoria de Defesa dos Direitos das Populações Indígenas, destaca que, terras tradicionalmente ocupadas não revelam uma ocupação temporal,

84

³³ Em dezembro de 2004, por pressão dos Movimentos Sociais, o governo federal decretou a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais publicada do diário oficial da União – Seção I Atos do poder executivo, em 28 de dezembro de 2004

não se refere ao tempo de ocupação ou a ocupação imemorial. O *tradicional* refere-se ao modo tradicional dos grupos utilizarem os territórios e ao modo tradicional de produção. Alfredo Wagner (2006), explica que as atividades das comunidades tradicionais tanto podem voltar-se prioritariamente para a agricultura, quanto para o extrativismo, a pesca, realizadas de maneira autônoma, sob a forma de cooperação simples e baseada no trabalho familiar.

As culturas não podem sobreviver muito tempo sem uma base agricultável sustentável e uma ética do uso da terra. À exemplo de comunidades tradicionais que possuem forte vínculo com a terra, como os povos indígenas e quilombolas, a educação permanente e a tradição oral, podem ser descritos como processos educativos na direção da sustentabilidade, fato demonstrado pelo uso milenar do habitat.

Antagonistas usurpam as terras dos quilombos, entre muitos outros motivos, porque são as mais preservadas, o modo de vida tradicional vem mantendo a integridade de seus ecossistemas ao longo das gerações. Práticas sustentáveis sempre foram e continuam sendo desenvolvidos por muitos povos indígenas, quilombolas ou populações autóctones em todo o mundo, cujos princípios estão intrinsecamente arraigados às culturas milenares que foram se adaptando ao meio e este se moldando à ação humana.

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) estabelece unidades de uso sustentável que defende a manutenção das comunidades em seus locais de origem, que deixariam de ser classificados como reservas, onde a presença humana é proibida, para serem definidas como áreas de desenvolvimento sustentável, que permitem a convivência com comunidades. Este é o tipo de unidade de conservação ideal para proteger a diversidade da fauna e da flora brasileira e respeitar as comunidades tradicionais. Conforme a definição da SNUC, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade ecológica.

A preservação de espaços ambientais está intimamente ligada ao tipo de ocupação humana da terra. De um modo geral, as ocupações tradicionais se caracterizam por um profundo respeito à natureza, preservam o meio ambiente, pois dele depende sua sobrevivência. O território integra a Unidade de Conservação da Natureza, a Reserva Federal Extrativista Marinha Baia do Iguape.

Reserva Particular da Peninha

Eu fui trabalhador do Sr. Carlos Diniz, hoje na fazenda Peninha não se pode tirar uma piaçava. Quando ele chegou aqui encontrou essa selva. ele fez? Não. Isso é os meus tataravôs que vinha conservando ela e ela nos conserva. A piaçava é uma tradição e isso vem de anos e mais anos... nunca desmoronou as terras. Hoje ele avançou de dizer que nós desmatamos. A fazenda Peninha é o mesmo chão, que dele nos come.

Senhor Osório

O território tradicional reivindicado pelo quilombo São Francisco do Paraguaçu, engloba integralmente a RPPN da Peninha. A lei do Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC 9985/2000) em seu 14 °artigo classifica RPPN como unidade de conservação de uso sustentável, entendendo por sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

Quem é que nunca foi mariscar nesse engenho velho? Não se pode botar cerca na travessa dos manguezais!

A firma daqui é fazer roça, é tirar piaçava, é mariscar!

Nos tiramos um pedaço de pau pra cozinhar uma panela, para consertar um telhado ou fazer um galinheiro.

Quem desmatam são os fazendeiros, que desmatam milhares de terras para plantar capim; desmatação sabe o que é? É derrubar os cajueiros como aconteceu no Engenho Velho, cortaram muito pé de pau grande, fizeram um miserê, e hoje é a Reserva da Peninha.

Dona Maria

A Associação dos Amigos do Engenho, AAMEN, anteriormente conhecida como Associação dos Amigos pelo Progresso do Vale do Iguape é gestora da Reserva Particular do Patrimônio Natural da Peninha que se insere dentro da propriedade do Engenho Velho.



Ruínas do Engenho Velho

Integrantes da comunidade de São Francisco estão sendo responsabilizados por desmatamento. Crispim, um dos principais conhecedores das ervas e dos segredos da floresta em que vive desde menino, relata: *chegou no IBAMA dizendo que eu tava desmatando a terra*, *minha mãe planta desde os 16 anos e a terra sempre foi dos avós e dos pais*.

O estabelecimento de áreas protegidas não deve confrontar os direitos territoriais dos povos tradicionais. Importante é perceber que a mera definição de um recorte territorial para categorizá-lo como uma Unidade de Conservação não garante por si só que esta área esteja de fato sendo protegida. O amplo conhecimento da biologia das espécies que as populações locais demonstram ter, pode ser revertido para subsidiar essas definições Uma compreensão mais ampla da utilização dos recursos por parte das populações locais se faz necessária até para que os comunitários possam auxiliar nas decisões referentes à proposta da criação do micro-corredor de Mata Atlântica da Serra de São Francisco (Stolze, 2006, p. 14).

Os povos nativos ficam indignados precisamente pelo fato de suas terras não terem sido degradadas pelo manejo tradicional que dispõe e agora serem cobiçadas pelos conservacionistas que querem limitar sua atividades ou expulsá-los de suas terras (COLCHESTER in DIEGUES,2000).

A União Internacional para a Conservação da Natureza-UICN (1980), avalia que *em* última análise, os usuários dos recursos naturais locais são aqueles que tomam as decisões".

Caminho do mangue cercado



No Engenho Velho não pode mais pegar um guaimum...

A memória comunitária alcança a época em que Pedro Alves morava no Sobrado do Engenho Velho e o acesso da comunidade já era restrito. Até hoje permanecem impedidos de frequentar o templo sagrado de Nossa Senhora da Penha e a nascente que se encontra no jardim, a qual a comunidade reverencia como milagre.

No caminho do mangue era proibida a passagem, lá já ficava o capataz Rosalino, atocaiado com armas de fogo, primeiro atirava e depois via quem caía. Rosalino era filho de São Francisco do Paraguaçu, mais um cooptado por seu senhor a perseguir seus próprios parentes e vizinhos quando exercitavam seu direito de viver da floresta e permanecer. Seu Osório relata um embate que teve com um empregado do proprietário:

Aqui não pode passar porque seu fulano não quer.

_ Desculpe que eu tô nervoso, eu tenho uma palavra a dizer a ele: Diga a seu patrão que quando eu nasci e ele nasceu a escravidão já tinha acabado, e porque ele nos trata como escravos? Ele cercou o caminho e tá tendo nós

como escravos, nós somos escravos na mão dele. Aquela estrada ali tem séculos, desde quando tem esse engenho, existe essa estrada e agora de uns dez anos para cá tá cercada.

É voz corrente na comunidade que o proprietário do Engenho Velho fechou com uma cerca o acesso da comunidade ao rio e ao manguezal, até então realizado por um "caminho" aberto, o caminho real, que remonta à época colonial. Tal cerceamento tem dificultado a realização das atividades de subsistência dessa comunidade; atualmente o acesso da comunidade ao rio e ao manguezal é feito de modo muito precário, "por dentro da lama" e apenas com a maré baixa. Osório prossegue:

Nasci e me criei e vou mostrar onde é a usina , Seu Carlos Diniz tirou, botou uma cancela.

Hoje se passa com água no pescoço. Uma senhora tem cinco filhos, o mais velho tem cinco anos, ela passa com água no pescoço pra socorrer essas crianças. Acha certo uma mãe com os cinco filhos ter que passar com água no pescoço?

Muitos moradores também declaram que antes de constituir a RPPN, o proprietário suprimiu a vegetação de áreas utilizadas tradicionalmente pela comunidade para a prática do extrativismo, derrubando árvores de dendê, piaçava, cajueiro e outras até então preservadas. Segundo relatos de informantes, o proprietário também construiu uma barragem e se dedicava à atividade pecuária. Proibiu a retirada da piaçava e o acesso ao Rio Grande do Engenho Velho, o qual era freqüentado pelas marisqueiras, quando voltavam do mangue e vinham lavar seus mariscos.



Igreja da Nossa Senhora da Penha e a nascente do pátio.

Sobre a ausência do risco à preservação ambiental:

Estão dizendo que é o lavrador que esta acabando com os matos, é o trabalhador ou são os grandes fazendeiros para fazer plantação de capim? Dona Maria

Nós somos os principais interessados em preservar o meio ambiente. Sabemos que se destruirmos a mata atlântica vamos morrer de fome, porque nossa agricultura e nossa pesca são de subsistência". Roseni

As práticas culturais extrativistas da comunidade negra rural de São Francisco do Paraguaçu estão sendo apontadas pela grande mídia como transgressões ao meio ambiente. Trata-se de uma manobra política para atribuir essa responsabilidade aos povos tradicionais, os quais são considerados um entrave ao progresso, justamente porque são os responsáveis diretos pela preservação de suas reservas extrativistas, os guardiões da biodiversidade. São ameaças ao capital e aos grandes empreendedores pecuaristas e carcinocultores.

A referida reportagem conclui pela responsabilidade criminal dos integrantes da comunidade pelo desmatamento de uma área de proteção ambiental da Mata Atlântica. Ocorre que a área de extração madeireira filmada não integra o território de São Francisco do Paraguaçu.

A reportagem veiculada afirma:

Os últimos fragmentos de Mata Atlântica no Recôncavo Baiano estão na área a ser desapropriada. Nenhuma fazenda foi indenizada até agora, mas algumas delas já estão sendo ocupadas. E como se pode notar aqui, os descendentes de quilombolas, futuros proprietários dessa área, estão interessados mesmo é na madeira da Mata Atlântica".

Insistindo ainda em possíveis riscos ambientais que a comunidade oferece à região, a reportagem afirma que uma Reserva está para ser desapropriada, pondo em risco a sobrevivência do olho de fogo rendado, pássaro ameaçado de extinção. No entanto, a reportagem não fala que a comunidade depende diretamente dos recursos naturais que são oferecidos pela mata para sobreviver.

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental denuncia que as tentativas de desqualificação das comunidades quilombolas da Ilha da Marambaia/RJ e de São Francisco do Paraguaçu/BA são atentatórias a esses direitos e requerem a pronta ação dos movimentos sociais, já que elas constituem casos emblemáticos de racismo ambiental.

Chamamos de Racismo Ambiental³⁴ às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional, sobre etnias vulnerabilizadas. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (FASE, 2005)

A vida dos povos tradicionais, em geral, é bem integrada ao Meio Ambiente, quem destrói a floresta e o mangue são os grandes empreendimentos, a monocultura da cana de açúcar.

Os reais impactos ambientais já comprovados no território de São Francisco do Paraguaçu, foram obras de fazendeiros da região, que aterraram mangues, provocaram erosão com a construção de estradas e derrubaram a floresta para criação de gado e para piscicultura.

A lógica das *plantations* desde a colônia sempre foi de destruir e devastar a natureza pela monocultura. Comparando as áreas das *plantations*, com as áreas que ficaram sobre o controle das famílias de ex-escravos quilombolas, nota-se que são nas áreas indígenas e nas terras de quilombo, onde permanecem no Recôncavo Baiano, áreas conservadas de floresta atlântica.

A comunidade de São Francisco do Paraguaçu é formada por pescadores, marisqueiras e piaçabeiros que dependem diretamente da preservação ambiental para a reprodução social, econômica e cultural do grupo.

Nas terras de quilombo, se percebe um grau de preservação da natureza maior do que nas fazendas lindeiras ou nos projetos agropecuários que desmataram tudo para formar paisagens artificiais. (ALMEIDA,2002). Têm sido os fazendeiros da região que há décadas vêm desmatando a Mata Atlântica de forma acelerada, aterrando e cercando áreas de uso comum, como os manguezais historicamente preservados pelos pescadores, impedindo o acesso tradicional comunitário aos recursos naturais de usufruto tradicional.

Os quilombolas de São Francisco do Paraguaçu sempre se preocuparam com a

92

³⁴ www.fase.org.br (I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental - Niterói – 28 a 30.11.2005)

preservação da Mata Atlântica, dos manguezais e do mar da Baía de Todos os Santos, dos quais dependem para sobreviver. Ao contrário os fazendeiros da região, durante décadas, desmataram a Mata Atlântica para abrir pastos e plantar cana-de-açúcar, aterraram e cercaram áreas de mangue contra toda a legislação ambiental, impedindo o acesso da comunidade aos recursos naturais.

"A agricultura no Brasil historicamente foi destruidora do meio ambiente e, em especial das florestas. Mas seria de fato um contra-senso histórico imputar tal responsabilidade aos pequenos agricultores e a Reforma Agrária, até porque o latifúndio imperou e impera até hoje no Brasil e cuidou para que não se expandisse a agricultura familiar e que não fosse realizada nenhuma Reforma Agrária nesse país" (LEROY, 2004).

Os hábitos ancestrais dos quilombolas são os responsáveis pelo estado atual de preservação ambiental, por seu modo de vida tradicional, preservam o patrimônio histórico material e imaterial e território étnico que ocupam **em regime de uso comum e respeito aos ciclos de cultivo da terra** e da extração marinha³⁵.

Como os quilombolas poderiam estar destruindo a floresta, se eles não possuem caminhões e nem motoserras? Muitas vezes o discurso ambientalista, que goza de credibilidade perante à opinião pública, pode mascarar uma ambição territorial que não mede esforços para expulsar as comunidades humanas que vivem das florestas e desta maneira engrossar o contigente de refugiados ambientais. O modelo da grande área desabitada, reservas naturais de grande beleza de destino turístico interessa também porque é mais fácil negociar contratos de uso da biodiversidade.

O título de propriedade que é conferido às comunidades quilombolas é coletivo e se caracteriza por ser inalienável, impenhorável e imprescritível. Dessa forma, a legislação buscou, justamente, proteger as terras de uso tradicional dos quilombos da especulação imobiliária. Além disso, o Art. 19 do Decreto 4.887/03 prevê a criação de um Comitê Gestor "para elaborar, no prazo de noventa dias, plano de etnodesenvolvimento, destinado aos remanescentes das comunidades dos quilombos", integrado por representantes de diversos órgãos do governo, entre eles da Casa Civil da Presidência da República; dos Ministérios da Justiça; da Educação; da

_

³⁵ Obsrvatorio Quilombola in Koinonia http://www.koinonia.org.br/oq/ : Noticia 10 jardins botânicos preservados. Acesso 22/05/2007

Cultura; do Meio Ambiente; e do Desenvolvimento Agrário.

Um dos objetivos estratégicos do MMA³⁶ para o período de vigência do próximo PlanoPluriAnual – 2008-2011 é promover e difundir a gestão ambiental e a produção sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.

Assegurar o resgate, a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade visando a soberania e a segurança alimentar e nutricional, a geração de trabalho e renda e o empoderamento de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária, respeitando as especificidades territoriais e culturais e elaborar e implementar o Plano Nacional de Extrativismo Sustentável.

Os relatos dos mais idosos remetem a presença a muitas gerações, sempre praticaram um modo de vida fruto de uma longa tradição deixada por seus ancestrais. Extraem da Floresta a Piaçava, o Dendê, a Castanha, tantos tipos de cipós diferentes que usam para fazer cofos, cestos e tantos outros artesanatos aprendidos com seus avós.

-

Orientações Estratégicas do Ministério do Meio Ambiente (OEMMA), documento de 18 de junho de 2007no sitio http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir866/PPA_MMA2008_2011.pdf. Entre as políticas a serem desenvolvidas relacionadas ao Objetivo Setorial estao Fortalecer as atividades de qualificação das comunidades tradicionais e povos indígenas sobre direitos relacionados aos seus conhecimentos tradicionais associados a biodiversidade; Promover o manejo sustentável de animais silvestres, especialmente por comunidades tradicionais. Entre as possíveis restrições ao desenvolvimento das políticas: interesses privados relacionados à apropriação do território.

Responsabilidade de quem trabalha na terra e vive no campo

Aqui os filhos são formados pescando, indo pro mato.

Sr. Crispim

Entendo ser necessário questionar a banalização do conceito de "Desenvolvimento Sustentável", o qual muitas vezes serve para justificar a ação de grandes empresas que resulta em graves problemas sociais e para atender aos interesses do agronegócio e de construtoras de mega-projetos, num processo que busca excluir indígenas, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras comunidades tradicionais de suas próprias terras. Somando as áreas de todos os grupos tradicionais, grande parte do território nacional ficaria fora do mercado de terras impedindo, conseqüentemente, a expansão do agronegócio³⁷.

Apresento a seguir algumas definições de desenvolvimento sustentável para estimular a discussão:

O desenvolvimento que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações em atenderam suas necessidades. Busca a melhoria das condições de existência dos povos, utilizando os recursos naturais para a produção de bens, de tal modo que estes continuem disponíveis para as futuras gerações. Busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental" ³⁸.

Ou ainda, o desenvolvimento local sustentável é definido por Buarque:

"É um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais (2002, p. 25)."

Fazendas que usam grandes extensões de terra que se dedicam á monocultura, utiliza alta tecnologia e pouca mão de obra (Umbelino, 2005)

Relatório de Bruntland 1987- NOSSO FUTURO COMUM/ Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Existe um segmento dos **preservacionistas**, com extrema falta de sensibilidade social, que não pensa o humano como parte do ambiente e argumentam contra a existência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas devido à pretensa incompatibilidade entre a presença dessas populações e a manutenção da biodiversidade.

Em contrapartida, o sócioambientalismo nasceu baseado no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais." (SANTILLLI, 2005)

Os pesquisadores do Instituto de Pesquisas Ecológicas IPÊ³⁹ dedicado à conservação da biodiversidade local da Mata Atlântica sentiram que a pressão humana no local poderia ameaçar o trabalho que vinha sendo desenvolvido e perceberam que seria fundamental dialogar com a comunidade do entorno, porque constataram que não se pode trabalhar pela preservação do meio ambiente sem a participação das comunidades empenhadas na melhoria de sua qualidade de vida.

Após a criação do sócioambientalismo, que incluiu os seres humanos como parte integrante do ambiente, os camponeses e os povos da floresta deixaram de representar uma ameaça potencial a preservação dos recursos naturais, e passaram a ser respeitados como guardiões do patrimônio nacional e mundial.

O conceito de povos tradicionais serviu como forma de aproximação entre socioambientalistas e os distintos grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, assim gerando formas de co-gestão do território. (LITTLE, 2002).

O IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas é uma instituição dedicada à conservação da biodiversidade local da Mata Atlântica do Pontal do Paranapanema. Está localizadao na região do Parque Estadual Morro do Diabo, no município de Teodoro Sampaio, oeste do Estado de São Paulo. A partir do objetivo de conservar a biodiversidade do Pontal do Paranapanema, desenvolveu-se uma parceria do IPÊ com os assentados da Reforma Agrária, liderados pelo MST que resultou na interiorização da cultura agroecológica pelos assentados e assim a Reforma Agrária pode ser considerada hoje, como um dos elementos chave para a conservação da biodiversidade no Pontal.

Na busca por uma alternativa de desenvolvimento sustentável, os povos tradicionais foram considerados pelos ambientalistas como parceiros devido às suas práticas históricas de adaptação, sua sustentabilidade ecológica da ocupação por parte desses povos durante longos períodos de tempo, baseada nas formas de exploração pouco depredadoras de seus respectivos ecossistemas. (Little, 2002 pg.18).

Para tais ativistas a defesa de certas práticas culturais das comunidades tradicionais é uma questão estratégica, na medida em que essas comunidades encarnam não apenas resistência ao capitalismo e à modernidade, como também possibilidade de construções alternativas (GRUESO, ESCOBAR, ROSERO, 2000).

Nesse momento é essencial valorizar os saberes cotidianos, das culturas originárias e do mundo agrário porque ajudam na busca de soluções globais. Sua consciência ambiental e o ato de preservar estão ligados à tradicionalidade, consomem com racionalidade os recursos não renováveis e permitem dar tempo à natureza para regenerar os recursos renováveis.

Os sistemas produtivos das culturas tradicionais são mais ecologicamente adequados do que os sistemas modernos orientados para o mercado, desse modo as comunidades tradicionais passam a ser consideradas herdeiras de um conjunto de conhecimentos, visões de mundo, estratégias de produção altamente validas na busca de novos modelos de produção ecologicamente apropriados. (TOLEDO, 1992).

A etnoecologia, ciência tem como objetivo central o estudo de formas de conhecimento das comunidades tradicionais e suas práticas correspondentes, reconhece a relação inextricável entre a biodiversidade e a diversidade cultural. O estudo dos conhecimentos, estratégias e ferramentas permitem as culturas tradicionais produzir e reproduzir as condições naturais de sua existência social através de um manejo apropriado dos recursos.

Segundo afirmam os teóricos da etnoecologia, os locais de máxima diversidade são aqueles onde se encontram as comunidades tradicionais, são nesses lugares que ainda encontramos a maioria das fontes e os olhos d'água. Defendem que a manutenção da agrobiodiversidade depende dos seres humanos. O manejo implica interferência humana, o efeito desse manejo pode culminar em aumento real da diversidade ecológica ou biológica (DIEGUES, 2001).

A diversidade cultural colabora com o aumento da biodiversidade. Litlle (2002) afirma que grande parte da biodiversidade do Brasil pode ser encontrada em territórios de povos tradicionais e que existe um vínculo histórico entre diversidade sociocultural e biodiversidade. Na antropologia, trabalhos recentes de etnocientistas e arqueólogos mostram como a existência da biodiversidade pode ter resultado das distintas formas de apropriação e proteção da natureza por parte de diferentes grupos sociais.

O manejo e as regras de uso

A relação dos grupos tradicionais com as áreas de floresta é geralmente uma relação equilibrada, os piaçabeiros e extrativistas não destroem, mas ao contrário operam uma utilização equilibrada dos recursos, baseada nos sistemas de uso comum, estabelecem rodízio e usam um período depois. Essa forma de uso é uma maneira de assegurar sua recuperação e reprodução, que tem assegurado uma densidade nas áreas de florestas.

As regras de uso e de manejo dos recursos como a poda para rejuvenescer e fortalecer a planta, o pousio e a rotação de culturas são fortes princípios agroecológicos.

Piaçava depois que tira tem, Se o dendê limpa, ele bota.

A piaçava, depois que tira tem que deixar um mês de pousio, e a estopa um ano de pousio. Na poda é preciso cortar a piaçava da maneira correta e tomar cuidado para não matar o olho da pindombeira. Para a extração da estopa, a biriba também é manejada, e quando morre vai nascer as filhas.

Como ensina Maria, as atividades extrativistas tradicionais colaboram para o rejuvenescimento do ecossistema: *O dendê vai sendo melhor com a continuação do tempo do trabalho, porque vai derrubando os que já ta velho que não presta que não bota, limpa, corta.* Também podem resultar numa maior diversidade nessas florestas manejadas do que nas consideradas nativas (DIEGUES, 2001). Como por exemplo, um considerável aumento da avifauna da região, morada do beija flor, bem te vi, canário, curió, gavião e periquito que chegam atraídos pela maior presença de frutos silvestres.

O manejo é integrado para ampliar a possibilidade de sobrevivência de todas as espécies, a manutenção de processos ecológicos e evolutivos e o desenvolvimento de uma economia regional baseada no uso sustentável dos recursos naturais.

Agroecossistemas e Agroflorestas

Sistemas Agroflorestais ou Agroflorestas são palavras novas para práticas antigas de povos tradicionais, em várias partes do mundo onde plantas lenhosas crescem com cultivos agrícolas e/ou animais na mesma unidade de área.

Nas áreas tropicais e mais especificamente na Mata Atlântica, os Sistemas Agroflorestais, são uma opção interessante para a busca da sustentabilidade na agricultura, uma vez que apresenta elementos que propiciam aliar a produção alimentar à conservação dos recursos naturais. (PENEREIRO, 1999).

Um sistema agroflorestal para se aproximar mais da sustentabilidade deve apresentar alta biodiversidade, solo sempre coberto e a ciclagem de nutrientes se dando pela dinâmica da matéria orgânica, acelerada pelo manejo, que contribui com a biomassa para enriquecer o sistema resultando num aumento da biodiversidade. O manejo é basicamente a poda que disponibiliza biomassa, induz a floração.

A agrofloresta se bem manejada pode ser uma alternativa para recuperação de áreas degradadas e possibilitar a agricultura permanente. Se trabalharmos com o potencial dos sistemas, a presença humana deixa de ser inoportuna. Trata-se simplesmente de criar plantações com dinâmica parecida com os ecossistemas locais⁴⁰.

Os agentes sociais movimentam seus saberes em direção à manutenção da floresta, e é por isso que essas áreas de floresta atlântica estão muito preservadas quando controladas por indígenas e por quilombolas, ao contrário dos grandes fazendeiros, pecuaristas e usineiros. Não se trata de uma mera coincidência. Os sistemas tradicionais de manejo,têm contribuído para a manutenção da diversidade biológica (DIEGUES, 2001).

Se as sociedades tradicionais viveram até o presente no interior de uma natureza que nós ocidentais julgamos hostil, é essencialmente devido ao saber e ao saber-fazer acumulados durante milênios dos quais nós reconhecemos hoje seu valor intrínseco". (J. Bonnemaison, 1993, apud Leveque, 1997, p.55-56).

Estudos de Gómez-Pompa afirmam que a manutenção e mesmo o aumento da

99

⁴⁰ Ernst Götsch in Jornal da Biosfera n.12 - Nov/Dez 2002

diversidade biológica nas florestas tropicais, estão relacionados intimamente com as práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos tradicionais. A regeneração da floresta úmida é em parte, consequência das atividades das comunidades tradicionais. O resultado do uso de pequenas áreas de terra para a agricultura e seu abandono no pousio é semelhante ao produzido pela destruição ocasional das florestas por causas naturais. A agricultura itinerante tem sido um meio natural para usar as propriedades regenerativas da floresta úmida em benefício do homem (Gómez-Pompa e Kaus, 1990).

Impactos sócio ambientais enfrentados pelo grupo

O Projeto Mapeamento do Racismo Ambiental na Bahia promovido pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental identificou nessa região o conflito vivido pelos moradores e as interferências trazidas pela construção da Barragem de Pedra do Cavalo. Esse empreendimento foi inaugurado em 1985 e consiste em um barramento do rio Paraguaçu, situado a cerca de 40 km de sua foz, na Baia de Todos os Santos e a aproximadamente 110 km da cidade de Salvador. A área inundada é de 186 km2. A barragem de Pedra do Cavalo tem um volume total de 4 bilhões de metros cúbicos de água. Em 2005 o Grupo Votorantim Energia inaugurou a Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo, instalada na Barragem. A obra é produto da Embasa e Governo do Estado da Bahia e foi construída sem considerar a população da área .

A construção da barragem Pedra do Cavalo acarretou alterações no ciclo hidrológico do Rio Paraguaçu e impactos socioambientais nos municípios sede da Reserva Extrativista Marinha – Resex⁴¹.

De acordo com o relatório do Ministério Publico Federal, os impactos ambientais vêm sendo sentidos pelas comunidades que têm seu sustento relacionado com o extrativismo. Nesse sentido, a qualidade e garantia do ecossistema é determinante para sobrevivência das comunidades locais que sofrem com os impactos vividos: retenção da água, impedindo o seu

100

⁴¹ A Reserva Extrativista Marinha – Resex – de Iguape foi criada pelo Governo Federal em 11 de agosto de 2000, com área aproximada de 8.117 hectares, com o objetivo de assegurar a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelas populações dos Municípios de Cachoeira e Maragojipe, cabendo ao Ibama a sua supervisão. Segundo o Art. 18 da Lei 9985, de 18.06.2000, que criou o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC,



fluxo natural. A água retida descarga na represa o que provoca grandes alterações nas condições de salinidade do estuário..., a água doce mata os mariscos, carangueijos. Além de agravar com isso o assoreamento do rio.

A mortandade de cerca de 50 toneladas de peixe na costa do Recôncavo Baiano foi causada por um fenômeno natural chamado de Maré Vermelha (proliferação de algas tóxicas que dá coloração avermelhada). A causa foi apontada por um laudo técnico do CRA (Centro de Recursos Ambientais) ligado ao governo do Estado. O acidente deixou ao menos cinco municípios da região em estado de emergência por consequência da proibição da pesca e outras atividades costeiras da região. A mortandade de peixes foi a maior registrada no Recôncavo. A maré vermelha chegou com a maré de março, no ciclo da maior variação de águas do ano e trouxe muitas lágrimas de pescadores e marisqueiras que ficaram impedidos de exercer o ofício, de onde tiram seu sustento.

O mar tá proibido, o mato tá proibido, a roça tá proibida. Meu pai nunca me ensinou a roubar, nunca roubei um caroço de feijão. Nunca comprei feijão, amendoim, verdura nenhuma. Tirei tudo da minha roça. Agora a gente vai viver de que?

Crispim

As comunidades tradicionais também se modificam sob o efeito de dinâmicas interna e externa, como por exemplo, a restrição de uso do território, redução da área explorável e consequente consumo de produtos industrializados ou poluição de mananciais com impactos nas populações de peixes e mariscos. De fato, não há preservação possível quando **as bases da apropriação tradicional foram abaladas.**

Muitas comunidades que mantinham uma certa autonomia produtiva baseavam-se em formas de conhecimento, cosmologia e modos de vida que conduziam certos usos dos recursos naturais, foram afetadas pelo projeto do agronegócio que concebe a natureza como uma mercadoria. Estão deixando de usar a fita da piaçava para cobrir suas casas, deixando de confiar a luz às parteiras, de produzir a farinha porque não tem terra para plantar, de fabricar artesanalmente o dendê, porque as cercas os impedem e de ter acesso aos poucos dendezeiros que ainda não foram derrubados.

A regularização do título coletivo da terra, indiviso e inalienável não só dará posse legítima às famílias seculares que ali habitam, mas também preservará o ambiente e sua

sustentabilidade, e manterá as áreas de Reserva Extrativista fora do alcance da especulação imobiliária e do controle corporativo de grandes empreendimentos.

Recentemente, a sub-procuradora da República, Débora Duprat em Audiência Pública no Senado Federal, para discutir questão fundiária dos Territórios Quilombolas, manifestou preocupação em assegurar a defesa desses territórios tradicionalmente ocupados por comunidades quilombolas, mesmo antes da regulamentação das terras. Ela disse estar preocupada com a degradação que especialmente grandes empresas realizam nessas áreas antes que as comunidades recebam a posse definitiva da terra:

As comunidades não estão sendo reembolsadas apenas por um prejuízo que sofreram no passado, mas a possibilidade de terem um futuro com o exercício pleno dos seus direitos - observou.

Em novembro de 2004 foi realizada em Brasília, a Conferência Nacional da Terra e da Água, espaço em que o movimento Quilombola pôde entrar em contato com outras organizações e entidades que lutam pela terra, pela justiça e pela preservação ambiental. Neste encontro, se comprometeram a buscar uma relação diferente, respeitosa e integral, com a terra, a água e todos os seres vivos, através de uma luta por profundas mudanças na estrutura fundiária e nas relações sociais e ambientais. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais, sem terras, agricultores familiares e camponeses, quilombolas, povos indígenas, geraizeiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco-babaçu, além de debater e avaliar as ações governamentais, re-afirmaram a necessidade urgente de uma reforma agrária ampla, massiva e participativa, democratizar o acesso à terra, garantir a autonomia dos territórios das populações tradicionais, fortalecer a agricultura familiar e camponesa e garantir o direito à água, ao acesso aos recursos naturais, à produção de alimentos saudáveis, à soberania alimentar e à preservação da biodiversidade.

Autonomia requisito da Sustentabilidade

O pilar básico da autonomia é a defesa do território. A cosmovisão predominante nas comunidades tradicionais está profundamente ligada à terra, as formas de apropriação dos recursos da natureza não são individualizados, o acesso é coletivo aos recursos naturais. A autonomia produtiva do trabalho na terra pode permitir a sustentação de seu modo de vida. "Com seu controle da terra e sua capacidade de cultivá-la, o camponês conserva tanto sua autonomia

como sua capacidade de sobreviver enquanto os outros, mais sutilmente dependentes da cidade têm essa sobrevivência bastante dificultada" (WOLF, 1970, p.33).

O núcleo central da sustentabilidade é responsabilidade sobre a nossa própria existência e sobre a existência das futuras gerações. Existências garantidas pelo uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida.

A gente vai pegar nossos filhos que não tem leitura, para ir para onde para ir para o Rio de Janeiro, para Feira, para São Paulo? Tem que ficar é aqui, aqui só morre de fome quem é preguiçoso, tem a maré para pescar e a terra para plantar...

Vai deixar o filho morrer de fome? Vai morrer de fome? Então pronto! A firma daqui é essa.

O mangue é uma firma, como diz Dona Maria, representa emprego e autonomia, a dificuldade é romper com o pensamento de que têm que ser empregados, o que os desanima a caminhar com as próprias pernas. A sustentabilidade no campo deve ter na autonomia sua essência e exige a ruptura com relações trabalhistas de controle. A desagregação dos engenhos deu lugar a uma forma autônoma de produzir, o que marca o quilombo é a produção autônoma que se contrapõe ao sistema escravista. (ALMEIDA, 2006)

Maria segue expressando sua indignação: Acabou esse tempo de escravidão, nós queremos nossos direito, nós temos nosso direito da terra, nós temos nosso direito do mato nós temos nosso direito da maré, nós temos nosso direito dos manguezais.

Não é os negros que botam a alimentação da mesa dos ricos?

Quem é que bota os bons peixes e os bons camarões? Os pescadores e as pescadoras. Quem é que bota as boas farinhas, o beiju, o carimã, uma banana da terra, uma banana prata? As boas frutas, os bons peixes, os bons camarões, quem é que vai buscar? Quem vai buscar são os negros, os pobres trabalhadores.

Eles compram, certo que eles compram com dinheiro que eles tem para comprar, mas se alguém não fizer a plantação, se alguém não fizer a colheita, ele vai comprar o que? Vai comprar na mão de quem? "Se nem coragem para isso eles tem..."

Eles já comeram demais, eles já comeram muito, eles já se enriqueceram demais nas costas dos pobres trabalhadores.

SUSTENTABILIDADE e PERMANÊNCIA

...a gente não tem a terra, a gente toma a terra emprestado dos nossos filhos. ⁴²

Os conhecimentos sobre as ervas medicinais e sobre ciclos de cultivo são ensinados pelos avós que sempre viveram do mato e aprenderam a respeitá- lo. Construíram um modo de vida baseado na relação de simbiose com a natureza, os ciclos e os recursos naturais, conservam porque faz parte de sua cosmovisão, simbologias associadas à pesca, às atividades agrícolas e extrativistas.

Marineuza catando maricos e seu filho Tiago com o Guaiamum



Meu avô sempre me levou para o mato, para conhecer a sabedoria das ervas, e saber o bom da vida, o bom da vida é estar aqui nas terras. A cidade não é pra mim, no mato eu me sinto o rei, na cidade eu me sinto um prisioneiro, fico todo sufocado. E esse mesmo conhecimento que o meus avós me passou quero passar para os meus amigos, meus filhos e minha esposa.

Crispim

⁴² Sabedoria indígena ancestral.

Plantas medicinais usadas na comunidade⁴³

Nome Popular	Propriedades e Indicações
	Sabão natural
São Caetano, Juà e Patchouli	
Ealha da algadão braha	para reumatismo banho e folha.
Folha de algodão brabo	
	figado
Macelinha	
Erva doce	gases
Melissa	
Boldo	cólicas
Aroeira	banho cicatriza ferida
	cólicas menstruais
Caroço de laranja torrado	Diabetes
,	
Papa Nicolau	abortivo, fígado
Mutamba	cabelo caindo
	nanaada
Berenguede	pancada
Capim santo	Calmante
Erva cidreira	Calmante
Araçá mirim	desinteria
Jaborandi	Micose
Urca do campo	gripe e dor de cabeça
Hortelã	Gripe
Alecrim	Gripe, Calmante e Cicatrizante

O cultivo de plantas medicinais não suporta a contaminação do solo por agrotóxicos, empregados largamente na monocultura da cana de açúcar. Para seguir procedendo sua medicina tradicional, a parteira Arlinda, São Franciscana, que já segurou 1080 crianças que vieram ao mundo, precisa da floresta conservada. Muitas dessas crianças já deixaram São Francisco. Para

⁴³ Informações obtidas a partir de conversas com Crispim que é um dos curandeiros da comunidade

que permaneçam no campo e não se tornem outro problema urbano, precisam exercer seu direito de cuidar dos recursos de que necessitam para sobreviver .

"Nossos filhos, nossos netos vão viver de que, a polícia tem que ir atrás dos marginais, dos assassinos, não é atrás de trabalhador não. Os trabalhadores vem fazer o que aqui em Salvador, vem roubar, virar pior marginal? Vai pra Salvador pros becos fim de linha? Assaltar, roubar, para as polícias matar. Nós queremos nossos filhos trabalhando honestamente como é o trabalho lá, trabalhando na maré trabalhando no mato, trabalhando na roça, tudo honesto, tudo trabalhador...

"... Vir aqui pra Salvador fazer o que?Não tem estudo, vai se misturar com os mendigos aprender o que não presta, vai? Vai invadir as casas de alguém ou algum comércio pra sobreviver, vai? Será que isso tá certo? Vai roubar porque não tem condições de dar comida à família, não tem de onde tirar o pão de cada dia Nós queremos terra pra nós plantar, para nós criar nossa plantação em paz.

"Ce sabe que a terra Deus deixou para pessoas se valer dela, se o sujeito não trabalhar ele come?

Dona Maria

Espiritualidade Ecológica

"Em última análise, a percepção da ecologia profunda, é percepção espiritual e religiosa. Quando a concepção de espírito humano é entendida como modo de consciência do qual o indivíduo tem uma sensação de pertinência, de conexidade, com o cosmos como um todo, torna-se claro que a percepção ecológica é espiritual na sua essência mais profunda" (Capra, 1993, p.26).

Integrantes da comunidade que já trabalharam no Engenho Velho, denunciam que os proprietários da RPPN da Peninha guardaram a imagem sagrada de Nossa Senhora as Penha em casa. A capela da Nossa Senhora da Penha foi construída em 1622, servia como local de peregrinação para marinheiros, a oferecer proteção aos marinheiros e pescadores.

O fazendeiro nega às populações o acesso a templo sagrado secular e à nascente, mas desconhece a cosmologia das comunidades tradicionais que professa que o guardião do tesouro

de um olho d'água deve saber compartilha-lo, para que não se esgote.

Uma nascente brota do perto da Igreja, é reverenciada como milagre. Nessa comunidade as nascentes são locais de oferenda, faz parte de sua cosmovisão que as nascentes e as áreas de floresta preservada locais de morada dos encantados como a Caipora e a vovó do mato, por isso estão conservadas.

Nas comunidades tradicionais, as nascentes, fontes e reservatórios de água doce são coletivizadas. Não existe dono da água, que deve ser de quem precisa. A água é um bem da natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada, todos os seres humanos devem ter acesso universal e sustentável aos bens comuns da natureza e da humanidade. O território coletivo das comunidades de quilombo é incompatível à privatização da água, e colabora com a preservação de todos os rios, bacias hidrográficas, na medida em que cria a consciência de um bem comum .

Como também constata o antropólogo Alfredo Wagner (2006): as comunidades tradicionais desenvolvem uma modalidade de utilização da natureza, os recursos hídricos por exemplo não são privatizados e nem individualizados, tampouco, os recursos de pesca caça e extrativismo. São mantidos livres todos os acessos. ⁴⁴

A fonte Milagrosa da Igreja Peninha, era próxima à moradia de Valdivino, filho de Adelaide, que fazia parte de um terreiro, onde tinha muito samba. Manuel, tinha uma casa de farinha e todo sábado tinha samba na casa de samba e bandolim. No pé de cajú, era um samba danado vinha São Francisco toda, candomblé e caruru. No Engenho Velho, em tempo de São João tinha candomblé, samba pesado.

107

No Município Baiano de Antonio Gonçalves foi aprovada a lei do Licuri Livre que protege os ouricuzeiros e garante o livre acesso e o uso comum aos catadores do licuri e suas famílias; o licuri possui uma amêndoa rica em nutrientes e serve alimentar para os pequenos agricultores e pode ser usado também para a fabricação do biodiesel



Praia da ponta do caju e oferendas para Iemanjá

Antigamente se acendia uma velinha para a Dona do Mar, Janaína, Iansã e Iemanjá. Levavam fumo e fósforo para a dona do mato que é a vovó do mato, caipora uma senhora velha. Na prainha da Ponta do Caju e no porto do N'gola Caxi, as pessoas fazem um balaio com perfume, muitas flores, talco do bom, tudo de cor branca e rosa. O presente que ela aceita forma um redemoinho na água, quando fica boiando a mãe d'água não aceita. No Rio Grande do Engenho Velho tinha o candomblé de Pureza, mulher guerreira que tinha muitos filhos, netos e fazia muito samba.

O samba da roça é melhor do que samba de rua, sempre foi melhor, brincadeira de rua, na rua tem mais violência, samba de roça é mais educado, você se sente mais sossegado.

No Engenho Velho, a comunidade sempre frequentou o candomblé de Pureza, a qual não poderia realizar sua liturgia sem acesso aos locais sagrados da natureza. A espiritualidade afrobrasileira possui um sistema de crenças e valores profundamente ecológico. A religião exige o contato com a natureza, a grande maioria dos terreiros e das casas de santo são afastados dos grandes centros urbanos porque de acordo com sua cosmovisão, a destruição da natureza implica uma destruição dos Orixás ou Nkises (divindades de origem africana) que são arquétipos que pertencem ao inconsciente coletivo e a manifestação de forças vivas da natureza.

Ossain é considerado "dono de todas as folhas, considerado o maior dos feiticeiros que mora na floresta", Eué jokó, (liturgia das folhas) cada Orixá tem suas folhas. A etnobiologia nagô destaca a operação dos princípios luz/fogo, de um lado, e água, do outro, como elementos decisivos na organização do mundo vegetal. (BANDEIRA, 2000) O candomblé nagô atribui às folhas utilizadas pelos seus especialistas poderes que as tornam capazes de restaurar e conservar a saúde, de promover o bem estar das pessoas. Enfermidades e infortúnios causam desconforto, considerado passível de tratamento. As folhas permitem remover esse desconforto.

Eu sou de sessão de caboclo, eu só labuto com tudo branco, só com as folhas. Sem folha não há orixá. Meus orixás só trabalham com as luzes, as folhas e as flores, guiné, arruda, murici, canela de velho abre caminho para limpeza.. Não posso trabalhar com azeite e sangue.

Sra. Adelaide

Crispim é um dos integrantes da comunidade, do grupo que se reconhece como mateiro: aprendi muita coisa com o meu avô, minha avó era índia. E diz que quem sabe muito tipos de ervas são os índios que extraem da própria floresta as raízes, cascas e folhas para cura e limpeza espiritual. A utilização das plantas na arte de curar é um conhecimento acumulado à muitas gerações, tendo sido associada à rituais religiosos. As rezadeiras, enquanto pronunciam palavras de fé, rezam o enfermo com folhas. Rezam para os animais doentes com a vassoura. As pessoas são rezadas com plantas, reza para ventre caído, reza para campainha caída, reza de olhado, reza de vento.

Comunidades tradicionais convivem num universo cultural baseado na oralidade, que confere mais importância à transmissão oral do conhecimento e da gestualidade. Nas tradições letradas, a mística só pode ser traduzida, enquadrada nos conceitos, enquanto nas tradições iletradas abrem um maior espaço para a imaginação. Por ser considerada veículo de axé (energia vital) de poder, a força das palavras pronunciadas permanecem sem efeito em um texto escrito. È fundamental destacar também o elemento melódico dos tons Yorubá nas sentenças mágicas. (VERGER, 1995)

No terreiro Jitundê, localizado na vila de São Francisco, a jurema é a árvore sagrada, tradicionalmente associada a cultos de candomblé onde está assentado um caboclo, na outra está assentado o sultão das matas. Muitas jaqueiras e espada de São Jorge no Boqueirão, também conhecida como espada de ogum são utilizadas no candomblé.

No pé de biriba muito antigo de onde se retira a estopa utilizada para a calafetação de

embarcações, e se retira também a madeira para confeccionar o berimbau, é um local onde são deixados oferendas e despachos.

Os locais do terreiro de Adelaide, do terreiro de Sinhazinha são identificados pelas mangueiras na frente e um pé de jurema cuja entrecasca é utilizada em banhos e cerimônias ritualísticas, próximo á mangueira mal assombrada do Engenho Velho.

É essencial escutar e aprender de que maneira os moradores dos ecossistemas naturais que compreendem seu meio ambiente, cuidam deles e assumem a responsabilidade coletiva porque se sentem parte, integrados, cuidam do que é comum. Os seres humanos são apenas mais uma espécie que habita o planeta Terra, porém para que o cuidado com o planeta esteja garantido, deve-se se assegurar simultaneamente o bem-estar humano.

A permacultura⁴⁵ entende que, o que esta em risco não é a extinção do planeta, mas a extinção da nossa própria espécie. E que é essencial a mudança da percepção de quem domina a natureza para quem sente que pertence e encontra seu lugar nela.

São conhecimentos baseados na sabedoria ancestral de povos tradicionais em várias partes do mundo, consiste numa filosofia do cuidado e da responsabilidade por sua própria existência; um sistema de planejamento para a criação de ambientes humanos sustentáveis. Seus princípios teóricos e práticos são uma síntese das práticas agrícolas e conhecimentos tradicionais

O desequilíbrio ambiental é resultado do impacto dessa parcela da humanidade que julga ser proprietária da natureza, ao invés de pertencer a ela. O homem se desligou dos nossos ciclos orgânicos, se distanciou da observação dos ciclos da natureza que repercutem em nosso corpo.

As culturas tradicionais, em contrapartida, estão mais conectados à natureza, o que os orienta à encontrar seu lugar na terra. Quando ocorre uma integração harmônica entre sociedade humana e natureza, o homem vivencia essa unicidade, e a partir daí pode ter uma atitude de maior cuidado e reverência para com o planeta.

110

⁴⁵ Permacultura é o planejamento e execução de ocupações humanas sustentáveis, unindo elementos integrados num sistema. a elaboração, a implantação e a manutenção de ecossistemas produtivos que mantenham a diversidade, e a estabilidade dos ecossistemas naturais, promovendo energia, moradia e alimentação humana de forma harmoniosa com o ambiente(Mollison, 1991)

Área Proposta

Território SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU

Nós todos usamos esse território. Maria

O território pleiteado pela comunidade de São Francisco do Paraguaçu está situado na Baía do Iguape. Dentre os principais rios da comunidade destacam-se: riacho do Catu, rio Alamão, rio Irauã e riacho da Prata, Rio Grande do Engenho Velho. E as áreas de Mangue Pau Seco, Engenho Velho, Alamão, Rio do Pinto, Canoa Velha, Rio do Meio e Massaranduba.

Todo o processo para delimitação do território supracitado, tomou como base, as informações prestadas por integrantes da comunidade e observações colhidas pela equipe técnica durante as visitas a campo, com intuito de identificar, reconhecer e delimitar as áreas apontadas como sendo de influência social, cultural e econômica para as mesmas. O importante é assegurar um território que garanta a continuidade da comunidade. Com a definição do território, se chegou aos limites do mesmo, com a efetiva participação dos interessados. Tais limites foram amplamente discutidos em diversas assembléias na comunidade e constam nesse relatório como sua proposta definitiva.

Os limites propostos são os seguintes: ao Norte: Fazenda Catu Grande e P.A. Caimbongo, ao Sul: Fazenda Caju, ao Leste, parte da Fazenda Cabuçu, a Oeste: Baia do Iguape, próxima à foz do Rio Paraguaçu.

O parecer técnico respeitou o consenso da comunidade, e a discussão sobre os limites do território foi bastante aprofundada pela equipe técnica que tem a responsabilidade em delimitar um território suficiente e necessário para a manutenção do modo de vida tradicional.

A expressão identitária quilombola é traduzida por extensões territoriais de pertencimento. A área delimitada cumprirá não apenas a função de espaço para moradia, mas para a reprodução social e cultural desse grupo tradicional. A maior parte do território reivindicado pela comunidade apresenta áreas de relevo acidentado, impróprio para moradia ou agricultura e de necessária preservação ambiental, cultural e paisagística. Grande parte do

território delimitado é composta de áreas destinadas às atividades extrativistas tradicionais.

Plano espacial do povoado

A Vila de São Francisco do Paraguaçu, que integra o território pleiteado, era anteriormente conhecida pela população aquilombada como o *comércio*. As casas de moradia incidem sobre a Fazenda São Francisco e desmembramentos. Ocorre que a prefeitura municipal de Cachoeira realizou demasiadas intervenções, fato que causa estranheza por se tratar de imóveis particulares. Como analisa Altino:

A prefeitura pra fazer tem que ter conhecimento do governo, tem dinheiro do governo, tem dinheiro da nação, tudo envolvido aí. Eu sempre tenho essa tecla comigo: isso aqui não é fazenda. Aqui são porteiras abertas, de lá de Salvador até chegar aqui, quantas porteiras tem nessa estrada? É porteiras abertas, tem que entrar! Sai por um lado e sai pelo outro.

Foi decidido em assembléia que os moradores da comunidade que não fizerem parte da Associação ou não estiverem envolvidas no pleito pela regularização do território, poderão permanecer em suas casas e em suas roças tradicionalmente ocupadas e não sofrerão processo de desintrusão, como confirma Dona Maria:

Quem já está plantado lá também não pode ficar fora não, não pode ficar fora do quilombo não, se disser que vai ficar fora, aí é que vai ter uma guerra triste aí dentro, e nos não estamos querendo guerra estamos querendo paz.

A disposição espacial das famílias nas ruas do vilarejo, em geral, corresponde à proximidades de suas áreas de plantio. Na rua Fonte da Bica se localiza a base da Associação. Existe um cruzeiro no final da rua de paralelepípedos. Quem segue rumo ao Engenho Velho, avista um outeiro à esquerda, onde se encontra a principal casa de farinha atualmente ativada na comunidade. Terra onde a mãe de Maria viveu e morreu. Lá seus filhos ainda permanecem em suas casas de taipa. E permanecem também as mangueiras, os pés de Araçás e todas as outras frutíferas plantadas por sua família. Ela recorda: *Esse local era um arruado bonito, tinha muitas casas*.

As marisqueiras se reúnem nos quintais sem cerca, no fundo da área, para fazer a catação de mariscos. Suas casas são marcadas pela presença de conchas na entrada.



No Rio do Urubu, próximo ao mangue era ponto de lavagem, também onde deixavam a piaçava de molho, para depois limpar. A arroba da piaçava limpa é vendida pelo dobro do preço na feira de Maragogipe que acontece aos sábados.

Na fazenda El Tigre, onde antes se encontrava o rodão de dendê vizinho ao terreiro de candomblé, ainda permanece a antiga área de plantio do *Urubu*, que também serve de caminho para outra área tradicional de mariscagem.

Uma manhã que eu tava plantando manaíba, o empregado vinha arrancando e jogando pra trás, eu plantando e ele jogando pra trás. Aí o pessoal gritava assim: Maria, Maria, deixa essa manaíba pelo amor de Deus, não plante mais nada não que esse homem vai acabar fazendo uma disgrama com você. E eu tranquilinha plantando a minha manaíba, eu plantando e eles atrás arrancando,

-Maria, Maria, pelo amor de Deus, deixe esse diabo dessa manaíba, que eu estou vendo hora desse homem lhe matar.

- Aí eu disse: não paro, se ele me matar, vai matar um mulher honesta trabalhando! A firma daqui é essa!

Maria

Cemitério de São Francisco



No rumo ao Engenho Velho, avistamos o cemitério próximo ao outeiro onde a família de Marineuza planta. As moradias da filha primogênita de Maria, Maria Antonia e seu pai Benéu também se encontram nesse caminho. Perto da mangueira mal assombrada se localizava o Terreiro de Sinhazinha. O pé de jurema é a referência para o terreiro de Adelaide.

No sentido oposto, seguindo a rua Fonte da Bica, em direção à Praça São José, existe uma pequena ponte sobre um riacho, virando para o lado da maré chegamos ao terreiro de candomblé Jitundê, que também serve de passagem para um dos portos e pontos de mariscagem da Vila. A Rua do Pontal leva à beira do Rio Paraguaçu e ao principal porto do vilarejo, em frente ao Convento de Santo Antônio.

Na Rua das Flores estão mais concentrados os *mateiros*. Perto do barração de adobe, estão plantados um pé de jaca de pobre e grandes mangueiras, local da antiga morada de Velha Pequena. A caminho do Areal, incidindo sobre a fazenda Boneco, também se localiza a Fonte do Custódio, que levava água para o convento, próximo a uma jaqueira bem antiga.



Crispim na Fonte do Custódio

As famílias ocupam a área há muitos anos, presenças comprovadas por grandes árvores frutíferas plantadas pela comunidade. A área é conhecida pela comunidade como *areal* e está localizada no caminho de acesso ao Boqueirão, caminho também conhecido como *estrada real*. No *areal* é possível verificar várias roças plantadas e ranchos construídos. Conci, irmão de Osório, plantava lá e ajudava a catar marisco. Lourdes e Antonio da Conceição plantavam nas terras onde hoje se encontra o Sítio Cajueiro.

A área onde o mateiro Da Mata nasceu é marcada por uma frondosa mangueira à esquerda do rumo ao Boqueirão, são terras ocupadas há muitas gerações por sua família:

Na lua cheia, vinha vó, tio, tia, para ficar contando história, caso...

"Brincava aqui com os meus irmãos de gangorra no pé de caju que meu pai plantou" Tinha pé de mangueira, cajueiro.



Da Mata

Do outro lado do caminho de terra, seu amigo de piaçava Crispim, o curandeiro, morava e plantava na roça vizinha. Crispim também fazia farinha em sua casa de farinha, assim como faziam sua mãe Dona Guilhermina e Guilherme, seu avô. Guilherme também plantava lá, trabalhava no dendê e na olaria. No local Crispim ainda desenvolve a apicultura, como já acontecia nos tempos do avô o ensinou a sabedoria das ervas e que além de todas as tarefas mencionadas, frequentente fazia o samba para São Cosme: *Todo sábado tinha brincadeira*, o coro comia até de manhã cedo quando serviam o munguzá.

Onde hoje se localiza a Fazenda Alto do Boqueirão, antigamente encontrava- se casas de farinha, casas de produção de azeite de dendê e várias casas onde regularmente aconteciam festas de samba de roda. Essa área era reconhecida até mesmo fora da comunidade pelo samba de Dona Bizunga e de Vavá Machado *próximos às* ruínas da casa de azeite, *São Francisco inteira vinha, gente de Santiago, da Ilha do Capim*.

Existe um caminho para se chegar a Rua Fonte da Bica até o barração do alto do quebra prato. Atravessa-se numa diagonal o campo de futebol, passando pela Estação da Embasa, já se avista os quintais da Rua das Flores, a saída para a rua se dá pela lateral da creche Maria da Hora.

A área de capoeira do sitio Shangrilá, que foi desmatada por proprietários, era a principal área de plantio da comunidade caminho do Areal, local de arrancadouro, que são áreas de roças antigas.

O Rio do Catú é um dos mais importantes da comunidade, onde a esta tradicionalmente pesca, lava os mariscos. As mulheres quando retornam do mangue em Massaranduba, tiram a lama e areia dos mariscos e lavavam roupa com sabão natural feito de dendê, de patchouli, ou de juá.

É também usada como área de lazer no domingo por moradores e professores da comunidade, que levam os alunos para fazer pique-nique próximo ao plantio de melancia. Altino hoje, planta próximo à pedra do Teiú, que é um ponto de abastecimento de água, para todos, no inverno e usada para lavar os bebês recém nascidos. Onde era moradia de Joana e Norato encontramos ruínas de diversas casas de farinha artesanais, como a de Mingo, hoje seu filho ainda planta lá:

Antigamente encontrava- se nessa localidade casas de farinha, casas de produção de azeite de dendê e uma casa de candomblé muito frequentada pela comunidade, onde regularmente aconteciam festas de samba de roda. A casa de Juliana era casa de samba e candomblé. Na Casa de Maroto marcada pela grande jaqueira, se fazia samba a noite toda de sábado para domingo. *Terminava a reza, aí virava em samba*.

Rubinho, tio de Valdete, fazia caruru de São Cosme. Crispim que anda por essas matas desde criança, ao chegar no Riacho Sinhá Neném se recorda : *aqui foi a minha estréia na mat*a, *meu pai veio me ensinar onde é que os bichos comiam*.

Encontramos ainda uma casa que funcionava como depósito de piaçava onde a comunidade se reunia para limpar piaçava, uma casa de passar chuva na roça próximo ao ponto de pegar castanha, *para o povo não entrar para pegar, mataram os cajueiros, explica* Crispim.

CATÚ DO MEIO

O Catu do Meio que incide sobre a Fazenda Catuzinho, faz parte do território pleiteado por caracterizar área importante para o extrativismo do dendê, e acesso de servidão à área do mangue e potenciais áreas agricultáveis. A localidade é apontada pela comunidade como tradicionalmente ocupada pelas roças.

O avô de Da Mata, finado Paizinho, morava próximo à um pé de jaqueira. As moradias de Vavá e Totonho Machado são marcadas por cajueiros e mangueiras. Era a casa de samba, onde se fazia o caruru, tradicional prato da culinária do candomblé. Dona Nicinha, filha de Santo

do Terreiro Jitundê, aprendeu a sambar desde pequena no Catu. Ao lado ainda podem ser vistas as ruínas da casa de azeite manual na qual se encontrava o pilão de pisar dendê, ingrediente indispensável do caruru.

CATÚ PEQUENO



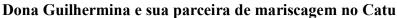


José Gonçalves Garcia, conhecido como Zequinha, pai de Pedro e Mara trabalha desde os 12 anos no Catú, quando ainda existiam muitos *arvoredos caseiros. Nascemos lá em cima, nas mangueiras.* Seu pai, Antônio Garcia também fez roça por ali, roças de mandioca próximas à casa de farinha, plantavam também milho, abóbora, amendoim, batata, e o gado do proprietário João Santana, levava a metade. *Os donos soltavam os animais para comerem as nossas roças*.

Descendo pela Rua Nova, Rua Chile do vilarejo, os comunitários podem ter acesso ao poço Santo Antônio, uma nascente que está localizada no interior do sítio Alto do São Francisco. Fizeram uma casa de concreto, antigamente fazia fila de gente para buscar água no poço que hoje está trancado com cadeado. *Botaram cadeado, dizem que Santo Antônio apareceu lá*.



Ao lado da Fonte do Catônio, tinha uma árvore de Ingá que os proprietários cortaram. E então o olho d'água secou, enquanto as rezadeiras não rezaram o Bendito Senhora Santana, a água não voltou, e quando a água rebrotou dizem que foi milagre. Os moradores fecharam para os animais não beberem água, contam que lá ficava uma cobra e um guaiamum azulzinho.





O Catú Pequeno integra importantes áreas de manguezal: Canoa Velha, Rio de Meio e Massaranduba que são grandes pontos de mariscagem. Ali está o caminho da Ilha do Capim, quando a maré baixa, se passa por dentro do mangue para ilha. Existia mais de 60 casas na área. Na Ilha do Capim, Paizinho, avô de Da Mata que também já morou no Catú, vinha tocar violão, tinha samba, festa e tudo. No Catu tinha festa todo sábado.

Ângela não pode saber nunca, se ela não vivia aqui, vinha pra cá e não andava nos matos. Afirma Altino referindo-se a proprietária do Sítio Alto São Francisco que entrou na justiça com uma ação de reintegração de posse.

Quando Djalma Barbosa dos Santos morava no sítio foi construída uma casa de farinha na localidade, onde anteriormente existia uma olaria para a fabricação de tijolos e telhas na região. Antes da família de Djalma estabelecer moradia no local, muitos outros integrantes da comunidade já viviam na área.

Se Deus ajudar ali eu fico, nós convive da terra, então na terra a gente tem que ficar. Eu saio da rua de manhã e só volto de noite, eu gosto do mato, de receber cheiro da flor do mato.

Agnaldo conta que plantava quiabo e milho e foram obrigados a desocupar: *Quando Ivo botou meu pai para fora, botou sem direito à nada, desmatou pé de tangerina, mangueira, pitomba, canela*. O filho de Djalma reconhece o antigo local em que ocupavam pelo pé de pitombeira, coqueiro, mangueira, onde também já funcionou a casa de farinha de seu pai.

Seu Djalma teve onze filhos, dos quais oito migraram para grandes cidades em busca de oportunidades. Dentre os que permaneceram no território, está Jorge dos Santos, casado com Marineuza Santana, uma das coordenadoras da Associação. Marineuza relata que a comunidade sempre recolheu água do poço Santo Antônio e que o rio que passa no fundo da casa também era utilizado para lavar roupa. Sua irmã Dionice relembra: "Cansei de vir aqui, cortava telha, bloco, tinha um burro que pisava o barro", referindo-se à olaria.

A olaria tinha quatro fornos e uma represa que encanava água para fabricação de tijolo e das telhas de cerâmica. Tinha um poço em que os moradores vinham banhar e lavar o marisco. As casas de farinha se situavam próximas à casa de azeite, uma outra olaria de dendê. Muitas casas de moradores se firmaram em volta do rodão do dendê que pode ser observado até hoje. Entre eles Uruvango Manuelzinho, Maroto e Tolentino.



Sumido, Altino, Agnaldo, Maria, Anselmo e Zequinha no rodão de dendê



O Rio do Alambique próximo e ao cais

Seu Djalma morava no Engenho Velho, viveu também 14 anos no Catú, onde plantou muito milho, mandioca, e depois foi expulso da terra. Foi passou a trabalhar no Catú Pequeno, onde já está há 15 anos. A família de Djalma reconhece o antigo local em que ocupavam pelo pé de pitombeira, coqueiro, mangueira, onde já funcionou sua casa de Farinha, marcando o ponto final do Catú. Na área limítrofe do Catú Pequeno, à Oeste encontramos a Cachoeira da Pancada d'água, onde o Catú faz divisa com o Boqueirão.

BOQUEIRÃO

A moradia do velho Furtuoso marcava o princípio do Boqueirão. A área do Boqueirão corresponde ao fundo do vale formado pela Serra do Alamão e Serra de São Francisco. O encontro das duas serras é área conhecida como a Cabeça do Boqueirão, a qual incide sobre a Fazenda São José, onde foi verificado grande passivo ambiental deixado pelo proprietário que se dedica à criação de gado. Parte da Fazenda Alamão, Fazenda São José e Fazenda Santo Antônio e desmembramentos também integram a área conhecida pela comunidade como Boqueirão.

Lá em cima é o quilombo do Boqueirão. A prova são os arvoredos que já tão velhinhos: diz Osório, 72 anos, se referindo às arvores frutíferas, jaqueiras, mangueiras e ananás que foram plantadas pelos moradores do Quilombo do Boqueirão:

Meu pai nasceu aqui e se criou, ensinou a gente a viver, é tanto que depois de 19 anos eu olhei pro mundo, olhei para o outro e vou voltar para criar minha família onde meu pai me ensinou...

No Boqueirão você só via roça, casa de farinha e gente falando, era como se fosse uma fábrica.

Os mateiros se referem à Carqueti, como um que até hoje vive índio criando abelhas. Os avós do apicultor Crispim, antes de descer pro Catu e pro areal onde foram vizinhos da avó de Da Mata, ocuparam o Quilombo do Boqueirão.

Boqueirão, onde Maria Biriba bisavó de Crispim nasceu, onde aprendeu com a sua avó a sabedoria das ervas e ensinou a seus netos. Seu neto Júlio Biriba, irmão morava com sua companheira Matilde no Arrasto do Coqueiro onde se encontravam casas de família e Arrasto da Saubara à Leste do território. Outro neto Justiniano dos Santos e sua companheira Guilhermina também moravam no Boqueirão ao lado de uma boca de forno da casa de farinha e de uma jaqueira preta. Desse casamento nasceu Crispim.

Existe um outro Boqueirão, conhecido pela comunidade como *Boqueirão do Alamão*, formado pela serra do Alamão e uma outra serra mais próxima ao limite sul do território.

Altino mostra o Vale do Boqueirão



Dentro desse lugar que chama Boqueirão, o trabalho era piaçava, estopa, mangue, pescaria roça, tem os arvoredos antigos, tem as fruteiras plantadas pelos moradores, tem os assentos de antigas casas de farinha, ainda tem os fornos. Todo mundo aqui tinha sua casa de farinha.

Altino

Altino que fazia 30 sacos de farinha por semana, nasceu no Boqueirão, quando o povoado era pequeno, e as casas eram de taipa. *Eu já fui expulso de muitas roças, até que resolvi não sair mais*

Hoje a gente tem conhecimento, nós estamos acordando com a vida agora, quando conhecemos o movimento que é vida partimos para frente buscar os nossos direitos. Terra é de quem trabalha na terra. Eu sou pai de 14 filhos, vou tirar os meninos daqui para ir para cidade fazer o que? Eles querem ficar na terra.

Tem que ficar na terra, da terra é que a gente tira o sustento. Meu pai morreu trabalhando na fazenda. O velho se acabou, ninguém fez nada por ele.

Na Fonte Babai, o povo vinha pegar água, lavava roupa, banhava aqui. A finada Bizu fazia sabão com dendê, *tinha samba, reza, vinha os homens do mato caçando*. Encontramos próximo ao curso d'água, jaqueiras e uma planta popularmente conhecida como *Espada de Ogum* que ocorre invariavelmente nos terreiros candomblé.



Espada de Ogum no Boqueirão

Outra jaqueira marca a área de arrancadoro de roças próximo ao Rio da Tampa Suja. Nessas roças se plantavam extensas áreas de ananás, banana, quiabo. Um bambuzal marca a divisa de rumo, ladeira de Dedé até a Boca da Mata onde morava o genro de Altino, ao lado da Pedra da Gia, que corresponde à divisa do Boqueirão de Baixo com a Reseva da Peninha.

ENGENHO VELHO

Quem é que nunca foi mariscar nesse Engenho Velho⁴⁶?

O Boqueirão de Baixo é delimitado pela Serra do São Francisco, recortada também pela propriedade do Engenho Velho. Na Baixa do Engenho Velho à beira da maré permanecem inúmeras mangueiras ao lado das ruínas da usina e o antigo sobrado, perto de um barracão onde os integrantes a comunidade ficavam sentados catando muita piaçava.



O acesso à Igreja secular de Nossa Senhora da Penha continua proibido aos moradores São Franciscanos, bem como ao milagre da nascente e à tradicional área de mangue. O Rio Grande do Engenho Velho, antigo local de oferendas do Candomblé de Pureza também era freqüentado pelas marisqueiras, quando voltavam do mangue e vinham lavar seus mariscos. O caminho do mangue é antigo, a estrada real da época da colonização. Um antigo funcionário da Fazenda Engenho Velho afirma: *Aquela estrada ali tem séculos, desde quando tem esse engenho, existe essa estrada e agora de uns dez anos para cá tá cercada*.

O território pleiteado engloba integralmente a Fazenda Engenho Velho e portanto a RPPN da Peninha inserida na referida propriedade. A partir da regularização do território, os integrantes da comunidade poderão ser os gestores da reserva.

126

⁴⁶ Pergunta Dona Maria, referindo-se a proibição de passar para área de manguezal.

ALAMÃO

A gente vive aqui no cativeiro. 47

A Família de Marineuza se originou no Alamão. Seu avô, Mané de Gino, cuidava de um mato de muita piaçava. Nos outeiros moravam também seus companheiros piaçabeiros: Antonio de Gino, Francisco, Inacinho e João de Mariquinha.

O que antes era floresta preservada, atualmente destoa da paisagem circundante. Causa impacto ver o tamanho da área de Mata Atlântica e mangues devastados para construção de área de lazer gramada na Fazenda Alamão.



Piscina da Fazenda Alamão

Muita gente de São Francisco foi contratada para construir as benfeitorias existentes no Alamão. Hoje em dia, trabalham cinco jardineiros, todos gente de São Francisco. Ana, mãe de Binho e Robson, funcionários do Engenho Velho, trabalha dentro da casa do proprietário do Alamão. Careca e Toquinho são filhos de São Francisco e trabalham no jardim. José Conçeição

⁴⁷ Fala de ex- funcionário do Alamão, cuja a identidade será preservada para evitar acirramento dos conflitos.

da Cruz, gerente da Fazenda Alamão nasceu em São Francisco, assim como seu pai.

As jornadas de trabalho na fazenda Alamão são de domingo a domingo, e muitos comunitários reclamam da falta de cumprimento dos direitos trabalhistas. *Por isso que eu não quero mais trabalhar em fazenda*, justifica Dionice que conheceu o pai de seus filhos, quando trabalhava tirando piaçava no Alamão. Próximo à atual casa grande do Alamão, vemos um antigo pé da jaqueira, onde ela ficava sentada tirando piaçava. *Lá em baixo, a gente vinha pegar caju, licuri, manga*.

Osório que dedicava todo o seu dia a cuidar do Jardim ornamental do Alamão, conta que já trabalhou na mesma área para outro proprietário: Eu cansei de dormir enrolado em saco de farinha, em cima da tarimba. Quando me mandavam embora, eu tinha que ir embora em menos de 24 horas.

O trabalho no Alamão era tirar piaçava. A área pertenceu à família Sanchez, o proprietário Zeca Sanchez, irmão de Rosalvo Sanchez, proprietário da Fazenda Salamina⁴⁸, fazia conta e descontava o que o trabalhador estava devendo por produtos, como sal, fósforo, carne do sertão, gás, sabão, açúcar café. A troca era realizada no Rancho. Eles trabalhavam e davam um dia de renda.

⁻

O vinculo entre o Alamão e o forte da Salamina é bastante antigo, em cada uma das localidades existia um canhão apontado para outra margem do Rio Paraguaçu. Egídio, uma das lideranças da fazenda Salamina aprendeu desde menino a cantar o samba:

Itaparica para Imposto Salina pra fazer sal Enseada pra produzir São Roque pra cajimbà Araripe, boi na canga Alamão pros amarelos.

Nessa época também trabalhava no Alamão, Maria das Dores de Jesus Correa, Sua mãe, Maria Inocência de Jesus foi morar em São Francisco do Paraguaçu, no Alamão. Maria conta que ficava de castigo num barracão no Alamão de baixo:

Meu sinhô Zeca Sanchez proibia de tirar a piaçava, ameaçava matar quem desobedecesse. Se soubesse por sonho que a gente tinha vendido a piaçava era uma cadeia que nego comia, não podia não. Tendo o trabalho e não podia vender em lugar nenhum porque não tinha direito. Contava a piaçava do jeito que ele queria e depois descontava o rancho. Comi olho de pindombeira para não morrer de fome.

Tive 12 filhos e nunca tirei licença maternidade, e se eu já passava fome, foi aí que eu passei mais fome. Quando eu tava parida de minha primeira filha Maria Antônia de Jesus, meu marido talhou o pé no vidro, esse homem só faltou perder o pé, ele mandou o recado para o patrão, pelo amor de Deus, mandar uma carne, uma farinha, qualquer coisa para ele porque a mulher dele tava na cama com três dias de parida e ele tava na cama e não podia fazer nada. Ele disse que não tinha nada com isso não, quem procurou mulher é porque agüentava que cada um se virasse para se alimentar sua mulher parida, que ele não ia dar nada à ninguém não. E não mandou nada. Eu passei situação difícil, eu via a hora de eu morrer de fome.

A Pedra do Cantagalo é uma grande gruta na beira da maré onde acontecia um famoso candomblé, serve de entrada para um túnel que dá passagem para o interior da fazenda. Em outra gruta, o milagre de São Jorge, onde existe um olho d'água, observei presença da espécie popularmente conhecida *por comigo ninguém pode, tira teima folha de urubu* que são espécies vegetais típicas de liturgias do candomblé.

O Rio do Alamão, marca a divisão de rumo entre o Alamão de Cima e o Alamão de Baixo. O Rio do Roncador forma uma cachoeira, onde morou João Grande, no fim de semana vinha mais de cem pessoas. *Aqui eu vinha sambar todo sábado, samba malandéu, aqui , não samba sem chapéu*, conta Dionice.



Dionice e Maria no Rio do Roncador

No Alamão de cima se tirava cipó para fazer cofos para guardar os mariscos. Nas avenidas de casa é recorrente a presença das casas de farinha, mangueiras e jaqueiras centenárias, à exemplo das enormes jaqueiras próximas ao antigo cemitério, em que a mãe de Benéu foi enterrada. O sepulcrário era vizinho à muitas moradias.

Um antigo tamarindeiro é a marca referencial para os antigos moradores: Dionice, João Grande, Pedro Grande, Maurício, Gonçalo, Jorge Bidija. Na Rua do Tamarindo também se localizava a padaria que já esta fechada há 25 anos.

Os dados do Arquivo Público da Bahia (APEB, 1938) comprovam que no século XIX já existiam uma capela, 120 casas de comunitários que se dedicavam às artes da pesca. São os antepassados dos atuais quilombolas, os quais indicaram uma avenida de casas nessa localidade, onde moravam entre outros, Escurinho, Marinalva, Dionita, Zozó, Velho Cosme, Emídio, Júlio, Cecílio, em meio à casas de farinha. A Ladeira do Jorge era outra grande concentração de casas no Alamão. Como também era o Calvão e o Alto do São Domingo.

Antônio Sarará, Chico Tripa, Edson, Lili, Zequinha e outros moravam no caminho para o Rio do Café que desemboca no Porto Grande, onde a comunidade ia mariscar, e preparavam um fogo e por lá mesmo já escaldavam os mariscos. Nas

proximidades tinha uma capela que celebrava missa e perto das mangueiras se fazia o samba de roda.

CALAFATI

Calafati aqui dentro do rio era uma profissão

O antigo local onde residia à família de Benedito e Maria, a margem do rio Paraguaçu deu lugar a instalações ligadas a casa do proprietário. Dona Maria tinha como marco de sua casa um pé de jaqueira pirão. Atualmente, há uma fossa. Benedito foi nascido e criado junto da Cabeça do Nego. Maria que foi sua esposa morava no Calafati morava num ponto mais acima. Ela conta: *No Calafati cansei de comer farinha seca com licuri partido*.

A casa da mãe de Maria era porta de entrada para catação de piaçava. Para cima do alambique que nunca funcionou, fica a *gorimba santa*. O alambique servia como casa para beneficiamento da piaçava, *Comadre Norata morava aqui a gente passava o dia limpando*. Conta Dionice lembrando da atividade que desenvolvia com a companhia de seu esposo Noruega.

Assim, a relação de uso historicamente estabelecida é também como local para extrativismo, pois além dos moradores já mencionados, outros, de São Francisco do Paraguaçu e de localidades circunvizinhas recorriam ao local com a mesma finalidade. Também no presente os quilombolas realizam algumas das atividades acima descritas nas áreas onde há permissão.

As Ruínas do Alambique hoje servem de ponto para pescadores que acampam com as tarimbas *fazem semana*: dormem, levam comida para passar a semana no ponto de pescaria, fazem ratoeira de guaimum.



Ruínas do Alambique

A casa de dendê se localiza numa área conhecida como Pastinho, próximo ao Rodão de Dendê, em baixo de uma mangueira. Zé de Umbelino, Norata e Candia faziam azeite.

Muitas jaqueiras e mangueiras também sombreiam o quintal da casa onde morou do temido capataz Rosalino que trabalhou no Engenho Velho. Por ali se formou um vilarejo de aproximadamente vinte casas de moradores que viam todo seu salário descontado no Rancho de Frâncio Sanchez. Joaquim, Pé de Gancho, Emídio e Benéu quando moravam na cabeça do nego, ia fazer compra no rancho do pastinho, onde aconteciam memoráveis sambas.

A Cabeça do Nego

A área conhecida pela comunidade de São Francisco do Paraguaçu como Cabeça de Nego foi habitada por algumas famílias que hoje moram na Vila de São Francisco do Paraguaçu. Benedito dos Santos, 78 anos, conta que lá nasceu e morou por muito tempo. Seus pais e avós eram moradores desse mesmo local, onde nasceram. Também em Cabeça de Nego nasceram muitos dos seus filhos com a sua então esposa, Maria.

Antônio Sarará, Chico Tripa, Edson, Lili, Zequinha e outros moravam no caminho para o Rio do Café que desemboca no Porto Grande, onde a comunidade ia

mariscar, e preparavam um fogo e por lá mesmo já escaldavam os mariscos. Nas proximidades tinha uma capela que celebrava missa e perto das mangueiras se fazia o samba de roda.

O trabalho realizado na área era tirar lenha, licuri, piaçava e capim. As terras eram férteis, "tudo que se plantava, dava." "Plantava roça, tirava lã do ticum, tirava pó do licuri."Não havia pagamento em troca do direito de morar e trabalhar. Além da família do senhor Benedito, outras moravam ali. Sua companheira Maria conta: *Eu sofri bastante, passei muita fome na cabeça do nego*.

A Cabeça do Nego foi uma área indicada à principio pela comunidade como ocupada tradicionalmente, onde muitos comunitários já sofreram exploração. Numa assembléia ocorrida no dia 06 de março de 2007, a comunidade decidiu por aclamação excluir a Cabeça do Nego. Posteriormente voltou atrás na decisão quando foram impedidos de passar por ela para entrar na área de extrativismo.

Entretanto, diante da situação de conflito estabelecida na época, os quilombolas preferiram acelerar o processo de regularização do território. Depois de uma visita ao local acompanhados pela equipe do INCRA, a qual informou seu parecer técnico à comunidade, aconteceu uma assembléia da Associação no dia 14 de agosto de 2007, quando os participantes decidiram finalmente abrir mão da área da Cabeça do Nego.

Os limites sul e oeste do território são definidos como áreas fundamentais para a realização de atividades extrativistas, de ervas medicinais, frutificações temporãs e sobretudo o extrativismo da piaçava, principal atividade econômica de São Francisco. A comunidade identifica tais áreas como locais de *piaçabeiras decentes*.

A comunidade considera o Alamão e o Calafati , partes fundamentais de seu território, porque o extrativismo associado à pesca e a mariscagem constituem a base de sua economia.

A Fazenda Olhos D'água, limite sul do território configura-se, para os quilombolas, imprescindível a sustentabilidade do grupo, inclusive porque o proprietário não permite a extração de piaçava, estopa e mariscos.



Dionice, Roseni e Maria na Bica d'água

A bica d'água está próxima ao início da área da Fazenda Olhos D'água, o rio formado por sua queda, deságua num manguezal onde a comunidade vem mariscar.

Na área limítrofe existe uma pequena gruta tradicionalmente conhecida pela comunidade como Buraco ou Loca da Velha. Contam que certa vez, um casal de idosos entrou de canoa nessa gruta e quando a maré subiu ficaram presos na loca da velha e se afogaram. Na altura da maré, o que marca o limite do território é um ponto de pescaria denominado Páscoa.

Recomendações

Eu acredito que o mundo será melhor quando o menor que padece acreditar no menor⁴⁹.

• Pedagogia da Autonomia

A educação é requisito para a construção da autonomia, é importante pensar e desenvolver uma educação adequada à realidade das comunidades quilombolas que oferça perspectivas para o trabalhador permanecer no campo, afirmando a vida no campo como alternativa de desenvolvimento sustentável para toda a sociedade, valorize a cultura negra rural e articule o espírito comunitário.

A construção da sustentabilidade requer como alicerce, um trabalho educativo, já que a educação possibilita a permanência. Se é sustentável, pode permanecer, se recriar, se renovar. Por sua vez a sustentabilidade do território requer autogestão e deve ter na autonomia sua essência.

Para que o processo de regularização favoreça a formação de sujeitos livres é importante considerar a vocação de autonomia⁵⁰ dos quilombos, e assegurar a delimitação de territórios contínuos, que são mais facilmente defendidos.

A existência de grandes proprietários em áreas contíguas ao território, representa uma ameaça à comunidade que se acostumou a ser explorada. Os potenciais empregadores inibem à prática de coletivização do trabalho das hortas comunitárias, e dessa maneira ameaçam à construção da autonomia desses grupos. Portanto a seguir será apresentado a necessária integridade do território pleiteado pela comunidade de São Francisco do Paraguaçu.

Na área das benfeitorias da fazenda Alamão, a comunidade planeja criar a

⁴⁹ Canto ensinado aos quilombolas pela Comissão Pastoral da Pesca

Quilombos como símbolos de autonomia produtiva são discutidos amplamente no presente relatório. No capitulo de Organização Social.

Escola das Águas para os pescadores, pescadoras e seus filhos de toda região, os professores formarão estudantes que voltarão a ensinar na escola na perspectiva de uma educação sustentável. Sustentável porque satisfaz suas necessidades de crescimento e manutenção, aproveitando os excedentes para o re-investimento. Sustentável também porque pode permitir a compreensão dos princípios da sustentabilidade pela própria vivencia prática com o ambiente, descobrindo o impacto da comunidade e seu potencial de restauração. A água tem um forte poder mobilizador em uma comunidade rural, e pode ainda ser trabalhada como matriz ecopedagógica.

Convento

O Plano Diretor do Município de Cachoeira sugere a implantação de um equipamento hoteleiro no Convento de Santo Antônio. Ocorre que tal edificação se encontra no território pleiteado pela comunidade de São Francisco do Paraguaçu, portanto a comunidade deve ser consultada para verificar a viabilidade dessa sugestão, e deve ser a própria empreendedora e gestora de qualquer iniciativa referente ao monumento em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

É importante alertar para o perigo de que tal empreendimento seja explorado por agentes externos e seja descaracterizado como patrimônio cultural de referência para a comunidade, além de permitir a manutenção de relações trabalhistas que ameacem a autonomia da comunidade de São Francisco do Paraguaçu.

• Reflorestamento

O Corredor de Biodiversidade é uma área estrategicamente destinada à conservação ambiental na escala regional. Ele compreende uma rede de áreas protegidas, entremeada por áreas com variáveis graus de ocupação humana. O manejo é integrado para ampliar a possibilidade de sobrevivência de todas as espécies, a manutenção de processos ecológicos e evolutivos e o desenvolvimento de uma

economia regional baseada no uso sustentável dos recursos naturais. Em áreas de alta fragmentação florestal, como a Mata Atlântica, os Corredores de Biodiversidade também têm por objetivo a recuperação e conexão dos fragmentos de florestas e poderá ser desenvolvido na Reserva Coletiva do Patrimônio Natural **pelos próprios integrantes da comunidade de São Francisco do Paraguaçu**. Alguns deles, como Marineuza e Roseni já fizeram cursos de reflorestamento.

Nas áreas tropicais e mais especificamente na Mata Atlântica os Sistemas Agroflorestais, são uma opção interessante para a busca da sustentabilidade na agricultura, uma vez que apresenta elementos que propiciam aliar a produção alimentar à conservação dos recursos naturais (PENEREIRO, 1999).

• Beneficiamento da produção

Na questão da produção é interessante direcionar esforços para as atividades de beneficiamento dos produtos extrativistas, como por exemplo, o beneficiamento da beneficiamento da piaçava, com produção de vassouras e outros artefatos; e possibilitar seu escoamento.

A ativação de uma agroindústria beneficiadora do óleo de palma seria outra opção viável, entretanto, a recente economia dos agrocombustíveis que já mostra uma voracidade jurássica sobre áreas de floresta e de agricultura familiar ou de subsistência de populações locais, campesinas, negras e indígenas. È importante atentar-se para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle da comunidade, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando sua soberania energética.

• Valorização das técnicas tradicionais de Bioconstrução

As bioconstruções ou construções ecológicas são tecnologias usadas na construção de casas, vilas e outras habitações de um assentamento humano. Por meio de uma arquitetura ecologicamente apropriada e socialmente acessível utiliza de forma sustentável recursos naturais e materiais disponíveis no local ou bioregião. A

construção em adobe é uma delas, porém exige proceder cuidadosamente o reboco

para evitar a proliferação de insetos. Atualmente os comunitários deixaram de

utilizam o sapê, a fita, tirada da piaçava para a cobertura das casas, excelente proteção

contra o fogo. Agora, compram telha de cerâmica que antigamente já foi fabricada na

antiga olaria do Catu.

• Consenso

É fundamental garantir a continuidade dos processos de decisão política

participativos já que se trata de um território coletivo, a consulta popular deve ser

considerada. Atentar para que o modelo imposto de autoridade das associações não

venham a criar quadros centralizadores que desvalorizem o consenso, a participação

da mulher e dos idosos na decisões.

Respeitar a decisão da Assembléia soberana de não fazer a desintrusão,

conforme explicitado acima no capítulo precedente: Os moradores antigos que não

se identificarem como quilombolas, poderão permanecer no território.

Camila Dutervil Siape 1528910

Siape 1528910 Antropóloga

Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas

INCRA

138

BIBLIOGRAFIA

ARBORETO Apostila do Educador Agroflorestal Parque Zoobotanico da Universidade Federal do Acre.

ALBUQUERQUE, Wlamira ,R. , e FILHO, Walter Fraga. Uma história do negro no Brasil _ Salvador _ Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Palmares, 2006

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Quilombos: Sematologia face a novas identidades. Frechal Terra de Preto: Quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís. SMDDH/CCN 1996.

- _. "O Objeto da Perícia e os Procedimentos de Obtenção de Informação". Os Quilombolas e a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara. Brasília: MMA, 2006. pp. 27-42. Vol. I.
- O objeto da perícia e os procedimentos de obtenção de informação" os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara. Brasília MMA, 2006
- Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de terrritorialização, movimentos sociais e uso comum. Terras de Quilombo, Babaçuais Livres, Castanhais do Povo, Terras Indígenas, Faxinais e Fundo de Pasto. Manaus, PPGSCA- Ufam, 2006.
- "Os Quilombos e as Novas Etnias". O'DWYER, Eliane C. (Org.). Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp. 43-81.

ALVARENGA, Octavio Melo: Política e Direito Agroambiental. Rio de Janeiro. Editora Forense,1997.

ARAUJO, Rosângela Costa. Iê, Viva Meu Mestre. A Capoeira Angola da 'escola pastiniana' como práxis educativa", requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação na Universidade de São Paulo, em 2004

ARRUTI, José M. P. A. "Etnografia e História no Mocambo: notas sobre uma situação de perícia". LEITE, Ilka B. (Org.). Laudos antropológicos em debate. Florianópolis:

Nuer/UFSC e ABA, 2005. pp. 113-136.

_ A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, out. 1997, vol. III, n° 2, pág. 23.

BAHIA, (IPAC –BA)VOL III Monumentos e sítios do Recôncavo II parte.

1 edição Salvador, 1982

Anais do Arquivo Publico da Bahia Volume XXVI Bahia imprensa oficial do estado 1938

BALES, Kevin Disposable People University of Califórnia Press, Califórnia 2004

BANDEIRA, Fabio Pedro e TRINDADE, Ordep José Serra

Farmácia e Cosmologia: A Etnobotânica do Candomblé na Bahia. Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Ciências Biológica *Departamento de Antropologia-Faculdade de Fisolosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia* Publicado em Etnoecológica nº 6. julho de 2000 . **México, Morelia**

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, **J.** *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998]

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. 1995 *Movimientos etnopoliticos e autonomias indígenas* en México. América Indígena 55.

BARICKMAN, Bert J. – As Cores do Escravismo : escravistas "pretos", "pardos" e "cabras" no Recôncavo Baiano-1835, População e Família, vol.2, nº 2, 1999

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARNEIRO, Edison Religiões Negras Negros Bantos Rio de Janeiro,1991 Editora Civilização Brasileira 3ª edição.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. "Parecer sobre os Critérios de Identidade Étnica". Comissão Pró-Índio - São Paulo. O Índio e a Cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1983. pp. 96-100.

CARVALHO, José Jorge Conhecimentos Tradicionais no Brasil e na América Latina: uma agenda de resistência e criatividade . mimeo, Brasília, 2006

CORDELL, J. Swamp dwellers of Bahia. Natural History

Locally managed sea territories in Brazilian coastal fishing. FAO. Roma, 1983

CAPRA, Fritjoft O que é alfabetização ecologica? Principios de educação ecologica. São Paulo Rede Mulher de Educação, 1993.

COLCHESTER, Marcos. Resgatando a Natureza: Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas . In: Etnoconservação, novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Org. Antônio Carlos Diegues. São Paulo, 2000. Editora Hucitec.

DIEGUES, ANTONIO Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil/organizado por Antonio Carlos Diegues e Rinaldo S.V. Arruda. - Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001

ESCOBAR, Arturo, GRUESO, Lívia ROSERO, Carlos e O Processo de Organização da Comunidade Negra na Costa Meridional do Pacifico da Colômbia In: Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2000.

FALCON, Gustavo. Mimeo. **Boa Morte, uma Irmandade de Exaltação à Vida!** Aiyê Orun. Disponível em: www.geocities.com/wellesley/4328/historico.htm. acessado em 05 de setembro de 2006.

FONSECA, Fernando. **Convento de Santo Antonio do Paraguaçu**. São Francisco do Paraguaçu Bahia Salvador, Publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho Cidade do Salvador, 1973.

FREITAS, Décio Insurreições Escravas. Porto Alegre, 1976. Editora Movimento.

FREIRE, Paulo. ____ Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

FRAGOSO, HUGO **São Francisco do Paraguaçu**. Uma historia sepultada sob ruínas. Empresa Gráfica da Bahia, Salvador, 2004

FANON, FRANTZ Pele Negra, Mascaras Brancas Editora Fator Otra Gente. Rio de Janeiro,1983

Os condenados da terra Editora Civilização brasileira Rio de Janeiro, 1968

GOMEZ-POMPA, A. & KAUS, A. "Traditional management of tropical forests in México." In: ANDERSON, A.B. (ed.) - **Alternatives to deforestation: steps toward sustainable use of the Amazon rain forest.** New York, Columbia University Press, 1990.

GONÇALVES, Wagner. "Terras de Ocupação Tradicional: aspectos práticos da perícia antropológica". SILVA, Orlando S. et al. A Perícia Antropológica em Processos Judiciais.

Florianópolis: Edufsc, 1994. pp. 79-87.

JABOATAO Antonio. **Novo Orbe Seráfico Brasílico**. Parte Segunda Rio de Janeiro, 1859 Typ de Maximiliano Gomes Ribeiro

KUBIK, Gerhard. Angolan traits in black music, games and dances of Brazil; a study of african cultural extensions overseas. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1979

LEVEQUE, C. La biodiversité. Paris: PUF, 1997.

LEITE, Ilka B. "Introdução: os laudos periciais - um novo cenário na prática antropológica". LEITE, Ilka B. (Org.). Laudos antropológicos em debate. Florianópolis: Nuer/UFSC e ABA, 2005. pp. 13-28.

LEITE, Ilka B. e FERNANDES, Ricardo C. "Fronteiras Territoriais e Questões Teóricas: Antropologia como Marco". Quilombos no Sul do Brasil: Perícias Antropológicas.

Boletim Informativo do Nuer. Vol 3, No 3. Florianópolis: UFSC, 2006. pp. 7-14.

_HUMANIDADES INSURGENTES: conflitos e criminalização dos quilombos. Mimeo, 2007 Departamento de Antropologia/NUER/UFSC

LITTLE, Paul E. Territórios Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da Territorialidade, 2002 Série Antropologia DAN-UnB

LEROY, Jean Pierre. **Por Uma Reforma Agrária Sustentável** : a primeira página **do gênesis a escrever**. In: VIANA, Gilney SILVA, Marina e DINIZ, Nilo (Orgs). O desafio da Sustentabilidade. Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARCELIN, Louis Herns A linguagem da casa entre os negros do Recôncavo Baiano Mana vol.5 Rio de Janeiro

MARRA, João Paulo. Autonomia. Mimeo. Universidade de Brasília, 2006 MOLLISON, Bill. Introdução à Permacultura. Tagari Publications. Austrália, 1991.

OLIVEIRA, João Pacheco "Os Instrumentos de Bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais" SILVA, Orlando S. et al. A Perícia Antropológica em Processos Judiciais. Florianópolis, EDUFSC, 1994.

____"Os Caxixó do Capão do Zezinho: uma comunidade indígena distante da imagem da primitividade do índio genérico". OLIVEIRA, João P. & SANTOS, Ana F. M. Reconhecimento Étnico em Exame: dois estudos sobre os Caxixó. Rio de Janeiro: Contracapa e Laced/MN/UFRJ, 2003. pp. 139-180.

O'DWYER. Eliane. C. "Introdução: os quilombos e a prática profissional dos antropólogos". Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp. 13-42.

Terra de Quilombos. Rio de Janeiro: ABA, 1995.

PENEIREIRO, Fabiana Mongeli. Sistemas Agroflorestais dirigidos pela Sucessão natural: um estudo de caso. Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências, Área de Concentração: Ciências Florestais. Piracicaba, 1999.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos. Proteção jurídica á

diversiade biológica e cultural. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005.

SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance**. Yale University Press, 1990

SCHWARTZ, Stuart B., Cantos e Quilombos numa conspiração de escravos Haussás in Liberdade por um Fio – História dos Quilombos no Brasil, São Paulo : Cia das Letras, 1996

__Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial, São Paulo, 1988

STOLZE, Rodrigo. Relatório Técnico Preliminar do Levantamento etnobiológico realizado na Serra de São Francisco Salvador, 2006.

TAVARES, Luís Henrique Dias. História da Bahia; Cap. 7 – Capitanias da Bahia. (1998)

UICN UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA-. *Estratégia mundial para a conservação*. São Paulo: CESP, 1984. Versão em língua portuguesa.

REIS, João J. e Gomes, Flávio dos S, orgs, Liberdade por um Fio – História dos Quilombos no Brasil, São Paulo : Cia das Letras, 1996

TOLEDO, M. Victor What is ethnoecology? Origins, scopes and implications of a rising discipline; Etnoecologica v.1, n.1 México, Morelia 1992

TURNER, Victor O PROCESSO RITUAL - Estrutura e Antiestrutura , --Editora Vozes 1974

UMBELINO, Ariovaldo. O agronegócio X agricultura familiar e a Reforma Agrária (Brasília: Concrab, 2004).

VERGER, Pierre Fatumbi – Ewé O uso das plantas na sociedade Yorubá. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

VILHENA, Luís dos Santos, A Bahia no Século XVIII, Salvador, Ed. Itapuã, 1969

WOLF, Eric. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

____ Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: Antropologia e Poder. Contribuições de Eric Wolf. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.